



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JOSEMAR HIPÓLITO DA SILVA



**ARRANJO PRODUTIVO LOCAL RURAL E AGROECOLOGIA: como
estratégia de desenvolvimento rural no território da Mata Alagoana/AL**

São Cristóvão - SE
Novembro -2016

JOSEMAR HIPÓLITO DA SILVA

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL RURAL E AGROECOLOGIA: como
estratégia de desenvolvimento rural no território da Mata Alagoana/AL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito inicial para a Titulação de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Eloízio da Costa.

São Cristóvão - SE
Novembro-2016

JOSEMAR HIPÓLITO DA SILVA

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL RURAL E AGROECOLOGIA: como
estratégia de desenvolvimento rural no território da Mata Alagoana/AL

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Geografia da Universidade Federal de
Sergipe, como requisito inicial para a Titulação de Mestre
em Geografia.

Aprovada em ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Eloízio da Costa
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo/UFS

Prof. Dr. Alceu Pedrotti
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Prof. Dr. Luciano Ricardio de Santana Souza
Membro Externo

*A minha família... aos Agricultores
Familiars que acreditam na Agroecologia.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais “Nalva e Virgílio” pela orientação e educação, a Minha esposa “Jisleide e meu filho Heitor” pelo amor, apoio e compreensão, a minha irmã Josiane e sua família.

Ao meu orientador Prof. Dr. José Eloízio da Costa por sua generosidade e simplicidade em ter aberto as portas do PPGeo, bem como do GEPRU a um desconhecido, recém-chegado em Sergipe e que de alguma forma viu em minha pessoa potencial e capacidade para fazer parte de seu grupo de pesquisa. Sou muito grato por fazer parte de sua equipe no projeto NEDET, no qual me possibilitou ter acesso a uma pesquisa que muito contribuiu para a dissertação e deu o devido suporte financeiro para a realização desta. Os agradecimentos se estendem para a participação em outras pesquisas.

Ao Prof. Dr. Eliano Sérgio Azevedo Lopes, por suas inúmeras contribuições nesta pesquisa, bem como pelo convite a participar de outras pesquisas que teve como produto final a publicação de um livro.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Geografia por suas contribuições.

Não menos importante meus professores da graduação, em especial ao Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves, por sua amizade, orientação e sabedoria a qual foi a principal inspiração para dar andamento nos estudos da Geografia.

Aos colegas do GEPRU, destaque para os colegas Fernanda Vianna, Luciano Ricardo entre outros.

A Valdelane Tenório, gestora do APL Fruticultura no Vale do Mundaú por disponibilizar o relatório técnico de Gestão do APL do ano de 2014, bem como seus esclarecimentos e facilidades no acesso as informações.

Ao Marcelo Vieira e Maninhos coordenadores do Colegiado Territorial do Território da Mata Alagoana e seus respectivos atores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento rural.

As Agricultoras agroecológicas do Assentamento Zumbi dos Palmares, da Associação APROAGRO, aos agricultores da Cooperativa COOPLAL representada pelo Sr. Antônio Carlos. Aos Agricultores da Associação ECODULAVE, representada pela figura do Sr. Inácio Francino da Silva, onde desenvolve um trabalho pautado nos princípios agroecológicos e buscando agregar inovações a todos os agricultores familiares envolvidos.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo realizar uma análise do processo de desenvolvimento rural, a partir das ações do Arranjo Produtivo Local Fruticultura no Vale do Mundaú e da agroecologia, analisando as dimensões, econômica, político institucional, social, ambiental e cultural no território da Mata Alagoana, Alagoas. Partiu-se do pressuposto de problemas vivenciados pelos agricultores familiares resultantes das enchentes no rio Mundaú, em especial a ocorrida no ano de 2010. Foi a partir desta que, iniciou-se a falência das usinas de beneficiamento de cana-de-açúcar no território. Assim, foi preciso o Estado realizar a inserção dos municípios atingidos por esses problemas no Programa de Arranjo Produtivo Local – PAPL, esse processo resultou em um novo arranjo produtivo e institucional para esse território, pautado em potencialidades já existentes, como a prática da cultura da fruticultura tendo como carro chefe os cultivos da Laranja Lima (Orgânica) e da Banana (prata e comprida). Foi neste cenário que o APL potencializou características produtivas, humana e social dos agricultores familiares que estão inseridos nos projetos e ações. A agroecologia exerce importância na valorização das mulheres e jovens, bem como a inserção a novos nichos de mercados pautados na certificação orgânica e na valorização das dimensões aqui analisadas. Neste contexto busca-se desenvolver práticas metodológicas que utilizem metodologias já consolidadas para analisar dados e as dimensões, à análise de documentos técnicos e dados oficiais, relatórios de pesquisas, atas de reuniões, questionários e entrevistas, dados gerados nas respectivas pesquisas, revisão bibliográfica focada nas temáticas discutidas, buscando atrelar as ações e projetos realizados pelo APL a proposição de parâmetros e indicadores que ofereçam o devido suporte para atender as questões e objetivos requeridos na pesquisa. Trabalhar numa perspectiva comparativa do acesso e abrangência das políticas públicas com foco no desenvolvimento rural do território, com os municípios que integram o APL, para constatar a existência do desenvolvimento rural. Essa análise ganha reforço a partir dos processos que buscam a valorização da pequena agroindústria familiar, dos produtos locais, da inserção de grupos vulneráveis, constatando-se uma mudança na realidade produtiva, institucional, econômica, social e ambiental dos municípios envolvidos nas ações do APL.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar, Arranjos Produtivos Locais, Agroecologia, Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT

Esta investigación tiene como objetivo realizar un análisis del proceso de desarrollo rural, de las acciones de la fruta en crecimiento productivo disposición local en Vale do Mundaú y la agroecología, el análisis de las dimensiones, económica, institucional, político, social, ambiental y cultural en el territorio del bosque Alagoas, Alagoas. empezamos con los problemas de asunción experimentados por los agricultores como consecuencia de las inundaciones en el río Mundaú, especialmente durante el año de 2010. Fue a partir de esto que comenzó la quiebra de procesamiento de la caña de azúcar plantas en el territorio de . Por lo tanto, era necesario que el Estado lleve a cabo la inserción de los municipios afectados por estos problemas en el Programa de Arreglo Productivo Local - PAPL, este proceso dio lugar a un nuevo arreglo productiva e institucional de este territorio, basado en el potencial existente, como la práctica de la cultura horticultura que tiene como buque insignia cultivos de naranja Lima (orgánica) y plátano (plata y de larga duración). Fue en este escenario que el APL apalancado características productivas, humanas y sociales de los agricultores que se incluyen en los proyectos y acciones. Agroecología lleva importancia en la potenciación de las mujeres y los jóvenes, así como la inserción de un nuevo nicho forrado mercados en la certificación orgánica y la apreciación de las dimensiones analizadas aquí. En este contexto, buscamos desarrollar prácticas metodológicas utilizando métodos ya establecidos para analizar los datos y dimensiones, para el análisis de los documentos técnicos y los datos oficiales, informes de investigación, actas de reuniones, entrevistas, cuestionarios y datos generados en la literatura de investigación enfocados respectiva opinión los temas discutidos, tratando de aprovechar las acciones y proyectos llevados a cabo por APL proponer parámetros e indicadores que proporcionan el apoyo adecuado para cumplir con los objetivos y los problemas en materia de investigación. Trabajando en una perspectiva comparativa del acceso y el alcance de las políticas públicas centradas en el desarrollo rural del territorio, con los municipios de la APL, para establecer la existencia del desarrollo rural. Este refuerzo ganancias de análisis de los procesos que buscan la apreciación de la pequeña agroindustria familiar, los productos locales, la inclusión de grupos vulnerables, lo que confirma un cambio en la realidad productiva, institucional, económico, social y ambiental de los municipios involucrados en las acciones de APL.

KEYWORDS: Family Agriculture, Local Productive Arrangements, Agroecology, Rural Development

LISTA DE SIGLAS

APL - Arranjo Produtivo Local
APROAGRO - Associação das Produtoras Agroecológicas da Zona da Mata de Alagoas
BB - Banco do Brasil
BNB - Banco do Nordeste
CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
COOPLAL - Cooperativa dos Produtores de Laranja Lima do Vale do Mundaú
DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf
ECODUVALE - Associação Agroecológica do Vale do Mundaú
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
GEPRU - Grupo Sobre Transformações no Mundo Rural
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério de Desenvolvimento Social
MEC - Ministério da Educação
NEDET - Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial
NUPEA - Núcleo de Pesquisa em Agroecologia
ONG - Organização Não Governamental
OCDE - Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE - Programa Nacional Alimentação Escolar
PAPL - Programa de Arranjo Produtivo Local
PPGEO - Programa de Pós-Graduação em Geografia
PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural
SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SECTES - Secretária de Ciências, Tecnologia e Educação Superior

SUMÁRIO DE FIGURAS

Figura 01- Construção do referencial das políticas públicas para a agricultura.....	47
Figura 02- Mapa do território rural da Mata Alagoana – Alagoas.....	60
Figura 03- Programas e Projetos Divididos por Dimensões/PTDRS do Território.....	61
Figura 04- Metas e Valores Territorializados por Ministérios.....	62
Figura 05- Etapas para a institucionalização da política de APL em Alagoas.....	63
Figura 06- Municípios do Vale do Mundaú e a localização das ações do APL – Alagoas.....	81
Figura 07- Diagrama da estrutura institucional do APL Fruticultura no Vale do Mundaú.....	93
Figura 08- Matriz político institucional/programas e projetos.....	95
Figura 09- Estrutura de governança do APL.....	98
Figura 10- Logo marca do APL Fruticultura no Vale do Mundaú.....	144
Figura 11- Logo marcas da associação Ecoduval e da COOPLAL.....	144
Figura 12- Transporte da colheita de laranja lima, município de Santana do Mundaú.....	145
Figura 13- Transporte da Colheita de Laranja Lima II.....	145
Figura 14- Dia de campo/visita técnica em propriedade agroecológica com consórcio de culturas, município de Ibateguara – Alagoas.....	146
Figura 15- Visita a propriedade de agricultores agroecológicos do APL, município de Ibateguara, Alagoas.....	146
Figura 16- Atividade em unidade demonstrativa de banana, comunidade do Vale da Pelada, União dos Palmares, Alagoas.....	147
Figura 17- Feira orgânica dos produtores do APL, realizada na UFAL, Maceió.....	147
Figura 18- Sede da APROAGRO, Cultivos agroecológicos.....	148
Figura 19- Dia de campo da agricultura orgânica e agroecológica no Município de Branquinha “Estação tecnológica de compostagem”.....	148
Figura 20- Produtos e Ações da APROAGRO – Branquinha.....	149
Figura 21- Seminário sobre Feiras livres/semana do Empreendedor em São José da Laje....	149
Figura 22- Área da Unidade Demonstrativa de Laranja Lima Orgânica, Município de Santana do Mundaú.....	150
Figura 23 - Sede da Pequena Agroindústria Familiar. Produtos da linha “Sabores do Vale” da Associação Agroecológica do Vale do Mundaú (Ecoduval) – Santana do Mundaú.....	150

SUMÁRIO DE TABELAS

Tabela 01- Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural- I.....	50
Tabela 02- Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural- II.....	53
Tabela 03- Comercialização da Agricultura Familiar junto aos Mercados Institucionais.....	69
Tabela 04- Agricultura Familiar no Território da Mata Alagoana.....	74
Tabela 05- Produção de Frutas (laranja e banana) por Municípios Produção de Frutas (laranja e banana) por Municípios.....	77
Tabela 06- Produção de Frutas (laranja e banana) por Municípios.....	90
Tabela 07- Classificação de Gênero dos Produtores.....	113
Tabela 08- Classificação de Etária dos Produtores.....	114
Tabela 09- O Grau de Escolaridade dos Produtores.....	115
Tabela 10- Grau de Satisfação dos Produtores com as Ações.....	115
Tabela 11- Acesso: Ocupação e Renda.....	116
Tabela 12- Indicadores socioeconômicos-I.....	116
Tabela 13- Indicadores socioeconômicos-II.....	120

SUMÁRIO DE QUADRO

Quadro 01- Quadro 01 – Consequência das últimas Seis Enchentes do Rio Mundaú no Território da Mata Alagoana.....	31
Quadro 02 - Evolução dos Conceitos de Desenvolvimento Rural.....	40
Quadro 03- Esquema que Sistematiza os dois Próximos Capítulos.....	41

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 ABORDAGENS E CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE.....	17
1.1 Explorando Conceitos e Abordagens de Território e Territorialidade	17
1.2 Olhares sobre o Rural e a Formação da Identidade Territorial.....	24
1.3 Evolução da Abordagem e Processo de Desenvolvimento “Rural”	36
2 ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DA REALIDADE A PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS.....	45
2.1 Condições da Realidade do Território da Mata Alagoana.....	45
2.2 Leitura dos Principais Programas e sua Participação junto ao APL.....	55
2.2.1 Programa Territórios da Cidadania – PTC.....	58
2.2.2 O Processo de Institucionalização do Programa de APLs em Alagoas – PAPL.....	63
2.2.3 Contribuições do Programa de Compras Institucionais (PAA; PNAE).....	66
3 CARACTERIZAÇÃO DO APL E ANÁLISE DAS DIMENSÕES.....	72
3.1 Qual a Importância da Agricultura Familiar e da Fruticultura no Processo de Desenvolvimento do APL Fruticultura no Vale do Mundaú?.....	72
3.2 Caracterização do APL.....	78
3.3 O APL e sua Relação com o Rural e a Agroecologia.....	82
3.3.1 Dimensão Econômica e a Pequena Agroindústria Familiar.....	86
3.3.2 Dimensão Político Institucional.....	92
3.3.3 Governança Territorial e Inovação.....	96
3.3.4 Dimensão Social	102
3.3.5 Dimensão Ambiental e Cultural: uma leitura a partir da ‘Diversidade’	106
4 ANÁLISE DOS INDICADORES E O DESENVOLVIMENTO RURAL.....	111
4.1 Análises dos Indicadores a partir do APL.....	113
4.2 Dificuldades para Agregar Valor e Comercializar Produtos	121
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	132
APÊNDICES.....	142

INTRODUÇÃO

Os estudos em desenvolvimento rural tem despertado o interesse de diversos pesquisadores de diferentes áreas das ciências humanas. Assim, minha motivação em realizar estudos ligados à temática, na perspectiva dos Arranjos Produtivos, das políticas públicas e da Agroecologia surgiu a partir de minha inserção no grupo de pesquisa sobre transformações no mundo rural (GEPRU). Tendo como ponto de partida para o desenvolvimento da pesquisa a escolha do recorte espacial, neste momento a escolha do estado de Alagoas mais precisamente o território da Mata Alagoana foi impulsionada pelo fato de integrar a equipe do projeto NEDET nos seis Territórios de Cidadania de Alagoas, onde desempenho a função de assessor territorial de inclusão produtiva. As atividades desenvolvidas nesse projeto possibilitaram realizar uma leitura do território e de seus atores sociais a partir da perspectiva territorial, podendo ter acesso às informações e análises das políticas públicas, projetos e ações no território da Mata Alagoana.

O território da Mata Alagoana é naturalmente um espaço de resistência, sua história comprova essa característica, seja para sua afirmação junto às lutas ligadas a resistências sociais e políticas. Tendo sua maior representatividade à figura do líder Zumbi dos Palmares. Partindo desse dado histórico e dos últimos acontecimentos ligados às inúmeras enchentes ocorridas durante as últimas décadas, a mais recente no ano de 2010, essa provocou forte alteração social e produtiva neste território à medida que, os agricultores familiares deste território se depararam com o início do processo de falência da produção de cana-de-açúcar. Esses eventos provocaram o fechamento de duas usinas de beneficiamento da cana-de-açúcar e o alagamento de grandes áreas cultivadas por cana. Provocando um grande número de desempregados, já que nesse território o corte da cana é uma das principais fontes de renda destas populações (NOTAS DO AUTOR, 2015).

Neste contexto cabe destacar o papel do Estado, seja na esfera federal ou estadual na formulação de políticas e programas que desenvolvam estratégias e potencializem diferentes segmentos. De modo que vale destacar as experiências em desenvolvimento no estado de Alagoas, que viu no fortalecimento produtivo e das organizações da sociedade civil organizada uma possibilidade de resgatar a dignidade da população rural, em especial do Território da Mata Alagoana que tem passado por processos que dificultam sua sobrevivência e a manutenção de sua cultura.

A importância das políticas públicas e dos respectivos projetos e programas inseridos para fortalecer os arranjos produtivos de caráter rural tem papel fundamental para os processos aqui analisados. A partir destes processos os atores ganham autonomia e fortalecem a tríade, Estado, sociedade e meio ambiente, priorizando os agricultores familiares, a governança territorial, as institucionalidades, a equidade social e a diversidade em suas diferentes facetas.

Partindo desta realidade a presente pesquisa busca investigar o processo de (re)arranjo produtivo dos agricultores familiares na perspectiva da agroecologia. O principal objetivo da pesquisa é identificar o processo de desenvolvimento rural, a partir das ações do Arranjo Produtivo Local Fruticultura no Vale do Mundaú e da agroecologia, analisando as dimensões, econômica, político institucional, social, ambiental e cultural no território da Mata Alagoana, Alagoas.

Assim, procura-se atingir os seguintes objetivos específicos: analisar as dimensões proporcionadas pelos programas, projetos e ações desenvolvidas pelo Estado na perspectiva do APL Fruticultura no Vale do Mundaú em Alagoas; constituir parâmetros e indicadores de desenvolvimento rural, sobre as bases do APL rural e suas interfaces com a política dos mercados institucionais; abordar o processo de desenvolvimento rural no Vale do Mundaú, a partir da operacionalização das ações do APL junto ao PAPL, Territórios da Cidadania e a política dos mercados institucionais na Mata Alagoana, Alagoas; explicar a importância das políticas públicas, enquanto ferramenta de reprodução social e econômica a partir do funcionamento do APL. Nessa análise a agroecologia exerce papel de desta a partir da influência exercida junto às ações do APL Fruticultura no Vale do Mundaú.

Para responder as questões propostas nesta pesquisa, a fim de traçar o panorama em que o estudo transcorreu, esta dissertação encontra-se organizada em quatro capítulos. Em que o primeiro capítulo busca estabelecer a teoria metodológica abordada na pesquisa, a partir da abordagem das categorias geográficas, buscando estabelecer diálogos entre autores das ciências humanas. Estando dedicado à fundamentação teórica e análise das categorias geográficas “território e territorialidade”, isso compreende a utilização de autores que possibilitem explorar as dimensões aqui analisadas, a exemplo de (Bagnasco, (1977); Dematteis, (2001); Andrade, (1994); Cazella *et al.*, (2009); Santos, (1994); Alves *et al.*, (2004); Haesbaert, (2004); entre outros). No que refere-se à concepção de desenvolvimento e a evolução deste conceito para identificar uma abordagem de desenvolvimento rural a partir da formação do Território da Mata Alagoana, foram estabelecidas leituras seguindo autores

como: Celso Furtado, (2007); Sen, (2010); Wanderley, (2009); Kageyama, (2010); Castro, (1984); Andrade, (1963); Navarro, (2004); entre outros.

Para o segundo capítulo procura-se estabelecer relações entre questões propostas nesta pesquisa, a fim de traçar o panorama geral. Foram estabelecidas diretrizes que buscaram uma leitura de concepções de Estado e das Políticas Públicas efetuando uma leitura de autores, a exemplo de Bobbio, (1986); Bacelar, (2009); Faver, (2009); Sen, (2010); Atkinson, (2015); Piketty, (2014) entre outros. É a partir destas concepções que ocorre a leitura da realidade, partindo de uma análise comparativa do acesso as políticas públicas no Território da Mata Alagoana. Assim, é possível identificar a partir de Silva Júnior, (2014), evolução dos arranjos produtivos no território a partir das ações do APL e dos Programas Territórios de Cidadania, Programa de Arranjos Produtivos Locais, e Programa de Mercados Institucionais.

No terceiro capítulo é estabelecida a importância da agricultura familiar, da fruticultura e do APL Fruticultura no Vale do Mundaú. Nesta perspectiva utilizam-se autores como: Aquino; Schneider, (2015); Wilkinson, (2008); Ferreira *et al.*, (2012); Silva Júnior, (2014); outra fonte de suma importância foram os documentos técnicos e dados oficiais cedidos pela SEPLANDE, (2014), pela REDSIST, (2010), IBGE (Censos 2000/2010), pelo NEDET/UFS/AL, por Ministérios como MDA, MDS, MEC e outros órgãos como INCRA, CONAB, SDT entre outros órgãos oficiais. Para estabelecer uma relação direta do APL e seus respectivos projetos e ações com a agroecologia utilizou-se dados da SEPLANDE, (2014/2015); Castro, (1984); Shiva, (2003); Caporal; Costabeber, (2002); Romeiro, (1996); Altieri, (2002); Pinheiro e Pinheiro Filho, (2014) entre outros. Sendo possível realizar a análise das Dimensões Político Institucional, Econômica, Social, Ambiental e Cultural.

O quarto capítulo estabelece uma análise orientada ao desenvolvimento rural, partindo da proposição de parâmetros e indicadores que serão utilizados para consolidar as a proposta de desenvolvimento rural na perspectiva do APL Rural no Território da Mata Alagoana. São analisados os questionários aplicados na pesquisa NEDET no período de 2014 a 2016, dados analisados por SEPLANDE *Apud* Silva Júnior, (2014), autores que abordam questões ligadas a equidade, pequena agroindústria familiar, diversidade e meio ambiente. Nesta perspectiva autores como Mendes, (2014); Sen, (2010); Barros, (2011); Andrews; Vries, (2012); Lopes, (2013); NEDET/UFS/AL, (2014).

Os objetivos específicos buscam estabelecer uma relação entre os diferentes atores sociais e as políticas públicas, programas e ações que potencializam as iniciativas produtivas idealizadas pelo APL e estabelecem relações na perspectiva da agroecológica. Questões

ligadas à operacionalização do PAPL, dos Territórios de Cidadania e Mercados Institucionais no contexto do APL.

Estabelecendo os Problemas de Pesquisa

As ações desempenhadas a partir da política dos mercados institucionais de apoio ao desenvolvimento rural no Território da Mata Alagoana, vinculadas ao APL Fruticultura no Vale do Mundaú e a agroecologia são capazes de proporcionar mudanças reais e efetivas para o território?

As redes como estrutura ou mecanismos de governança e inovação são capazes de integrar mútuos portadores de interesse, como no caso das associações, cooperativas instituições públicas e os agricultores familiares?

O fortalecimento da agroecologia junto aos agricultores familiares impulsiona o desenvolvimento rural e o surgimento de novas territorialidades?

Até que ponto as políticas públicas, e o PAA/PNAE estão inseridos na estratégia de desenvolvimento rural do território?

A Estrutura Metodológica

Para execução da pesquisa, foi estabelecido um marco teórico baseado no levantamento bibliográfico específico e diversificado, à medida que se utiliza autores que exploram a temática a partir da economia, da sociologia, das ciências agrárias, da história e da geografia para buscar relacionar as questões referentes ao território, às territorialidades e institucionalidades, ao desenvolvimento rural a agroecologia. Complementando a análise das temáticas ligadas aos agricultores familiares e políticas públicas utilizando fichamentos de livros, artigos, dissertações, teses e sites oficiais de órgãos públicos, federais.

No que tange a pesquisa documental o acesso aos estudos e relatórios idealizados pela Secretaria de Planejamento e desenvolvimento (SEPLANDE) do estado de Alagoas, possibilitou o acesso aos documentos oficiais. Outra fonte de dados oficiais importantes são os documentos e dados produzidos pelo Projeto NEDET (questionários, atas e relatórios de viagem), onde foi possível acessar aos dados de outras instituições como Banco do Brasil, Banco do Nordeste, INCRA, CONAB, Secretarias ligadas aos Ministérios, MDA, MDS, MEC, entre outros. O acesso aos dados do IBGE a partir dos Censos Demográficos de 2000 e

2010, o acesso às informações municipais a partir do SIDRA/IBGE, bem como a plataforma Alagoas em dados. Vale destacar que muitas informações também foram acessadas a partir dos sites oficiais das instituições.

A aplicação de metodologia partindo das análises de (OECD, 1996, p. 22, *Apud* Kageyama, 2003), Kageyama (2008), (2010), Krahenholfer (2001), na qual possibilitaram estabelecer os caminhos a serem percorridos e os parâmetros e indicadores a serem trabalhados na pesquisa.

Como considerações finais são apresentadas reflexões obtidas com este estudo, através das observações e interpretações realizadas a partir dos resultados alcançados. Deste modo pretendo oferecer uma nova abordagem para o avanço no debate orientado ao ator social envolvido nos processos dos Arranjos Produtivos Locais Rurais, da análise comparativa das Políticas Públicas com finalidade de estabelecer o caráter produtivo dos municípios que integram o território. Estabelecendo a comparação entre os municípios que integram o APL Fruticultura no Vale do Mundaú e suas respectivas entidades que atuam a partir da perspectiva da Agroecologia. Aliando a isso uma proposição de conceito “APL Rural”, e estabelecendo modelos sobre a manutenção das institucionalidades presentes no território no que tange aos programas, projetos e ações que estabelecem as relações de poder e de mediação social sobre os atores.

1 ABORDAGENS E CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

1.1 Explorando Conceitos e Abordagens de Território e Territorialidade

Nas últimas décadas a noção de território tem assumido relevante importância para inúmeras áreas do conhecimento, principalmente nas análises e discursos de formuladores e gestores de políticas públicas de diversos países, bem como do Brasil. Na perspectiva direcionada para a agricultura e o meio rural, o território aparece com protagonismo privilegiando iniciativas inovadoras e buscando renovar antigas e novas abordagens a exemplo do desenvolvimento rural. Porém a de se concordar com as dificuldades encontradas para utilizar o conceito de território, à medida que busca-se cada vez mais aspectos que utilize suas abordagens, a partir de uma intervenção pública como destaca Cazella *et al.*, (2009),

“[...] o território é considerado um “conceito-mala” pelo fato de carregar diversos sentidos, Sua integração no campo da Geografia é relativamente recente – décadas de 1970 e 1980 – e foi concomitante com uma abertura desta ciência na direção de outras Ciências Sociais, particularmente da Antropologia (relações entre o mundo material e o mundo simbólico), da Sociedade (produção dos espaços urbano e rural), da Economia (efeito econômico da localização da produção) e da Ciência Política (territorialização do poder e das políticas públicas)” (CAZELLA *et al.*, 2009 p. 25).

Para idealizar uma reflexão que aborde diferentes condições para construção de um território Cazella *et al.*, (2009, p. 26), discuti quatro condições que favorecem esse processo partindo da origem dos territórios:

“[...] i) o poder político (tecido administrativo); ii) as dinâmicas socioeconômicas ligadas ao sistema produtivo (como os distritos industriais, clusters, qualidade de produtos, etc.); iii) os comportamentos e aspectos identitários e de pertencimento; iv) as naturalistas (determinismos ligados às interações natureza-sociedade)” (CAZELLA, *et al.*, 2009, p. 26).

Numa perspectiva analisada a partir de Haesbaert (2005), o território interpretado como espaço dominado e apropriado, traduz manifestações multi-escalar e multidimensional dentro de uma concepção que explora multiplicidade de diferentes multiterritorialidades. O

autor confirma que “[...] toda ação que se pretenda ser transformadora, hoje, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão: ou se trabalha com a multiplicidade de nossos territórios, ou não se alcançará nenhuma mudança efetivamente inovadora”. Pode-se afirmar que na concepção de território desenvolvida pelo autor a relação de dominação político-econômica está focada numa abordagem concreta e funcional, na perspectiva simbólica e cultural estando direcionada para a esfera subjetividade na análise do conceito de território.

Para se produzir um conceito qualquer leva-se em consideração sensações imediatas, podendo elas, serem estimuladas, espontâneas ou psicológicas, bem como, pelo acesso e aprofundamento do conhecimento e pela lógica aplicada. Neste processo existem limites de soberania, de propriedade, disciplinas, vigilância e jurisdição, de maneira que, o território reflete de forma inconsciente a sensação de fechamento e proteção (GEIGER, 1996, p. 235, *Apud* LEFEBVRE, 1947).

Utilizando uma abordagem que considera o território, mais que simples base física para as relações entre atores e empresas, no caso em questão o APL, que possuem um tecido social e institucional, um arranjo complexo realizado através de laços que vão muito além de seus parâmetros, atributos naturais e do capital social. Segundo Abramovay, (2000a, p. 385), “[...] Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas, culturais e sociais, de identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio processo de desenvolvimento rural implicado no território”.

Assim, parte-se de análises que utiliza autores que exploram a complexidade dos problemas territoriais. A formação do território e suas diferentes territorialidades, na pesquisa em questão, têm como base referencial a escola italiana e autores brasileiros que a reproduz. Analisam-se as diferentes contribuições no processo de produção do território, utilizando como base o movimento histórico e suas simultaneidades. Tendo como condutor o movimento constante que se materializa na vida cotidiana, bem como no território, com enfoque na inserção entre tempos históricos e diferentes coexistências. Conjugando os aspectos econômicos, políticos, da natureza, social e cultural (SAQUET, 2007, p. 55-76).

Afirmações idealizadas a partir de Cazella *et al.*, (2009, p. 31), destacam a importância atribuída aos cientistas sociais italianos que depositam esforços em compreender e analisar os diferentes padrões de desenvolvimento das regiões do Centro e Nordeste daquele país, denominada “Terceira Itália” por Bagnasco (1996). Esses estudos servem de base para realizar análises em diferentes dimensões do desenvolvimento.

A particularidade desta literatura é de combinar uma análise organizacional com aspectos institucionais e culturais. Diretamente do modelo da grande empresa hierarquicamente integrada, características do sistema de produção em massa predominante no Norte da Itália, as regiões do Centro e Nordeste apresentam uma organização produtiva estruturada por aglomerações de pequenas e médias empresas que se especializam em diferentes fases do processo produtivo (CAZELLA *et al.*, 2009, p. 31).

Seguindo uma análise utilizando abordagens, a partir de Andrade (1994), *Apud Saquet* (2011, p. 11), onde o mesmo destaca em sua abordagem sobre território, o papel das forças políticas e econômicas na constituição do território, ligando sempre a ideia de domínio, poder e de gestão, essa gestão pode ser realizada pelo Estado, por uma empresa e/ou um grupo de empresas, ou seja, um arranjo produtivo local, um consórcio entre outros.

Para Andrade (2004, p. 19), o conceito de território,

“[...] não deve ser confundido com o conceito de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas”.

É nesse sentido que, o conceito e/ou categoria geográfica território, deve ganhar centralidade. Partindo de concepções pensadas e elaboradas de forma multidisciplinar, ou seja, a geografia, a sociologia, a economia e outras ciências devem dar sua contribuição nesse processo. A partir dos anos de 1970 em países como o Brasil, a França, Suíça e Itália, em especial o último, a abordagem territorial passa a compreender o espaço, a sociedade, a natureza e as dinâmicas presentes nesses territórios. Incorpora nessa abordagem um viés de desenvolvimento em redes, em favor da utilização da natureza, de pequenas e médias empresas, da cooperação através do associativismo e do cooperativismo, das identidades locais, da formação de capital social o que vem a configurar o início do desenvolvimento rural, na perspectiva territorial.

Numa perspectiva formatada, a partir de uma abordagem clássica, é possível afirmar que o território visualiza a sociedade e a natureza em um mesmo espaço¹, sendo elas

¹ Para Moreira, o espaço é o objeto da geografia, sendo ele resultado do conhecimento da natureza e das leis do movimento da formação econômica e social intermediada pelo objetivo do espaço. O espaço geográfico é o espaço interdisciplinar da geografia. É a categoria por intermédio da qual se pode dialogar com os demais cientistas que buscam compreender o movimento do todo da formação econômico-social, cada qual a partir de sua referência analítica (MOREIRA, 2007, p. 63).

indivisíveis e dependentes entre si, essa dependência estabelece vínculos e intermedia relações de trabalho e políticas.

O território para Milton Santos (1994) eleva o significado do espaço geográfico e o território, ainda que diferentes, a mesma condição. Já para Raffestin (1993, p. 63), o território é definido como sistemas de ações e de objetos. Nesta perspectiva as definições de Milton Santos são compartilhadas por Raffestin, onde os autores destacam o caráter político do território, aspectos e processos econômicos, simbólicos em sua constituição. Buscando entender aspectos que envolvem processos fixos e dinâmicos no qual proporcionam abordagens inalteráveis como é possível identificar,

“[...] o território é imutável em seus limites, uma linha traçada de comum acordo pela força. Este território não tem forçosamente a mesma extensão através da história. Mas em um dado momento ele representa um dado fixo. Ele se chama *espaço* logo que encarado segundo a sucessão histórica de situações de ocupação efetiva por um povo – inclusive a situação atual – como resultado da ação de um povo, do trabalho de um povo, resultado do trabalho realizado segundo as regras do modo de produção adotado e que o poder soberano torna em seguida coercitivas. É o uso deste poder que, de resto, determina os tipos de relações entre as classes sociais e as formas de ocupação do território” (SANTOS, 2004, p. 233).

O território é a expressão concreta/abstrata do espaço produzido gerador de multidimensionalidades de rede de relações sociais, gerando parâmetros direcionado ao trabalho e marcadas pelo poder. Não há território sem relações de poder, dessa maneira, produz-se uma territorialidade, fruto das relações diárias e momentâneas, dos homens entre si e com sua natureza exterior, evidentemente, não só âmbito da economia, mas também das ações políticas e culturais (ALVES *et al.*, 2004, p. 156).

A concepção de território é de suma importância para a atuação dos APLs, no entanto, essa ideia de território não se resume apenas à sua dimensão material ou concreta. Neste sentido Abdalla *et al.*, (2009, p. 121), o APL torna-se um território onde a dimensão constitutiva é econômica por definição, apesar de não se restringir somente a ela.

Para Arnaldo Bagnasco (1977), o território como área com características econômicas, políticas, e culturais na qual seus atores sociais mantêm relações com atores de outras áreas. Assim, o território além das áreas e formas espaciais, defendido pelo autor, significa conexão, articulação, resultado e condição da dinâmica socioespacial, sendo assim o desenvolvimento é marcado pela especialização produtiva local e ao mesmo tempo pela agregação territorial, por mudanças, inovações e permanências sociais.

Os estudos idealizados por Cazella *et al.*, (2009, p. 38), confirmam a importância institucional e o caráter coletivo do território. Neste ponto de vista a criação coletiva e institucional tem ligação com as transformações das propriedades do “território-dado” podem gerar o processo de valorização de vários recursos. Para a abordagem voltada para a “densidade institucional” explica a construção e as características de um território. Nessa análise destacam-se propriedades do território, para o autor é uma realidade em constante processo de evolução; outra propriedade baseia-se na análise dos resultados de forma simultânea dos intitulados “jogos de poder” e dos “compromissos estáveis” estabelecidos entre os atores sociais.

Quando Veiga (2006), argumenta a necessidade em se buscar concepções e abordagens sobre território que busquem atender ao novo contexto do rural brasileiro que tem como desafio atender aos novos processos que envolvem questões ligadas aos arranjos produtivos, a sustentabilidade, as ações ligadas as políticas públicas com foco no desenvolvimento rural em suas diferentes dimensões.

Assim, renovar a concepção de território para uma política de ordenamento exige, antes de tudo, que ele seja entendido como ator de um esforço constante de desenvolvimento, mas de um desenvolvimento no qual a coesão social é simultaneamente uma aposta e uma alavanca. Neste sentido, três insights têm sido cada vez mais enfatizados: a necessidade de combinar concorrência com cooperação; a necessidade de combinar conflito com participação; e a necessidade de combinar o conhecimento local e prático com o científico. Três lições que embutem uma interrogação central sobre as condições que permitem a emergência de instituições mais favoráveis a essas três combinações. E a resposta – como não poderia deixar de ser – é a afirmação de que o desenvolvimento depende, essencialmente, do papel catalisador que desempenha um projeto que tenha sido elaborado com ampla participação dos atores locais. Isto é, dos empreendedores privados, públicos e sociais que se identificam com determinada região (VEIGA, 2006, p. 20).

Incluindo uma concepção de território e territorialidade, a partir da escola italiana, onde servirão de marco norteado para a presente pesquisa. Assim, Dematteis (2001), faz uma leitura compreendendo ambos (território e territorialidade), como resultados de produtos construídos a partir do entrelaçamento entre os *Atores Sociais*²

² Atores Sociais aqui discutidos, são desde agricultores familiares, integrantes do APL, grupos ou coletivos sociais. O ator é uma condição social conquistada por meio de relações, e vivências sociais à medida que os indivíduos ou grupos sociais adquirem e constroem relações, que consiste no desenvolvimento e mobilização de recursos, capacidades e formulação de estratégias que permitem fazer de outra forma. Esses princípios dão base a outro conceito o de “agência”. Neste sentido os atores são indivíduos sociais ativos, dotados de capacidade, o que lhes permite agir e reagir em face de situações adversas. Os atores sociais não são vistos meramente como categorias sociais vazias e passivas de intervenção, mas como participantes ativos (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2011, p. 12-13).

de cada lugar, com o ambiente, e desses, com atores de outros lugares, efetivando tramas territoriais em diferentes níveis e escalas. De modo que, o território se apresenta como a construção coletiva e multidimensional com múltiplas territorialidades, que podem ser potencializadas através de estratégias de desenvolvimento em diferentes dimensões.

Na busca em explicar os “*elementos e processos territorializantes sociais*” Souza (2015, p. 25), estabelece uma relação entre diversos autores e confirma o território como resultado destes. Assim, novos fluxos e fixos, conteúdos ou formas conduzem os atores para formular a construção de novos cotidianos estabelecidos a partir de disputas entre condicionantes endógenos e exógenos. É nesta perspectiva que o autor conduz suas reflexões traçando relações abordando fatores que territorializam os princípios agroecológicos em um determinado território.

A compreensão do território, enquanto produtor de novas territorialidades evidencia o papel do arranjo produtivo local fruticultura no Vale no Mundaú, da agroecologia no processo de desenvolvimento rural. Neste contexto, apresentam-se processos de associativismo, cooperativismo e da pequena agroindústria familiar, criando e potencializando relações entre atores e redes e influenciando diretamente na dinâmica territorial.

Para buscar compreender o papel da territorialidade nos processos de desenvolvimento, é necessário esclarecer os principais significados assumidos por esse termo e suas diferenças essenciais. As concepções sobre territorialidade buscam enfatizar as diferentes capacidades das sociedades de criar suas representações sociais e simbólicas em um determinado território. Neste sentido, vale conferir reflexões em direção de significados para conduzir a formação histórica, sejam elas, econômica, social, ambiental, política e institucional (NOTAS DO AUTOR, 2015).

Alguns autores seguem um posicionamento que define a territorialidade, como um “conjunto de relações que nascem em um sistema tridimensional envolvendo sociedade-espaco-tempo, buscando maior autonomia, compatível com os recursos de um sistema”. Outra abordagem busca enfatizar em um conjunto de relações, em que uma sociedade exerce, a partir de indivíduos que tem com a exterioridade, com a finalidade de satisfazer os desejos com auxílio dos mediadores (DEMATTEIS, 2008, p. 34). Nessa mesma perspectiva, o autor compreende o processo de territorialidade como mediação simbólica, cognitiva, e que se operacionaliza a partir da materialidade dos lugares exercida nas ações sociais junto ao território. A territorialidade busca a valorização das condições e recursos potenciais, contextos territoriais em processos de desenvolvimento, o que pode ser traduzido numa territorialidade

ativa, esse processo é fundamentado através da organização política e do planejamento participativo,

“[...] a territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social e de grupos distintos. Na territorialidade, há continuidades no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhes identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar” (DEMATTEIS, 2001).

A territorialidade corresponde ao controle sobre um espaço, sendo assim exercem estratégias para influenciar e/ou controlar, e está diretamente relacionada ao modo como as pessoas usam a terra, organizam o espaço e dão significado ao lugar, a territorialidade é uma expressão do poder social, agregado ao território. Existem duas abordagens para o conceito, a territorialidade passiva e territorialidade ativa. A abordagem passiva faz a relação do território com as dimensões sociais, constituindo uma forma conservadora de relações entre os atores sociais. Já a dimensão ativa tem a capacidade de valorização dos atores, bem como os recursos existentes em um determinado território, através de ações inclusivas que são reflexos de uma realidade material (GOVERNA, 2005, p. 57).

Nessa perspectiva é possível identificar, que a territorialidade passiva é (negativa), a mesma agrega estratégias de controle e com o sistema normativo associado, objetiva excluir sujeitos e recursos. Já uma territorialidade ativa é (positiva), ou seja, deriva de ações coletivas territorializadas e territorializantes dos atores locais e com o objetivo de construir estratégias para potencializar a inclusão destes (DEMATTEIS, 2008, p. 35).

Na perspectiva de Raffestin (1977, p. 130), a territorialidade agrega a qualidade subjetiva de grupos e atores sociais ou indivíduos que lhe permite, com base em imagens, representações e projetos, tomar como consciência o seu espaço de vida individual ou coletivo, para assim, estabelecerem suas relações.

Para Silva (1996), a concepção de territorialidade traduz um conjunto de práticas e expressões materiais e simbólicas, capazes de garantirem a adequação e permanência de um dado território por um determinado ator social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas, o autor baseia seu conceito de territorialidade, a partir de concepções de Robert Sack (1986), onde a territorialidade é entendida, “[...] para os seres humanos como uma poderosa estratégia geográfica para controlar as pessoas e coisas através do controle de uma área”.

Quando efetua-se análises, que buscam explorar formatos e transformações decorrentes de processos recentes, como no caso, de falência de ciclos produtivos, ocorre o surgimento de novas territorialidades, bem como processos de desterritorialidades, é o exemplo, da cultura da cana-de-açúcar no território da Mata Alagoana, que contribui para o surgimento de novas territorialidades é a luta para as classes pouco assistidas pelo Estado, e das novas fontes especializadas de produção e beneficiamento de mercadorias e produtos.

O surgimento de processos como “Desterritorialização e Reterritorialização”, ambos trabalhados por Haesbaert (2004), nesses múltiplos processos segundo o autor, acabam por reafirma o território a partir dessa nova dinâmica em suas diferentes dimensões. Mesmo que com a existência de uma diversidade que sustenta esse território a partir dos seus sentidos concreto e simbólico.

A noção de território estabelecida por Pecqueur (1987), agrega a noção de território a partir da confrontação dos espaços individuais dos atores sociais nas suas diferentes dimensões, ou seja, econômicas, socioculturais e ambientais. O território não se opõe ao espaço-lugar agregado à funcionalidade destes processos estabelecendo variáveis explicativas suplementares.

1.2 Olhares sobre o Rural e a Formação da Identidade Territorial

Buscando trazer definições e tipologias que possibilitem compreender o RURAL, aqui discutido, busca-se analisar concepções e conceito que demostrem o rural a partir de suas particularidades, assim, a primeira definição apresenta o rural, compreendido a partir do conceito elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, onde o,

“[...] rural é a área externa ao perímetro urbano de um distrito, composta por setores nas seguintes situações do setor: rural-de extensão urbana, rural-povoado, rural-núcleo, rural-outros aglomerados, rural-exclusive aglomerados” (IBGE, 2002, p. 66).

O que percebe-se nesta concepção, é a atribuição do caráter relativo ao rural, ou seja, não é atribuída nessa análise características como; o número de população, índices de vulnerabilidade social, entre outros. Visto que, a existência de características que se contrapõe

ao urbano e em muitos casos o complementa, baseia-se na definição administrativa de perímetro urbano (IBGE, 2002, p. 66).

Como é possível identificar as discussões idealizadas por Wanderley (2009, p. 204), onde a autora faz referências a Bernard Kayser que identifica o rural como, “[...] um modo particular de utilização do espaço e de vida social”. Nesta perspectiva sugere-se duas características fundamentais, trata-se do espaço natural e do espaço construído, ou seja, a existência de uma relação específica dos habitantes das áreas rurais com a natureza, com a qual o homem trata diretamente, em especial a partir do seu trabalho e do seu habitat.

Na mesma perspectiva a autora idealiza reflexões sobre a importância e o papel do agricultor familiar no rural aqui apresentado a medida que a modernização trás profundas alterações e redefine, sem propriamente, segundo a autora, sem anular as questões que se referem à relação campo/cidade. Sua importância na sociedade vai além de simplesmente produzir alimentos ela é uma importância social, cultural e política em suas localidades. O agricultor familiar guarda laços profundos, sejam esses laços de ordem social, cultural e simbólica, agrega a ele a tradição camponesa que recebeu de seus antepassados (WANDELEY, 2009, p. 204).

Ocorre ainda a utilização da definição de rural idealizada pela Fundação Getúlio Vargas, onde uma sociedade pode ser reconhecida como rural, a partir de critérios estabelecidos que indiquem: uma área com contingente de menor densidade demográfica; características sociais semelhantes; baixa mobilidade social e espacial; índices de mudança social; a presença da agricultura, pecuária e atividades similares; a posse da terra como centro convergente do sistema político, econômico e social. Percebe-se que essa concepção leva em consideração, variáveis que são utilizadas na abordagem utilizada pela corrente de pesquisadores que estudam o desenvolvimento rural (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, FGV, 1987, p. 1090).

A definição do que venha ser rural é complexa e inesgotável, porém Kageyama, (2003), aponta os pontos de consenso entre as diferentes concepções e abordagens: a) o rural apresenta características multisetorial, não está ligado somente a atividades agrícolas, ou seja, a presença da pluriatividade agrega características multifuncionais com funções produtivas, ambiental, institucional e social; b) as áreas rurais tem uma densidade populacional relativamente baixa, possibilitando assim constituir uma definição com base legal; c) não ocorre um isolamento completo entre os espaços rurais e urbanos. São estabelecidas as diferentes redes (sociais, mercantis, institucionais) entre o rural e as cidades.

As localidades que integram os municípios que compõem o Vale do Mundaú exercem funções importantíssimas e caracterizam-se como pontos de encontro de diversos conjuntos de relações sociais. Essas relações integram e formam redes, consolidam o caráter material e social, combinam diferentes níveis e possibilitam o protagonismo aos atores sociais, individuais e coletivos em seus diferentes contextos, assim, as localidades rurais podem ser consideradas,

“[...] como uma série de resultados físicos e sociais surgidos à medida que os atores perseguem seus objetivos no interior dessas redes. A localidade é assim um ponto de encontro onde redes se interceptam e onde alguns atores podem impor seus interesses sobre outros. Com o tempo, esses resultados vão se compondo para dar lugar a uma formação socioespacial” (MURDOCH; MARSDEN, 1994, *Apud* KAGEYAMA, 2010, p. 31).

Segundo Kageyama (2010, p. 13-27), a essência da noção de rural é territorial e espacial, não podendo ser identificada com um setor de atividade, nem com o mercado enquanto lócus de transações comerciais. Neste contexto o rural não é mais observado como sinônimo de atraso, ao contrário, suas características até então desvalorizada comparadas com as facilidades atribuídas ao urbano e representadas pelas cidades, passa a ser valorizado novamente com questões ligadas a qualidades para residência, repouso e a redescoberta de valores naturais e culturais, explorados pelo turismo rural e cultural.

Reflexões idealizadas, a partir de Celso Furtado (2007, p. 104), que contribuem para caracterizar a expansão econômica da região Nordeste, fazem menção à transformação econômica que ocorreu progressivamente com grande parte da população que produzia apenas o necessário para sua subsistência. Ocorreu a dispersão de parte da população, partindo para um sistema de pecuária extensiva, que ocasionou em mudanças drásticas e um retrocesso partindo para estagnação nas formas de divisão do trabalho e especialização, provocando retrocessos nas técnicas artesanais de produção.

Na formação territorial da região da Mata Alagoana o que fica evidente é sempre a busca pela superação das desigualdades, sejam elas, sociais, políticas e econômicas. Buscando explicar através desta linha histórica o real sentido da concepção de desenvolvimento, podendo assim associar a esse processo, o crescimento, o progresso do território da Mata Alagoana. A capacidade organizativa da sociedade é fundamental, para seu progresso de desenvolvimento. O que fica evidente na formação deste território, é que não só os processos históricos influenciaram, mais as características físicas e dinâmicas locais impulsionaram o processo de desenvolvimento rural.

Como afirma Sen (2010, p. 77), o processo de desenvolvimento é amplamente influenciado por inter-relações, que correspondem a múltiplas liberdades que se relacionam, existindo a necessidade de desenvolver e sustentar uma pluralidade de instituições e “atores sociais para compor a formação de um território”.

Conhecer os diferentes conjuntos de atores, redes e o contexto histórico em que atuam todos, é essencial e primordial para se avançar na análise do processo de desenvolvimento rural (SCHNEIDER, 2011, p. 54). Assim, torna-se uma abordagem fértil e analiticamente enriquecida, pretendendo trazer novos olhares, para antigos e novos problemas, para cada ator e grupo de atores inseridos nas relações e ações, que exploram as dimensões inseridas no processo de desenvolvimento.

Entre as análises e critérios definidos pela SDT, foram estabelecidos diretrizes para definir um território, em quanto território rural são: i) o conjunto de municípios com até 50 mil habitantes; ii) um conjunto de municípios com densidade populacional menor que 80 habitantes/Km²; iii) maior concentração público prioritário do MDA (agricultores familiares, famílias assentadas, o que caracteriza maior intensidade de demanda social); iv) conjunto de municípios já organizados em territórios rurais de identidade; v) conjunto de municípios integrados com os Consórcios de Segurança de Segurança Alimentar, estes critérios possibilitam elaborar uma outra conjuntura territorial, “*Territórios de Cidadania*” (DELGADO; LEITE, 2013, p. 129).

Vale considerar que o processo histórico de ocupação e formação de identidade do território da Mata Alagoana, originou-se a partir da compreensão de processos que influenciaram diretamente na ocupação e formação econômica do território e nas condições da realidade impostas por estes. A temática identidade³ adquire valor na geografia, fundamentado no conceito de Territorialidade.

A análise do processo histórico tem como início, as reflexões idealizadas por Andrade (1963), para o autor, o Nordeste é compreendido como uma *Região Geográfica*, que é dividida em Zonas, Áreas e/ou Sub-regiões, ou seja, Áreas com características naturais e sociais

³ Para Roberto Bustos Cara (1996, p. 261-263), a sociedade produz um espaço e ao identifica-lo, toma consciência da existência e transforma este território. A Territorialidade alerta para a existência de um conjunto social representado por “atores sociais”, impulsionando a construção voluntária. Para o autor o “[...] sentido de pertencimento de identidade regional, de tomada de consciência regional e de ação regional define a territorialidade”. Assim, os símbolos e imagens que materializam a identidade só adquirem valor incorporado a processos voluntários a partir de uma perspectiva endógena. Esses processos podem ser identificados no Colegiado Territorial da Mata Alagoana, identificado nas ações do Projeto NEDETs. Essas características tende a direcionar numa tomada de consciência política que dá ao conceito de Identidade uma abordagem territorial.

específicas, que se diferenciam uma das outras, como as paisagens, assim surgem, o Sertão, o Litoral, o Agreste, a relação Meio-Norte e a Zona da Mata.

Essas características, a qual o autor menciona, influenciaram diretamente nos aspectos de ocupação e uso da terra destes territórios, no caso, da Mata Alagoana, foram oferecidas as condições necessárias para a inserção da cultura da cana-de-açúcar, na formação dos engenhos, muito em função das características físicas como destaca o autor,

“[...] com grandes porções de terra em áreas de matas consideradas as mais propícias às culturas, cortadas por rios e riachos perenes e localizadas nas proximidades dos trechos navegáveis dos rios que desembocam no atlântico, o que permitia o embarque do açúcar produzido para Olinda ou diretamente para o Reino. Na verdade os estuários dos pequenos rios tiveram uma influência decisiva no povoamento do nordeste, até a construção das estradas de ferro. A proximidade dos engenhos, aos rios e os riachos, numerosos e poucos profundos forneciam água para o consumo da população, irrigavam os canais de suas margens e às vezes, moviam os engenhos a mata fornecia a caça, nos primeiros tempos, quando o gado era ainda suficiente, fornecia a lenha para fornalha e a madeira para as construções e para a confecção das caixas de açúcar” (ANDRADE, 1963, p. 66-67).

Nesse caso, os elementos da natureza destacados, são: rios, vegetação, clima, o regime pluviométrico e o solo. Neste contexto o autor, faz uma análise das atividades sociais no Território da Mata Alagoana, e que aplica-se a realidade dos municípios que formam o Vale do Mundaú, onde essas atividades surgem, a partir da cultura da cana-de-açúcar, da policultura de subsistência, estando inserida a fruticultura, as técnicas produtivas e os mecanismos de reprodução criados para apoiar na redução da desigualdade das populações rurais.

Esses processos resultam na organização dos territórios, formando mecanismos de resistências dos atores sociais, que resistem a processos que influenciam na dinâmica destas zonas e territórios, a exemplo da falência das usinas de beneficiamento da cana-de-açúcar. No geral, essas Zonas determinam características sociais, políticas, econômicas, culturais e geográficas, nelas revelam-se níveis distintos de desenvolvimento (ANDRADE, 1963, p. 56-58).

Buscando expor contribuições idealizadas por Castro (1984), onde o mesmo realizou suas investigações e procurou estabelecer uma razão consistente, entre o desenvolvimento socioeconômico da sociedade, como sendo resultado direto de fatores socioculturais, assim, o mesmo leva em consideração e enaltece fatores que vão além da natureza geográfica. O autor eleva a importância das várias categorias ligadas aos recursos naturais e a predominância

cultural de determinados grupos (CASTRO, 1984, p. 57). “São essas características, apresentadas na Mata Alagoana, responsáveis pelo dinamismo e diversidade do território”.

O país abrange pelo menos cinco diferentes áreas alimentares, cada uma delas dispondo de recursos típicos, com sua dieta habitual apoiada em determinados produtos regionais e com seus efetivos humanas, em muitas de suas características, tanto somáticas, como psíquicas, tanto biológicas como culturais, a influência marcante dos seus tipos de dieta. Cinco áreas bem caracterizadas e assim distribuídas: 1) Área da Amazônia; 2) Área da Mata do Nordeste; 3) Área do Sertão do Nordeste; 4) Área do Centro-Oeste; 5) Área do Extremo Sul (CASTRO, 1984, p. 58).

O autor constata a influência de variáveis e características na formação da “Área da Mata do Nordeste”, assim, tais argumentações são relevantes à medida que formulam recursos, tipos, efetivos humanos e a formação de diferentes áreas de influência (CASTRO, 1984, p. 58).

Na progressiva importância que cabe à imagem, a partir da fotografia, José de Souza Martins (2014), afirma que, uma imagem fotográfica como documento social em termos absolutos, traz os mesmos desafios e recompensas de quando se utiliza a oralidade, o depoimento, a entrevista, como referência metodológica para a sociologia, antropologia, “e porque não, para a geografia”. As estruturas sociais, os processos históricos, as diferentes temporalidades e o visual tornam-se cada vez mais um documento e instrumento indispensável na leitura de fenômenos sociais (MARTINS, 2014, p. 10).

Nesta perspectiva, o autor identifica dificuldades na utilização da fotografia como bases metodológicas, essas dificuldades são reflexos de suas limitações e insuficiência de dados. De certo que, na prática, as relações cotidianas dos “atores sociais” na vida social, agregam momentos em que ocorre invisibilidade pública, como Martins (2014, p. 12), afirma que “[...] os momentos de sombras e silêncios”.

Assim, o desafio do pesquisador é compreender o quase monopólio do imaginário, ou seja, a relação com as circunstâncias exerce forte influência e provoca o desencontro do cronograma da fotografia com o cronograma das ações (MARTINS, 2014, p. 22). Para o autor, a cultura popular da imagem sugere, justamente, considerar a fotografia como objeto de conhecimento e/ou instrumento das ciências sociais e humanas. O mesmo identifica a cultura popular da imagem, como sendo a cultura que considera lícita a transformação de momentos da vida, situações em imagens fotográficas, capazes de esclarecer fatos e cotidianos diversos.

O autor argumenta ainda que a imagem, em cada época, educa a visão e os olhos para diferentes fatos e ações.

A afirmação de Pierre Bourdieu, a partir de Martins (2014), ressalta aspectos fundamentais atribuídos à fotografia em sociabilidades camponesas e tradicionais “no caso, à agricultura familiar”,

“[...] antes de ser instrumento e anúncio do moderno e da modernidade, do moderno e da modernidade, ela é assimilada como peça de afirmação e veículo dos valores, normas e instituições tradicionais e costumeiros, seja agregando-se aos significados próprios do rito matrimonial, por exemplo, seja incorporada como objeto de troca de dons. Funciona como sociograma vernáculo, que documenta as relações e as posições sociais, como descrição visual de proximidades e distâncias sociais, de presença ou ausência na imagem” (MARTINS, 2014, p. 17).

Nesta reflexão, a fotografia tem seus usos de formas, pessoal, social e pelo homem em seu cotidiano, como documento de diferentes sociabilidades e perspectivas muito próximas de sua utilização, podendo obter informações visuais que procura sanar pressupostos teóricos. Nesta perspectiva o autor afirma a importância atribuída a fotografia e a imagem como recursos metodológicos e como esses recursos possibilitam realizar a leitura e explicar fatos, processos entre outros fenômenos.

QUADRO 01 – CONSEQUÊNCIAS DAS ÚLTIMAS SEIS ENCHENTES DO RIO MUNDAÚ NO TERRITÓRIO DA MATA ALAGOANA



Fonte: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2015/06/familias-vitimas-da-enchente-de-2010-em-alagoas-continuam-desabrigadas.html>. Acesso em 18/06/2016.

No que se refere aos impactos provocados pelas enchentes percebe-se que duas realidades são impactadas, porém, de forma distinta, ambas identificam realidades diversas, das áreas rurais, a qual está ligada a natural dinâmica dos rios, que devido ao grande volume pluviométrico, se expande e inundam seu entorno, atingindo, desta forma, toda a população ribeirinha e das populações das imediações urbanas. A outra forma se refere às enchentes nas áreas urbanas, na qual as consequências são ampliadas pelo efeito das alterações produzidas pelo homem na urbanização, pela impermeabilização das superfícies e a canalização dos rios. Bernardes *et al.*, (2011), confirma que “[...] quando a precipitação é intensa e o solo não tem capacidade de infiltrar, grande parte do volume escoar para o sistema de drenagem, superando sua capacidade natural de escoamento, o que faz as cidades ficarem alagadas, como afirma”.

É indiscutível que a ocupação desordenada da área urbana desprovida de infraestrutura adequada tende a aumentar em magnitude e rapidez a ocorrência dessas inundações. Dentre os principais impactos sobre a população estão: prejuízos de perdas materiais e humanas, interrupção da atividade econômica das áreas inundadas, contaminação por doenças de veiculação hídrica como leptospirose, cólera, entre outros, contaminação da água pela inundação de depósitos de material tóxico, estações de tratamentos entre outros (BERNARDES *et al.*, 2011).

Os municípios do território da Mata Alagoana sofrem com os efeitos das enchentes, muito em função, das recorrentes enchentes ocasionadas pelo rio Mundaú, as principais enchentes ocorreram durante os anos de 1949, 1962, 1969, 2000 e 2010 como confirma o quadro 01 acima descrito, essa última é possível identificar os efeitos de sua passagem até hoje, assim, os arquivos públicos contendo a história de alguns municípios foram destruídos.

Dados oficiais do próprio município confirmam que, o resgate de documentos históricos que registram a história do município de Branquinha foi perdido, em função da enchente do rio Mundaú que devastou a cidade na década de 1949. Os poucos documentos resgatados foram localizados na Prefeitura do município de Murici. Os arquivos registravam as informações históricas das enchentes com informações resgatadas, e identificam a cidade como tendo sido colonizada a partir de 1870, devido ao surgimento de moradores de outras regiões que se instalaram no município, em pequenos sítios, proporcionando o crescimento da região em torno do rio Mundaú (SIDRA/IBGE, 2015).

Procurando dar destaque a atividade canavieira no começo do século passado, a partir do engenho Campo Verde, nasceu a Usina Campo Verde, conforme registra Andrade (2010), o que fez a atividade canavieira dominar, no território de Branquinha que nessa época

pertencia ao município de Murici, sendo emancipada somente nos anos 60. A Usina Lajinha, localizada no município de União dos Palmares (ANDRADE, 2010).

A atividade canavieira está uma redução gradual no território, tendo como consequência deste processo a criação de assentamentos rurais e de reforma agrária, ainda em fase de ocupações e estruturação. Atualmente, o território vem passando por um período de transição agropecuária, com a queda da participação da cana-de-açúcar na formação do seu PIB. Os assentamentos formados ou em formação, tem o apoio de instituições da sociedade civil organizada tais como, a ONG estrangeira no caso, italiana, (Azione Per um Mundo Unido) e o Instituto Mundo Unido, mas com a predominância da produção de subsistência, muito em função da falta de infraestrutura (NOTAS DO AUTOR, 2015/2016).

O município de Murici tem como fundador, Frei Domingos, em 1810 o mesmo plantou um muricizeiro bravo, assim, a partir da sombra da árvore surgiu o primeiro povoado, essa sombra atraía os viajantes e comerciantes para o descanso, bem como para a comercialização os seus produtos. O povoado pertenceu à antiga “Vila dos Macacos, Imperatriz, Santa Maria Madalena e hoje conhecida, como União dos Palmares”, foi reconhecida como cidade, somente em 1892, através da Lei estadual nº 15, de 16 de maio de 1872. Sua emancipação ocorreu através de uma Lei estadual nº 2.446, de 18 de maio de 1962, sendo desmembrada do município de União dos Palmares no mesmo ano. Como atividades econômicas destacam-se os cultivos de cana-de-açúcar, laranja, mandioca, batata e a pecuária. Atualmente, o município vem passando por um período de transição agropecuária, Murici detém da maior área contínua de Mata Atlântica do Nordeste (SIDRA/IBGE, 2016).

Em União dos Palmares as primeiras ocupações do município surgiram no século XVIII, no povoado chamado de “Macacos”, a margem esquerda do rio Mundaú. O crescimento do povoado provocou seu desmembramento do município de Atalaia, em 13 de outubro de 1831, através de decreto governamental, foi elevada a categoria de cidade, pela Lei nº 1.113, de 20 de agosto de 1889. O município só passou a se chamar União dos Palmares, através do decreto nº 46, de 25 de setembro de 1890, e teve sua origem no fato da cidade ser o elo entre a estrada de ferro de Alagoas e Pernambuco. A mudança definitiva ocorreu somente em 1944, em homenagem ao Quilombo dos Palmares, localizado na serra da Barriga, símbolo da resistência foi “Zumbi”, nessa resistência os negros se rebelaram contra a escravidão da época, criaram a República do Quilombo dos Palmares, que se tornou atração turística da região até hoje (SIDRA/IBGE, 2016).

O município de Santana do Mundaú, tem como marco temporal de fundação, por volta de 1800, existia poucas residências e apenas um comércio na região. Foi construída uma capela para Santa Ana, surgiu assim, o primeiro nome para o povoado, Mundaú-Mirim, e data de 1873 a criação da feira livre do município, os fundadores da cidade foram; Manoel Pereira de Barros, Manoel José de Matos, Sérgio Olendino, Manoel Atanásio, Manoel Pinheiro (SIDRA/IBGE, 2016).

O contato da população local com outras cidades era muito difícil, através de aberturas de trilhas feitas na mata, situação essa que só foi resolvida com a criação da estrada para o município de União dos Palmares, em 1940, estrada essa conhecida como “estrada da laranja”. Com o desenvolvimento da cidade e o surgimento do comércio começou o processo de emancipação da cidade. Já em 1960 graças à lei 2.245, surge o município de Santana do Mundaú, que só foi desmembrado definitivamente de União dos Palmares em janeiro de 1961⁴.

A topografia muito acidentada desse município e seu relativo isolamento geográfico impediu a expansão da cana-de-açúcar para esse espaço, oferecendo condições para os povoadores de Porto Calvo, Porto de Pedra e outros municípios situados no Litoral Norte alagoano e os Sirinhaém, Rio Formoso e Cabo no interior de Pernambuco. Tendo influência direta das tropas que participaram das lutas dos quilombos do território da Mata Alagoana. Em 1876, foi criado o povoado e elevado à categoria de vila, porém, a lei não foi cumprida, só foi elevada a categoria de cidade em 16 de junho de 1920 pela lei nº 681, no mesmo ano (SIDRA/IBGE, 2016).

A origem de Ibateguara não foi muito diferente, também está ligada a formação de um engenho, no caso, o engenho Roçadinho, de propriedade de Claudino Costa Agra. Assim, as bases para o início do povoamento, partiu do povoado “Piquete”. O nome é fruto de um Piquete que foi construído pelo Vicente de Paula, para resistir na luta travada contra o Claudino da Costa Agra. O nome foi alterado, depois para “Horizonte”, assim, foi elevada a categoria de cidade, com a denominação de Ibateguara, nome de origem indígena (Lugar alto) e foi formalizada pela lei estadual nº 1.076, de 19 de novembro de 1957 (SIDRA/IBGE, 2016).

A existência de diferenças entre as formas de produção, mercantil capitalista e a produção simples de mercadorias, é que enquanto a primeira busca lucro e acumulação de

⁴ <http://www.santanadomundau-al.com.br/index.php/historia-da-cidade>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.
<http://www.uniaodospalmares-al.com.br/index.php/historia-da-cidade>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

capital, a segunda visa à reprodução do núcleo familiar. Assim, garantida a permanência da família nas atividades, é o seu principal objetivo, neste caso, já contemplado. A essa reflexão, pode-se fazer referência de parentesco sob a qual a unidade de produção familiar é fundamentada, e de ciclo de vida, buscadas em Chayanov⁵.

Por manifestar estas características, a produção familiar teria uma vantagem competitiva sobre a produção capitalista voltada para o lucro. Vale fazer menção a forma mais simples de produção de mercadorias, está encontrada em ambientes onde existem diferentes sistemas de produção e onde se encontra unidades modernas de produção, com utilização de tecnologias. A vantagem competitiva baseia-se, tanto em elementos técnicos quanto ambientais, institucionais e sociais (FRIEDMANN, 1978).

A estes processos estão inseridos a cooperação e complementaridade, gerando inovações e diferenciais competitivos, compartilhando informações, tecnologias e recursos. A necessidade de explorar junto ao agricultor familiar, sua organização em decorrência da falta de ações efetivas. Tendo os agricultores familiares à necessidade de buscar acima de tudo, a redução de riscos econômicos e alimentares, e por esse motivo a valorização, a adoção de técnicas e sistemas que agregam à agroecologia. O ajuste de estratégias aumenta o grau de abertura e inserção aos mercados, focando no elevado grau de especialização da produção.

A agroecologia, como a compreendemos, dispõe dos conhecimentos científicos e tradicionais para superar as diferentes monoculturas e os reflexos impostos pelo agronegócio, podendo proporcionar o resgate da cidadania dos agricultores familiares e fornecer alimentos de qualidade, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional da sociedade. Na busca por explorar o potencial agregado à agricultora familiar, os arranjos produtivos locais, inseridos na perspectiva da agroecologia, buscam utilizar o aproveitamento das sinergias coletivas, que fortalece as chances de sobrevivência, de crescimento, de aprendizado coletivo, vantagens competitivas agregadas à produção, circulação e comercialização dos produtos cultivados e beneficiados nestes processos que contribuem para o desenvolvimento rural (FAVER, 2009, p.72).

⁵ Notas e reflexões de textos, a partir de Wanderley (2009, p. 138), na economia agrícola familiar, a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, e obtém como resultado de doze meses de trabalho uma certa quantidade de bens. A autora traz uma observação que nos possibilita idealizar a estrutura interna da unidade de trabalho familiar, é suficiente para compreender que é impossível, sem a questão dos salários, impor o lucro líquido a essa estrutura, tendo ainda a questão da renda, e dos juros capital, estas compreendidas como categorias econômicas. Nesta visão o agricultor familiar exerce uma relação diferente do empresário capitalista que atual no meio rural, a partir do momento que esse agricultor familiar, tem uma relação direta ao esforço físico e mental exigido no seu trabalho diário, esse esforço e desgaste de suas próprias capacidades físicas e mentais nesse processo produtivo.

1.3 Evolução da Abordagem e Processo de Desenvolvimento “Rural”

As abordagens e concepções de “desenvolvimento” e suas diferentes dimensões, tem despertado o interesse de pesquisadores de inúmeras áreas do conhecimento. O presente estudo busca evidenciar a importância em se analisar as condições a partir da realidade, e quais condições são ideais para proporcionar esse desenvolvimento. A existência de processos que apoiam-se na diversidade de configurações, socioeconômicas, culturais, político institucional e ambientais, bem como, da dotação de recursos que garantam a participação social de todos os atores envolvidos no processo de desenvolvimento (SACHS, 2008).

Frente aos atuais modelos de agriculturas que abrangem pilares de integração, com o aumento na geração de renda, na produção de mercadorias com o menor nível possível de impacto ao meio ambiente, valorizando o lugar, articulando esse processo as redes, as cadeias curtas de comercialização e produção em escala local (SAQUET; SPOSITO, 2008).

A teoria da modernização apresentada por Norman Long; Van. D. Ploeg (2011, p. 22), concebe o desenvolvimento em termos de um movimento progressivo, de formas tecnológicas e agregado a complexas relações institucionais integradas a uma sociedade moderna. Segundo os autores, esse processo fortalece um envolvimento crescente dos mercados de commodities com os pequenos agricultores, através de transferências e pacotes de tecnologias e formas de organização.

Após apresentação desta teoria, fica cada vez mais evidente a necessidade de se buscar abordagens locais e territoriais, que possibilitam constituir modelos orientados aos agricultores familiares. Buscando apresentar outras perspectivas, é apresentado o desenvolvimento agrário é um processo multifacetário, com um elevado grau de complexidade e com a existência de diversas complexidades que confrontam a heterogeneidade com a necessidade de fortalecer a diversidade e as relações em todas as dimensões do desenvolvimento (LONG; PLOEG, 2011, p. 29).

Partindo de uma concepção de desenvolvimento, na qual é avaliada unicamente a dimensão econômica no seu enfoque histórico cepalino, Celso Furtado (1979, p. 147), indica fases do desenvolvimento trazendo uma análise dos pontos estratégicos desse processo, que possibilitam aumentar a produtividade e o acesso a estes pontos estratégicos por grupos considerados, como atores minoritários, é o caso, “dos agricultores familiares deste território”. Nas suas argumentações é possível contrapor reflexões e debates atuais, onde o mesmo revela

que a redução da produtividade motivada pela desarticulação de um sistema econômico, está sempre vinculada a evolução de outro sistema.

Neste contexto os arranjos produtivos e a agroecologia, seguem uma direção oposta à utilizada pelo agronegócio no modelo praticado atualmente, as dimensões são utilizadas em ambas as propostas, buscam explorar interesses, e atender nichos de mercados com alto potencial de crescimento econômico. Para o autor, essa desarticulação, não traz uma reversão às formas primitiva de produção, ou seja, modelos feudais de produção, isto não implica um total abandono de técnicas mais avançadas no manejo e produção (FURTADO, 1979, p. 152).

Buscando explorar uma abordagem de desenvolvimento local, sendo essa abordagem fruto de um contexto de globalização e descentralização. O desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que conduz para um dinamismo econômico e um avanço na qualidade de vida da população, em pequenas unidades territoriais, agrupamentos humanos e institucionais (BURQUE, 2002, p. 25, *Apud* SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 22).

O desenvolvimento, nessa linha de raciocínio, está ligado tanto à exploração das potencialidades locais para seu alcance social quanto à conservação dos recursos naturais. Por isso, pensá-lo requer: a) valorizar os *enraizamentos* sociais, econômico e cultural da sociedade local, indo além de estritamente econômicas; b) priorizar as instituições públicas locais, a autonomia das finanças públicas e o investimento de excedentes em setores sociais estratégicos. Em outras palavras, pensar o desenvolvimento local requer não somente olhar para a eficiência econômica (agregar valor), mas, também procurar contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, diminuindo a pobreza, por exemplo, (BUARQUE, 2002, *Apud* SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 22).

Numa abordagem de desenvolvimento na qual busca-se (re)aproximar a economia, a ética e a política, a abordagem do desenvolvimento como sendo distinta do crescimento econômico cumprindo esse requisito, na medida em que os objetivos empenhados neste desenvolvimento buscam ir além da multiplicação da riqueza material e o crescimento é uma condição necessária é um pré-requisito para alcançar a qualidade de vida almejada (SACHS, 2008, p. 13-14, *Apud* SEN, 1990).

Dessa forma realizamos reflexões elaboradas por Amartya Sen (2010), o qual realizou uma análise do desenvolvimento que norteará a presente pesquisa. O autor demonstra como o desenvolvimento depende de variáveis, e amplia o acesso a meios promovedores do processo de desenvolvimento, não somente a industrialização, mas processos de inovação tecnológica que promovem o desenvolvimento.

Para Amartya Sen (2010, p.18), as liberdades substantivas são resultados de um processo de desenvolvimento que provoca disposições sociais e econômicas. Esse processo possibilita o acesso a bens e serviços que contribuem para potencializar a equidade. O que as pessoas conseguem realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições de moradias dignas, boa saúde, educação básica de qualidade e incentivos voltados ao aperfeiçoamento de iniciativas.

A análise em questão eleva o protagonismo de uma variável importantíssima para o desenvolvimento do APL, da agroecologia e para os agricultores familiares empenhados na transição agroecologia. O papel dos mercados para esse processo é crucial e ocorre através do crescimento e do progresso econômico. Para tanto, sua contribuição apenas com a finalidade econômica não atende as dimensões necessárias para formar o processo de desenvolvimento, por ele proposto. A liberdade de troca, comercialização, de comportamento, postura ideológica, “é de suma importância para adotar princípios agroecológicos”, como afirma Sen (2010, p. 20), “[...] é parte dos princípios básicos de liberdades básicas”.

Reflexões que analisam as diferentes liberdades são o que o desenvolvimento promove, segundo o autor, existe um argumento fundamental em favor de concentrar as ações e análises nesse objetivo. Observar o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas, dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-la, a alguns dos meios que desempenham um papel importante nesse processo. Assim, a ausência destas liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que subtrai das pessoas outras liberdades, como a carência de serviços públicos, assistência social, médica, educação, na manutenção da paz e da ordem pública (SEN, 2010, p. 16-17).

Buscando esclarecer a eficácia e o protagonismo das liberdades e suas respectivas relações na abordagem do desenvolvimento rural,

“[...] a liberdade é central para o processo de desenvolvimento por duas razões: 1) *A razão avaliatória*: a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas. 2) *A razão da eficácia*: a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição da agente das pessoas” (SEN, 2010, p. 17).

Inserindo reflexões sobre o desenvolvimento rural o qual segundo Veiga (2000), não existe como fenômeno concreto, separado do desenvolvimento urbano. Analisar o desenvolvimento é um processo extremamente complexo e demanda muitas vezes realizar um recorte simplificado, ou seja, estudá-lo separadamente. De modo que, serão propostos

elementos básicos seguindo abordagens, concepções e formas consensuais, que devem definir o desenvolvimento rural.

De modo que, os agricultores familiares buscam seu acesso aos mercados e potenciais nichos, bem como inserir tecnologias no seu modo de produção, tendo em vista não somente o contexto externo, mas também os seus próprios interesses e condições para alcançar suas liberdades. Nessa dialética, os agricultores familiares podem acelerar, alterar, neutralizar, resistir ou inventar tendências gerais contribuindo na dinâmica do desenvolvimento, agregando condicionantes, ritmos diferenciados gerando estratégias e alternativas frente às condições adversas (OLIVEIRA, *et al.*, 2011, p. 95).

A pesquisa partindo da concepção elaborada por Kageyama (2008), que aplica-se como a passagem de determinado espaço territorial, do isolamento à integração com o urbano e com os demais setores da economia e da especialização à diversificação econômica e social. São apresentados indicadores de desenvolvimento rural (IDR), realizando uma análise seguindo os dados municipais com as estatísticas brasileiras disponíveis. É utilizada ainda uma análise comparativa do acesso da população as políticas assistencialistas, analisando a partir de critérios produtivos.

Da noção restrita meramente à produtividade, ao conjunto de situações complexas que a abordagem do desenvolvimento representa no rural. Com a finalidade de sanar possíveis contradições com outras abordagens essenciais ao estudo do rural, foi elaborado o quadro 03, que procura diferenciar algumas abordagens que são usualmente utilizadas para expor a evolução do conceito de desenvolvimento rural (NAVARRO, 2001). Percebe-se que as diferentes noções vêm sendo delimitadas e, apesar da complexidade, alguns conceitos estão sendo esclarecidos.

Vale salientar que, os conceitos não “[...] encontram consenso quanto aos seus limites e em muitos casos seus significados estão relacionados” (NAVARRO, 2001, p. 90-92). O autor ratifica ainda que é necessário analisar de forma coerente as diferentes etapas que antecedem o desenvolvimento rural, partindo sempre da questão agrária para interpretar uma questão agrícola, de determinado contexto, local e territorial, o que permitirá construir estratégias para difundir e potencializar o desenvolvimento rural.

Para a questão apresentada no quadro 02, o conceito de desenvolvimento rural é uma das noções – chave deste trabalho. A análise deste processo de desenvolvimento, assim como nos exige a análise seniana, deve está consciente da heterogeneidade e diversidade presente

no meio rural, bem como das atividades agrícolas, devendo sempre ressaltar as especificidades locais, regionais e as devidas capacidades.

Vale realizar reflexões a partir dos conceitos e da importância atribuída à questão agrária e a questão agrícola. É nessa perspectiva que Graziano da Silva (1980, p. 11), atribui à questão agrícola aspectos que determinam as mudanças na produção, ou seja, indica o que se produz e quanto se produz. Cabe essa reflexão à medida que os autores e os entusiastas do agronegócio fazem referência à incapacidade de produção atribuída a agroecologia, porém, essa questão será abordada em outro momento.

Quadro 02 – Evolução dos Conceitos de Desenvolvimento Rural

“Desenvolvimento”	Conceito
Desenvolvimento Agrícola/ Agropecuário	Indica às condições materiais de organização e de produção. Direcionando seus esforços para inovações técnicas, formatos tecnológicos de determinada região ou período.
Desenvolvimento Agrário	Seu objeto de análise são as políticas públicas, analisando o papel do Estado e sua atuação no rural. Essa abordagem refere-se ao ambiente social, institucional e às mudanças sociais e econômicas em médio e longo prazo. Está vinculada a modelos teóricos de análise e à comparação entre países e regiões.
Desenvolvimento Regional	Está atrelado à noção de planejamento do Estado em relação a uma região, não necessariamente rural.
Desenvolvimento Territorial	Refere-se à estruturação dos territórios rurais, bem como a mobilização social, fortalecendo os laços de identidade territorial, inserindo a noção de historicidade do processo, com base no fortalecimento da gestão social e inclusão produtiva dos territórios a partir das políticas públicas.
Desenvolvimento Local	Deriva da ideia de enfraquecimento do Estado e da conformação de estruturas de ação localizada. Surge a partir da proliferação da atuação das Organizações Não-Governamentais (ONGs) e do papel institucional. Atuação em ambiente geográfico e fortalecendo o processo de endógeno no meio rural.
Desenvolvimento Rural	Refere-se à análise posterior dos programas e políticas públicas idealizadas pelo Estado, com o objetivo de modificar a realidade do mundo rural. Os objetivos dessas intervenções estão previamente definidos o que permite identificar ações e programas, fortalecendo esse processo no rural. As avaliações partem do princípio da equidade e fortalecimento do capital social nas localidades e territórios.
Desenvolvimento Rural Sustentável	A noção de sustentabilidade foi incorporada para referir-se exclusivamente ao plano ambiental (bem como suas “dimensões”). Refere-se a padrões ambientais desejáveis nas ações de desenvolvimento rural e à discussão sobre a forma de regulação destes padrões, buscando fortalecer a equidade social.

Fonte: Navarro, 2001.

No que diz respeito à questão agrária como estando ligada às transformações nas relações de produção, ou seja, como se produz, e de que forma se produz. É nessa perspectiva que, indicadores como a organização do trabalho e da produção, o nível da renda e a geração de emprego dos trabalhadores rurais e o nível de produtividade das pessoas ocupadas no meio rural, entre outras questões (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 11).

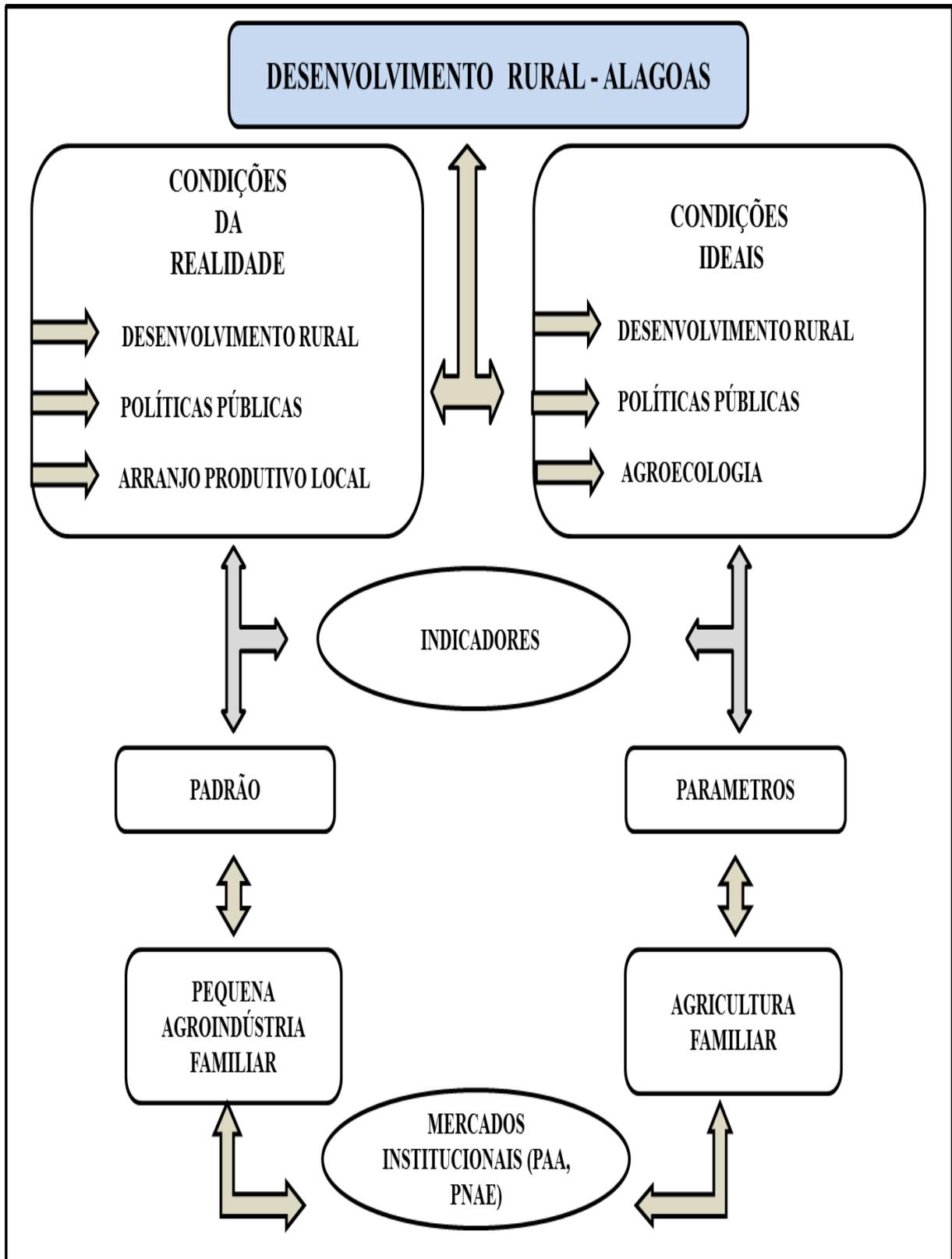
À medida que uma das particularidades da questão agrária, seguida do atual formado de produção adotado pelo agronegócio, é o potencial de resistência atribuído à agricultura familiar e aos camponeses. Nesta perspectiva surgem projetos, ações e inovações, direcionados a inúmeros segmentos, seja na produção, beneficiamento, comercialização, consumo e a forma de lidar com o meio ambiente (NORDER, 2006, p. 113).

A questão agrária na atualidade apresenta, portanto, promissoras perspectivas de ação política e de pesquisa científica e teórica. As diversas questões aqui colocadas apontam para uma acentuação da crítica aos pressupostos e impactos da agroindustrialização da agricultura, juntamente com um revigoramento das estratégias camponesas, indígenas e demais populações tradicionais, que passam a criar variadas interações com o conhecimento científico (NORDER, 2006, p. 118).

A existência de formas e resistência que conduzem para a reconstrução das práticas e princípios tradicionais, direcionados para potencializar a autonomia no processo produtivo, indica um aumento na diversidade e na relação junto aos parâmetros e indicadores homogeneizadores contidos no processo de modernização da agricultura. Esse fato motiva um crescimento de eficiência técnica e econômica superior ao da produção em grande escala e resiste muito mais bravamente aos impactos perversos da ação da globalização, não apenas nos países menos desenvolvidos, mas também no coração das mais avançadas economias globais (PLOEG, 2006).

O desenvolvimento das sociedades contemporâneas obedece a critérios e podem desencadear colapsos e crises econômicas em diferentes dimensões. Sendo assim, o momento atual é amplamente favorável à discussão e elaboração de estratégias de desenvolvimento, no caso, o desenvolvimento rural. Seguindo uma proposta de análise adaptada de Kranhenhofer (2001), muito utilizada para fazer análises de sustentabilidade de sistemas, assim, é possível adaptar a metodologia para atender aos objetivos propostos na presente pesquisa, onde o padrão e os parâmetros apresentam um conjunto de indicadores e valores, bem como, situações consideradas ideais e/ou desejáveis de serem alcançadas pelos atores inseridos na realidade em questão.

QUADRO 03 – FLUXOGRAMA QUE SISTEMATIZA OS DOIS PRÓXIMOS CAPÍTULOS



Fonte: adaptado de (KRAHENHOFER, 2001, p. 7).

Seguindo o esquema acima descrito, surgem dois direcionamentos analíticos, o primeiro busca identificar aspectos da realidade, seguindo os parâmetros e os indicadores para mensurá-los. A segunda opção estabelece a situação desejável e/ou ideal que se almeja, ou seja, os padrões e os indicadores para mensurá-los. Assim, utilizando a primeira opção ocorrerá à proposição aos atores sociais, envolvidos em alternativa de intervenção da realidade com base em um modelo previamente definido. A pesquisa utiliza como base os parâmetros, que buscam identificar os aspectos da realidade que devem ser avaliados, levando em consideração os indicadores ligados aos agricultores familiares, objetivando o novo padrão, a partir do arranjo produtivo local fruticultura no Vale do Mundaú e da agroecologia, considerando o desenvolvimento rural como objetivo central (DEPONTI, 2001, p. 61).

Na busca em definir o desenvolvimento rural e estabelecer indicadores que possibilitem definir critérios que monitorem o grau deste desenvolvimento nos municípios que compõem o Vale do Mundaú, comparando-os com os demais municípios do território da Mata Alagoana. Os indicadores estabelecem um alto grau de importância, à medida que, características nestes critérios de análise permitem auxiliam na busca por respostas consistentes para as questões que estejam sendo monitoradas e avaliadas no território (KRAHENHOFER, 2001, p. 7).

O desafio abordar dimensões presentes no contexto do desenvolvimento rural, ligadas a um arranjo produtivo local, na perspectiva de projetos e ações direcionadas a agroecologia. É algo relativamente novo e nos faz pensar uma tipologia que busca explorar parâmetros e indicadores já pré-estabelecidos, inseridos a partir de uma metodologia consolidada, no caso, adaptada de (OECD, 1996, p. 22, *Apud* KAGEYAMA, 2003). Assim, essa tipologia permite construir uma base analítica que compreende a dinâmica do APL atrelado a agroecologia, aos mercados, a agricultura familiar, a pequena agroindústria familiar e as políticas públicas, em especial a política dos mercados institucionais. E que sirva ao mesmo tempo, para impulsionar novas pesquisas ligadas ao desenvolvimento rural (WILKINSON, 2008, p. 13).

A existência de políticas públicas baseadas em iniciativas ligadas aos arranjos produtivos possibilita levar a uma maior sustentabilidade em diferentes dimensões, proporcionando ganhos em eficiência e escala, quando trabalhadas e idealizadas coletivamente, uma vez que as organizações não viabilizam esses processos de forma solitária (OLIVEIRA, 2009, p. 10).

Essas mesmas políticas visam o aumento das capacidades humanas e das liberdades substantivas, em geral podem funcionar por meio da promoção de inter-relações (SEN, 2010,

p. 25). A constituição de arranjos produtivos locais vem se dando fundamentalmente na lógica de descentralização político-administrativa, essa orientação tem como pressuposto a capacidade de utilizar espaços de governança, em promover processos de desenvolvimento rural, sejam eles direcionados ao local, territorial e regional.

Nesta perspectiva Ortega (2008, p. 35, 87), afirma que em meio a essa diversidade apresentada no território da Mata Alagoana, surge à emergência de condensar novas organizações representativas, em que os APLs são constituídos, os atores devem exercer papel de protagonismo nesse processo, nas relações individuais ou coletivas, buscando desenvolver estratégias para promover alternativas para o desenvolvimento rural.

Neste contexto a agroecologia permite dispor dos conhecimentos para superar a monocultura e a quebra de biodiversidade, reflexo direto das ações do agronegócio. Sendo possível através dos princípios agroecológicos, efetuarem o resgate da cidadania dos agricultores familiares, tendo conhecimento das possibilidades de produzirem alimentos limpos na escala que a sociedade necessita, naturalmente, com outros métodos e princípios (PINHEIRO MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 37).

2 ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DA REALIDADE A PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS

2.1 Condições da Realidade do Território da Mata Alagoana

O Estado atua como mediador de conflitos, de instrumento de classe e de dominação fundamenta-se a partir de conjuntos de instituições, executoras de arranjos produtivos e sociais pré-definidos. O Estado torna-se executor de um arranjo, reduzido à política e a política reduzida ao poder. O mesmo atua sobre os aspectos econômicos, ideológicos e políticos, isto é “[...] da riqueza, do saber e da força” (BOBBIO, 1986, p. 82).

Sendo assim, o Estado é uma organização capaz, que se define por programas e projetos, capaz de formular políticas nas áreas econômicas, sociais e produtíveis, visando corresponder às demandas sociais. Por essa conjuntura, mesmo que diante da lógica de um Estado mínimo, o governo brasileiro não perdeu por completo a possibilidade de governar a sociedade e formular políticas públicas voltadas ao bem-estar, ao aumento da qualidade de vida, segurança alimentar e nutricional.

As políticas públicas aqui analisadas são definidas pelo Estado em consonância com realidades, problemas e as demandas dos atores sociais, em face de dois desafios expostos por Bacelar (2009, p. 08), são eles: lidar com a heterogeneidade e quebrar a concepção do que é público e ser semelhante ao governamental. Portanto, as políticas públicas devem ser projetos apoiados pelos atores sociais, que devem repercutir positivamente na sociedade.

Pode-se, então resumir as políticas públicas como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propositos e plataforma eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

No rural, as políticas implementadas pelo Estado brasileiro passam a ser definidas a partir da década de 1950, quando os estímulos à produção de alimentos para abastecimento das populações, e geração de divisas para promover a industrialização. É fundamental a articulação de diferentes atores do Estado, do mercado, da sociedade na busca pela ascensão

financeira e comercial, lembrando que é necessário direcionar esforços para os planos que buscam as transformações sociais. A participação do Estado é de suma importância para manter o equilíbrio e regular o mercado com sua capacidade de intervir sobre os atores, direcionando o desenvolvimento rural para a sustentabilidade (FAVER, 2009, p. 68).

No início do século XXI, foram consolidadas políticas públicas idealizadas na década de 1990. Essas políticas tiveram como finalidade inibir processos com impactos negativos. Foram direcionadas suas ações para a dimensão econômica, valorizando as potencialidades locais do rural brasileiro, neste processo de resistência o desenvolvimento rural, busca exercer protagonismo e obter sucesso em suas diferentes dimensões. O combate aos diferentes tipos de desigualdades. Incluem também o papel do sistema familiar de produção, “agricultura familiar”, de reforma agrária, aumento da produção, consumo, emprego e renda (MATTEI, 2012, p. 49).

Como é possível observar na figura 01, abaixo descrita, as primeiras gerações de políticas públicas estão incluídas preocupações ligadas aos conflitos por disputas por terras. Estes fatos contribuíram para desencadear políticas como; I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), criação da Secretaria de Agricultura Familiar (SEAF) entre outras políticas. A partir da mobilização social iniciam-se, políticas com uma abrangência focada no caráter mais social, surgem assim, o Pronaf Infraestrutura, Programa Nacional de Habitação Rural, o Bolsa Família entre outras aqui analisadas.

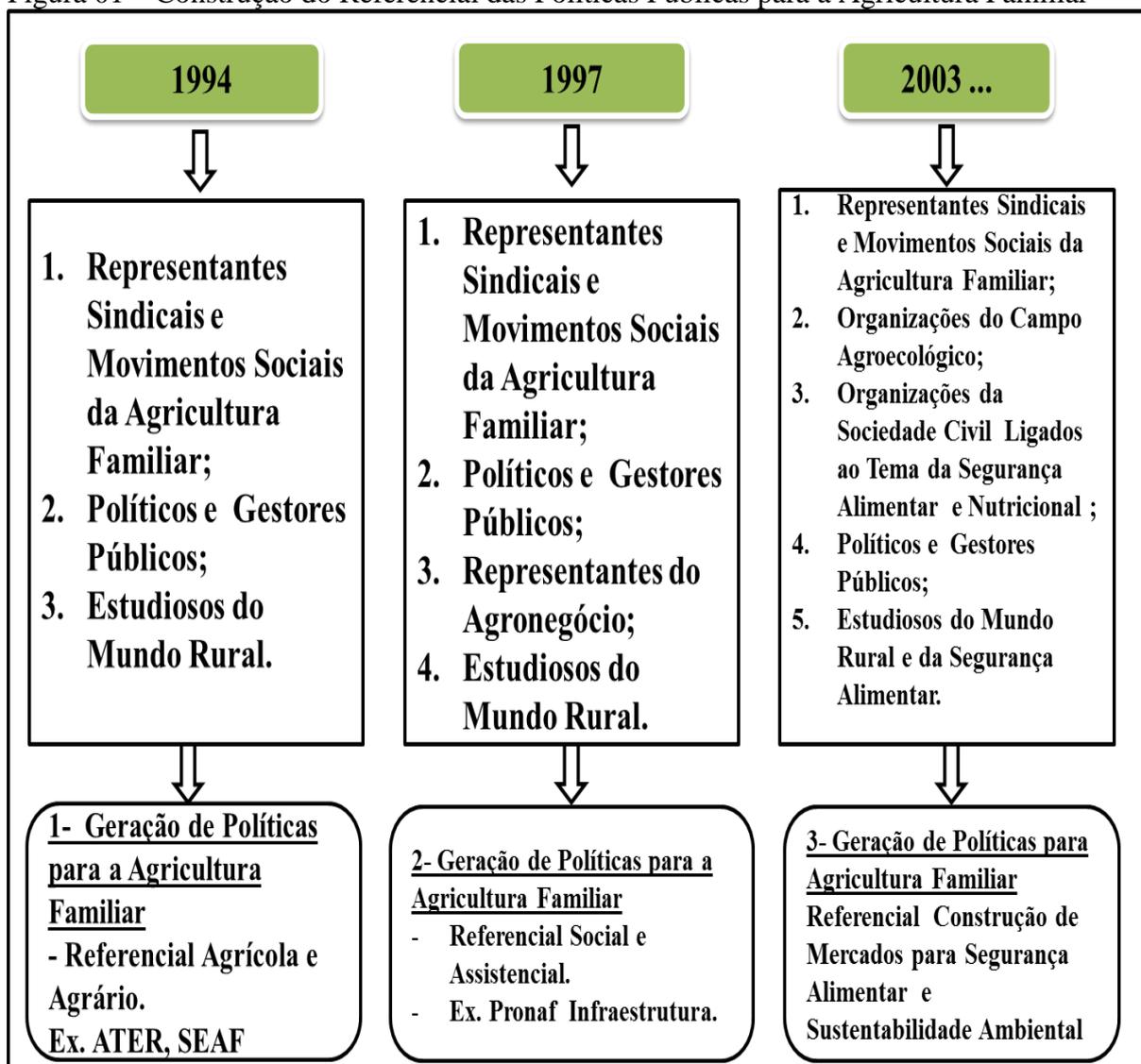
Somente após o ano de 2003 ocorre a preocupação em estabelecer um marco nas políticas públicas direcionadas a segurança alimentar e nutricional, e a sustentabilidade ambiental, a partir dos Mercados Institucionais e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. De modo que estas políticas emergiram somente após os anos de 1990, ocorrendo uma permanente construção e aperfeiçoamento das ideias, das demandas sociais e sindicais da agricultura familiar que atuam no rural (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 28-32).

Não entrando no mérito conceitual das políticas aqui analisadas, e quais os objetivos e metas possam alcançar. A figura 01 descrita abaixo procura apresentar a partir de um recorte temporal como as principais políticas com foco no desenvolvimento rural, estão dispostas no território da Mata Alagoana. É possível constatar que o total da população do território da Mata Alagoana é de 321,587 habitantes.

Quando verifica-se o impacto da participação da força de trabalho depende de quem, e como está inserida nesse processo, é o caso da redução das desigualdades de oportunidades, quando Lucas (2003, p. 20), faz referência, a partir de Atkinson (2015, p. 30), a importância

ligada ao aumento da produção, “[...] O potencial para melhorar a vida das pessoas pobres, encontrando diferentes formas de distribuir a produção atual, não é nada se comparado a transferência de renda pelos programas sociais aos grupos mais vulneráveis” (ATKINSON, 2015, p. 95).

Figura 01 – Construção do Referencial das Políticas Públicas para a Agricultura Familiar



Fonte: adaptado de (GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio, 2015, p. 32).

Contrariando as argumentações de Atkinson (2015) acima descritas, Amartya Sen (2010, p. 181-182), afirma que, “[...] os beneficiários do custeio social direcionado a um público-alvo vulnerável são fracos politicamente e podem não ter influência para defender os programas nas disputas políticas, ou até mesmo, para manter a qualidade dos serviços”. Em suma, os dois autores realizam suas análises a partir das desigualdades e atribui um papel

importante à renda. Porém, Sen (2010), (*op.cit.*, p. 182), considera um elemento essencial à liberdade das pessoas e suas capacidades no processo de desenvolvimento, ampliando as dimensões, social e econômica, identifica a renda como uma dimensão do desenvolvimento. Já para Atkinson (2015, p. 33), (*op.cit.*, p. 33), é atribuída à renda e suas diferentes formas de distribuição, protagonismo à medida que potencializa as desigualdades de oportunidade e à limitação da mobilidade social.

Os dados apresentados nas tabelas 01 e 02 abaixo analisam a relação da população total (hab.), e as respectivas porcentagens municipais (%), a população e as principais políticas públicas no território da Mata Alagoana. Os dados informam que 45,9%, do total de 321, 587 habitantes do território, estão inseridos nos municípios que compõem o Vale do Mundaú, ou seja, área de abrangência das ações do APL Fruticultura. É nessa perspectiva que os percentuais populacionais dos municípios que integram o APL se assemelham ao número de famílias, que acessam o Programa Bolsa Família nestes municípios.

Ao se analisar o Programa Bolsa Família, aceita-se a importância da assistência social demonstrada na análise, sendo analisados critérios ligados ao desenvolvimento do potencial produtivo do território. E o papel atribuído a esse processo para aliviar a situação de pobreza e privações imediatas das famílias, porém, o aumento da renda e do poder de compra da população beneficiada, bem como o aumento do caráter produtivo dos municípios que tem pouco acesso a esse programa, à medida que um dos critérios de acesso a esse programa.

Os exemplos mais emblemáticos desta análise são os municípios que compõem o Vale do Mundaú, e que fazem parte do APL Fruticultura. Os mesmos apresentam uma relação percentual semelhante à apresentada pela distribuição populacional no Vale do Mundaú. Assim, Branquinha apresenta o mesmo percentual do total da população do território que é de 3,2% representando 10,583 habitantes, destas 1.743 famílias, são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família esse número representa 3,2% do total de acesso, que é de 53,692 famílias.

Já o município de Murici traz uma redução de 0,1%, pois o número de acesso das famílias é de 8,2% e o percentual populacional é de 8,3%. Outros municípios com essas mesmas características; Santana do Mundaú com 3,1% de acesso e uma representatividade populacional de 3,4%, São José da Laje com 6,8% das famílias acessam o programa e uma representatividade populacional de 7,0%. O dado mais emblemático desta análise é atribuído justamente ao município com maior população, União dos Palmares com 18,1% do acesso das famílias ao programa e com uma representação de 19,3% no total da população do território. Vale destacar que esse município é um dos que mais sofreu com o efeito das enchentes e com

a falência de usinas de beneficiamento de cana-de-açúcar, e com um intenso processo de ocupação das terras, que pertenciam à usina Lajinha, desativada em 2014.

O município de Ibataguara vem com uma relação diferente dos demais municípios do Vale do Mundaú, com uma população de 15,149 habitantes esse número representa 4,7% da população do território, a relação de acesso das famílias ao programa Bolsa Família é de 2,691, sendo representado por um crescimento, na ordem de 0,3%, totalizando 5,0% do acesso de famílias ao programa no território. Esse fator é atribuído a pouca diversidade produtiva do município, pois as poucas iniciativas de fortalecimento produtivo estão ligadas as ações do APL Fruticultura.

Vale destacar que dos outros dez municípios que integram o território da Mata Alagoana, seis apresentam aumento no acesso ao programa Bolsa Família são eles: Atalaia com a relação (pop.) 13,7% e acesso ao programa 14,3%; Cajueiro (pop.) 6,3% e (B.F.) 6,9%; Mar Vermelho, (pop.) 1,1%, (B.F.) 1,2%; Paulo Jacinto (pop.) 2,3%, (B.F.) 2,9%; Quebrangulo (pop.) 3,5%, (B.F.) 4,2%. Os outros quatro municípios (Viçosa, Capela, Pilar e Pindoba), apresentam redução no acesso ao programa, muito em função do destaque atribuído a produção do inhame, macaxeira e a cana-de-açúcar com usinas em pleno vapor de suas atividades.

Essas informações nos faz perceber que o processo de reorganização produtiva, ao qual, os agricultores familiares vêm passando com a falência do ciclo da cana-de-açúcar, agrega um protagonismo ao APL Fruticultura, isso fica evidente com os percentuais apresentados, pois o acesso a esse programa leva em consideração a renda da família. Neste programa estão empenhados somente no ano de 2014 valores que chegam (R\$) 8, 901,770.00 de reais.

O acesso ao PRONATEC confirma as informações já apresentadas, os cursos sempre são ofertados seguindo critérios que buscam explorar o potencial produtivo dos municípios, bem como utilizam os municípios que oferecem uma melhor infraestrutura para que os cursos sejam ofertados, assim, os municípios que não tem registro de matrículas, tem a participação de sua população em outros municípios.

Tabela 01 - Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural- I

Município	População Total (hab.) e (%)		Programa Bolsa Família (Famílias Beneficiadas)		Programa Bolsa Família – (R\$)	PRONATEC - Matrículas cumulada a partir de nov. /2011
Atalaia	44, 322	13,7%	7, 717	14,3%	1, 314, 317. 00	50
Branquinha	10, 583	3,2%	1, 743	3,2%	275, 5 93. 00	140
Cajueiro	20, 409	6,3%	3, 717	6,9%	573, 569. 00	71
Capela	17, 077	5,3%	2, 593	4,8%	441, 367. 00	279
Chã Preta	7, 146	2,2%	1, 280	2,3%	295, 644. 00	29
Ibateguara	15, 149	4,7%	2, 691	5,0%	552, 650. 00	0
Mar Vermelho	3, 652	1,1%	692	1,2%	163, 927. 00	0
Murici	26, 710	8,3%	4,4 27	8,2%	801, 385. 00	857
Paulo Jacinto	7, 426	2,3%	1, 448	2,9%	221,380. 00	16
Pilar	33, 305	10,3%	5, 464	10,1%	777, 893. 00	117
Pindoba	2, 866	0,8%	377	0,7%	72, 956. 00	0
Quebrangulo	11, 480	3,5%	2,256	4,2%	481, 931. 00	172
Santana do Mundaú	10, 961	3,4%	1, 686	3,1%	260, 749. 00	0
São José da Laje	22, 686	7,0%	3,714	6,8%	587, 578. 00	31
União dos Palmares	62, 358	19,3%	9, 772	18,1%	1, 440, 458. 00	347
Viçosa	25, 407	7,9%	4,115	7,6%	640, 373. 00	1, 204
Total	321, 587		53, 692		8, 901,770. 00	3. 313

Fonte: PBSM/MDA, 2015; FNDE, 2012; IBGE, Censo Demográfico, 2010.

A articulação entre políticas públicas que proporcionam o acesso a bens e serviços essenciais para à sociedade, são apresentadas na tabela 02. E os dados identificam a importância à prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), no território de forma deficiente como é possível constatar, ou seja, com um total de 26 técnicos de ATER distribuídos entre 16 municípios, porém, constata-se a inexistência de técnicos em 04 destes municípios são eles; Mar Vermelho, Paulo Jacinto, Pilar e Pindoba. Fica evidente a diferença na prestação de ATER nos municípios que compõem o APL, com a representação de 14 técnicos distribuídos nos seis municípios, isso representa 53,8% do total de técnicos do território.

Os técnicos estão distribuídos nos outros dez municípios de forma desigual, ou seja, com a existência de 19,3% dos municípios com 01 técnico, outros 23,1% destes municípios têm 02 técnicos, municípios com 03 técnicos representam 20,7%, outros 15,4% representa a participação de apenas 04 técnicos por municípios e 19,3% representa a participação de 05 técnicos por municípios. É necessário ressaltar que atualmente o governo do Estado tem empenhado esforços na contratação de profissionais que iram compor um novo quadro técnico para a EMATER.

Quando observa-se, a coluna com os dados do acesso ao PRONAF, percebe-se que o total do recurso é de R\$ 17, 142,942.73, deste 50,5% estão empenhados nos municípios inseridos no APL, porém a de se ressaltar a proximidade destes municípios com a agência do Banco do Nordeste, sediada em União dos Palmares, esse fator de proximidade contribui no acesso dos agricultores a essa política. Os 49,5% restante do recurso estão empenhados nos outros dez municípios do território, dando destaque para os municípios de: Mar Vermelho com 9,1% do recurso; Quebrangulo com 6,7%; e Viçosa com 11,2% do recurso.

As demais políticas expostas nas colunas seguintes da tabela 02 estão diretamente articuladas, entre si, ou seja, são políticas focadas na reforma agrária. Assim, fica evidente o destaque ao número de famílias assentadas e os respectivos projetos e recursos empenhados. É possível realizar uma leitura indicando a influência de fatores naturais, ou seja, as terras que estão inseridas no processo de reforma agrária, em sua maioria, são justamente as que são banhadas pelo rio Mundaú, esses municípios são; Atalaia, Branquinha, Iateguara, Murici, Santana do Mundaú, São José da Laje e União dos Palmares, esse fator também tem ligação direta com o fechamento de algumas usinas de beneficiamento de cana-de-açúcar, caso mais recente, já mencionado anteriormente, da usina Lajinha no Município de União dos Palmares.

De modo que, fica evidente que o valor do crédito fundiário destinado ao território da Mata Alagoana é de (R\$ 13, 415,872. 26), deste valor 80% foram direcionados para esses municípios mencionados no parágrafo anterior. Em Alagoas existem cerca de 101 mil estabelecimentos rurais, sendo 82% do total de estabelecimentos tem menos de 10 hectares, dos quais, 46 mil com menos de 1 hectare, o que, corresponde a 11% de toda terra agricultável de Alagoas. Já o número de famílias assentadas é de 78,1% somente no perímetro destes municípios, esses dados confirmam o potencial produtivo agregado a estas áreas.

O número de projetos de reforma agrária é de 35 e o percentual destes municípios analisados se assemelha aos números de famílias assentadas, ou seja, é de 80% somente nesses municípios. O total da área utilizada é de 22,259. 00 hectares, deste 83,3% foram utilizados em projetos de reforma agrária nos municípios já citados, esses dados comprovam a profunda transformação pela qual o território tem passado com um aumento das pequenas propriedades familiares.

Contudo, na busca para oferecer a devida base ao desenvolvimento rural, é necessário à identificação e criação de uma cultura extremamente produtiva ao território, centrada na crença e em uma perspectiva de desenvolvimento, embasada em capacidades e recursos existentes em nível local e territorial, no aproveitamento do capital social, nos valores culturais e sociais, objetivando uma trajetória de desenvolvimento baseada na equidade (ORTEGA, 2008, p. 74).

O que constata-se em relação à questão local, regional e territorial é que as mesmas constroem um novo modelo de desenvolvimento, que visa realizar a integração entre municípios e comunidades com características similares, agregando finalidades distintas. É nesse contexto que muitos dos programas e projetos efetivados no território agregam demandas específicas para as comunidades, que em sua organização buscam infraestruturas, educação, comercialização e mecanismos que auxiliem na ampliação da renda. Deste modo, os programas aqui descritos tem alcance nacional, mas no estado de Alagoas eles agregam expressiva importância e melhorias socioprodutivas.

Tabela 02 - Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural- II

Município	ATER, N° de Técnicos	PRONAF – Valores (R\$), Ano (2013 - 2014)	Crédito Fundiário (R\$)	N° de Famílias Assentadas (Reforma Agrária)	N° de Projetos – Reforma Agrária	Reforma Agrária (em hectares)
Atalaia	3	777, 773. 33	3, 386, 526. 23	509	11	4, 714. 00
Branquinha	2	1, 124, 552. 66	644, 835. 71	511	5	3, 279. 00
Cajueiro	1	119, 963. 29	315, 388. 26	121	2	1, 100. 00
Capela	1	404, 827. 25	647, 867. 46	0	0	0.00
Chã Preta	4	667, 757. 25	598, 105. 46	90	2	614. 00
Ibateguara	1	576, 606. 68	1, 709, 290. 31	159	1	1, 182. 00
Mar Vermelho	0	1, 562, 007. 06	0,00	0	0	0.00
Murici	1	102, 904. 06	0,00	171	3	1, 894. 00
Paulo Jacinto	0	878, 127. 74	0,00	0	0	0.00
Pilar	0	533, 083. 88	0,00	0	0	0.00
Pindoba	0	469, 626. 95	0,00	0	0	0.00
Quebrangulo	1	1, 153,554. 73	434, 411. 45	105	2	62.00
Santana do Mundaú	5	2, 345, 453. 73	1, 667, 482. 91	0	0	0.00
São José da Laje	2	1, 072, 690. 20	754, 036. 95	0	0	0.00
União dos Palmares	3	3, 431, 129. 53	2, 558, 151. 92	811	8	7,486. 00
Viçosa	2	1, 922, 883. 78	1, 279,775. 60	288	3	1,368. 00
Total	26	17, 142, 942. 73	13, 415, 872. 26	2,765	35	22, 259. 00

Fonte: Banco Central do Brasil (jan/2015); SIATER/MDA (jan/2015); DEA/INCRA, 2015; SRA/SDT/MDA (nov/2014).

A incorporação da noção de sustentabilidade e meio ambiente, elevou o grau de mobilização política dos estados, agregando importância ao processo de institucionalidade. À medida que a agenda utilizada deu andamento a essa proposta de desenvolvimento, na qual, foi incorporando múltiplas dimensões, agregando á agricultura familiar um potencial social, político, econômico e ambiental para a sociedade (VEIGA, 2006, p. 20- 23).

É nesse contexto que Thomas Piketty (2014, p. 29), explica o surgimento de forças que intervém na dinâmica de um território, ás “*Forças de Convergências e as Forças de Divergências*”. É na *Força de Convergência*, que ocorre a difusão do conhecimento, sobretudo para promover a ‘*Convergência*’, dependendo das políticas públicas que tem como finalidade desenvolver a educação, proporcionar o acesso ao treinamento e capacitação técnica, é o caso das políticas e programas desenvolvidos a partir de estratégias apresentadas pelos principais programas em atividade no território.

O autor constata ainda que,

“[...] são aquelas que garantem que os indivíduos com salários, mas elevados se separem do restante da população do modo aparentemente intransponível, ainda que por ora esse problema pareça um tanto pontual e localizado. São também, sobretudo, um conjunto de forças de divergências atreladas ao processo de acumulação e contração de riqueza em um mundo caracterizado por crescimento baixo e alta remuneração do capital” (PIKETTY, 2014, p. 29).

Nesses processos ficam evidentes que a falta de investimento adequado nas capacidades para geração de mão-de-obra pode excluir atores e grupos sociais, impedindo-os de ter acesso a políticas, por não se adequarem aos critérios exigidos de desfrutarem dos benefícios agregados ao crescimento econômico individual e coletivo, “*esse como sendo reflexo do desenvolvimento rural*”. Podendo em alguns casos realizar rebaixamento desse crescimento econômico em função de benefícios de novos atores e grupos sociais (PIKETTY, 2014, p. 29-30).

Portanto, as políticas públicas com enfoque no desenvolvimento rural e na sustentabilidade dos diferentes arranjos produtivos, devem incentivar atividades que demonstrem boas perspectivas dentro das diferentes particularidades locais existentes no território, esses programas e projetos contribuem para a descentralização das atividades econômicas, bem como para a redução da concentração de terras nas áreas rurais o quanto é importante potencializar os arranjos produtivos (FAVER, 2009, p. 68).

Assim, fica evidente que o processo de desenvolvimento é influenciado por inter-relações, que determinam múltiplas liberdades que se relacionam entre si, existindo a

necessidade de desenvolver e sustentar uma heterogeneidade e diversidade de instituições possibilita um sistema democrático, mecanismos legais, estruturas de mercado, provisões de serviços de educação e saúde, facilidades para a mídia e outros tipos de comunicação para se alcançar sucesso nesse processo de desenvolvimento rural (SEN, 2010, p. 77).

Um dos grandes desafios para realizar a efetivação de uma economia no estado de Alagoas, que se configure em transformar os recursos federais em oportunidades reais de negócios, com potencial de crescimento sustentável em médio e longo prazo. Esse processo de endogeneização produtiva e competitiva dos recursos, provenientes da economia de produção. Requer uma política de desenvolvimento, focada na articulação de uma tríade de sistemas; inovação, produção e a abrangência financeira (REDSIST, 2010, p. 8).

Em outras palavras, Atkinson afirma, que (2015, p. 90), “[...] a mudança no curso dos eventos não aconteceu por conta da mudança social e econômica, mas pelas escolhas políticas”. De certa forma, à medida que, constatamos avanços evidentes nos deparamos com retrocessos em nível nacional, estadual e local. A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e com ele, a desarticulação de muitas políticas aqui analisadas. Nesse processo em nível estadual, verifica-se a extinção de oito dos dezoito APLs do estado, muito em função, dos cortes em recursos direcionados ao fortalecimento destas políticas.

2.2 Uma Leitura dos Principais Programas e sua Participação junto ao APL

O processo de desenvolvimento em qualquer uma das suas dimensões é crucial e fortemente influenciado por interesses e relações diversas. De maneira que busca corresponder a múltiplas liberdades inter-relacionadas, existindo a necessidade de desenvolver e sustentar uma pluralidade de instituições, que possibilite o fortalecimento de sistemas democráticos, mecanismos legais, estruturas mercadológicas que possibilitem um excedente de serviços, de educação, saúde entre outras facilidades. Esses programas podem incorporar instituições que agregam iniciativas, além de disposições públicas, bem como estruturas mais mescladas, como organizações não governamentais (ONGs), cooperativas, associações e APLs (SEN, 2010, p. 77).

Os diversos ramos das atividades econômicas, políticas e sociais, estão diretamente ligados à produção, transformação, distribuição e ao consumo de produtos de origem tanto

vegetal quanto animal, incluindo as atividades desenvolvidas por entidades diversas. A importância exercida por produtos, especialmente os alimentares, ocupam em qualquer extrato social e psicológico que interferem no comportamento humano, além da sua identidade cultural, no que se refere aos hábitos de consumo e aos costumes (SILVA JÚNIOR, 2014, p. 17, *Apud* BATALHA, 2005).

O mesmo autor identifica a importância em aplicar investimentos e aperfeiçoamento em capital humano e social, para qualificar e tecnificar os atores envolvidos nas atividades econômicas de localidades, pois só assim será possível vislumbrar possibilidades para romper com deficiências e transformar, realidades em que estão inseridos cooperados e associados para contribuir o desenvolvimento rural (SILVA JÚNIOR, 2014, p. 22).

Na perspectiva de Wilkinson (2008, p. 51-52), novos patamares de produção ou novos mercados de produtos são exigidos, contudo, devemos olhar para a participação das organizações intermediárias, sobretudo os APLs, as ONGs e na grande variedade destas, podemos identificar outras fontes, de suma importância “os colegiados territoriais. Esses componentes são importantíssimos no programa Territórios da Cidadania”. As economias de escala podem proporcionar a promoção de variedades agrícolas coletivizadas, uma opção cada vez mais possível, tendo em vista a rápida expansão e consolidação colocadas pela nova conjuntura.

Para Campanhola e Graziano da Silva (2000, p. 31), que identificam no desenvolvimento local perspectivas de avanço para,

“[...] o processo de desenvolvimento local traz consigo novas perspectivas de adequação das políticas adequação das políticas públicas nacionais às peculiaridades regionais, e dos espaços urbanos e rurais, sua dimensão física, econômica, social e cultural, respeitando, portanto, todos os preceitos do desenvolvimento sustentável” (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000, p. 31).

Esse processo de desenvolvimento rural intensifica o que Kageyama (2010, p. 14), explica, a partir do fato de referir-se a uma base territorial, local ou regional, na qual interagem diversos atores e setores produtivos e de apoio. É nesse contexto que a autora, identifica a existência de uma economia local que opera com pequenas e médias empresas, assim, são descritas características como, as relações multissetoriais, seus vínculos sociais, a organizações institucionais, capacidade de reproduzir-se no tempo e a interação com economias locais.

A seguir serão apresentados os gargalos estruturais da economia alagoana, geralmente estão relacionados à limitação de seu mercado interno e à geração de conhecimento para dinamizar esse mercado:

O grande número de famílias que vivem abaixo ou próximo à linha da pobreza, com os piores índices entre os estados brasileiros; 56% de taxa de pobreza absoluta em 2008, com uma taxa de pobre para o mesmo período de, 18,3% de diminuição acumulada na taxa de pobreza absoluta entre 1995 e 2008 já, com o índice de Gini de 0,58% em 2008 o segundo pior do país;

Grande número de analfabetos, com 25,7% da população de 15 anos ou mais analfabeta e 38,6% de analfabetos funcionais para a mesma faixa etária (IBGE, 2010), mostrando a dificuldade de assimilação de novas tecnologias redutora de custos ou com pouca capacidade de inovação;

A fragilidade da rede empresarial de Alagoas, com um grande número de pequenas empresas informais. A população ocupada em Alagoas é de 900 mil essas, das quais apenas 425 mil estão no mercado formal (IBGE, 2010);

E a monocultura da cana-de-açúcar, ocupando grandes extensões de terras férteis potenciais geradoras de outras culturas mais rentáveis (21% para cana-de-açúcar e 42% de pastagens).

Após a Constituição de 1988, um dos grandes desafios para a reorganização da esfera pública no Brasil, bem como nos estados, tem sido a implementação descentralizada e participativa de políticas sociais. Esse processo foi fundamental para a articulação e coordenação das políticas públicas, programas e ações integrando em seus diferentes níveis federativos (ANANIAS, 2005, *Apud* FAVER, 2009, p. 71).

É a partir desta visão de fortalecimento das políticas públicas que, a teoria dos APLs, poderá colaborar com a promoção e o desenvolvimento rural na perspectiva local e territorial (FAVER, 2009, p. 72), (*op. cit.*, p. 72). Os conceitos e princípios podem proporcionar novos processos inovativos que contribuem para a eficácia dos programas e políticas no território.

Nessa perspectiva os mercados podem ser vistos, fundamentalmente, como um processo que prolonga os vínculos dos agricultores familiares, ou seja, o contato direto com consumidores possibilita avaliar novos canais de comercialização. Nesse ponto de vista, o mercado é visto como um colaborador, percebendo que é possível contribuir na evolução da produção em busca de atender novas demandas de comercializar, esse processo possibilita ser criada uma relação de confiança entre produtor e consumidor (WILKINSON, 2008, p. 94).

O autor (*op. cit.*, p. 94), “[...] apresenta argumentos, que comprovam os mercados como mediadores da vida econômica, tendo nas redes sociais mecanismo difusão do processo de operacionalização, que permite identificar algumas condições sociais, que proporcionam mediar relações sociais entre os atores. Esses atores imersos em circuitos replicam conhecimentos pré-existentes, em busca da produção e gerenciamento de pequenas agroindústrias familiares”.

2.2.1 Programa Territórios da Cidadania – PTC

Na busca em estabelecer estratégias com enfoque no desenvolvimento rural, explorando uma abordagem territorial, a partir da criação de um programa que adota um conjunto de ações que proporcionem o apoio ao desenvolvimento de “territórios rurais”. O programa tem como objetivo, submeter soluções inovadoras em termos de acesso e gestão de políticas públicas, difundindo a participação das organizações sociais na elaboração e execução, procurando, direcionar para as, demandas sociais, produtivas no campo do desenvolvimento rural, com enfoque na sustentabilidade (GUIMARÃES, 2013, p. 7).

Durante o processo de identificação dos Territórios Rurais, acima descrito, surgem 165 territórios, destes, 120 são definidos como “Territórios de Cidadania” vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por intermédio da Secretária de Desenvolvimento Territorial (SDT), é o exemplo apontado na figura 02. Neste contexto fica evidente, a existência de discrepâncias econômicas e sociais, ou seja, era necessário direcionar atenção especial para projetos e ações articuladas. Assim, a partir desta percepção emergencial surgiu o Programa Território da Cidadania (DELGADO; LEITE, 2013, p. 130).

O Programa Território da Cidadania – PTC⁶ foi criado em fevereiro de 2008, tendo como foco à melhoria da qualidade de vida de populações expostas e vulneráveis a pobreza. Focando a análise na melhoria da qualidade de vida e bem-estar das populações carentes nestes territórios de caráter rural. O objetivo do programa PTC é o desenvolvimento dessas

⁶ Esse programa foi apresentado com a finalidade de integrar um conjunto de ações dispensadas em diversas estruturas do Poder Executivo. Tendo o mesmo referencial conceitual dos Territórios Rurais, sendo amparado pela mesma portaria, porém com uma gestão mais complexa. Esses territórios apresentam baixo acesso aos serviços básicos, índices de estagnação na geração de renda e carência de políticas integradas e sustentáveis para autonomia de médio e longo prazo. “Atualmente existem 120 territórios em todo o Brasil e destes 06 estão presente no estado de Alagoas” (MDA/SDT, 2015).

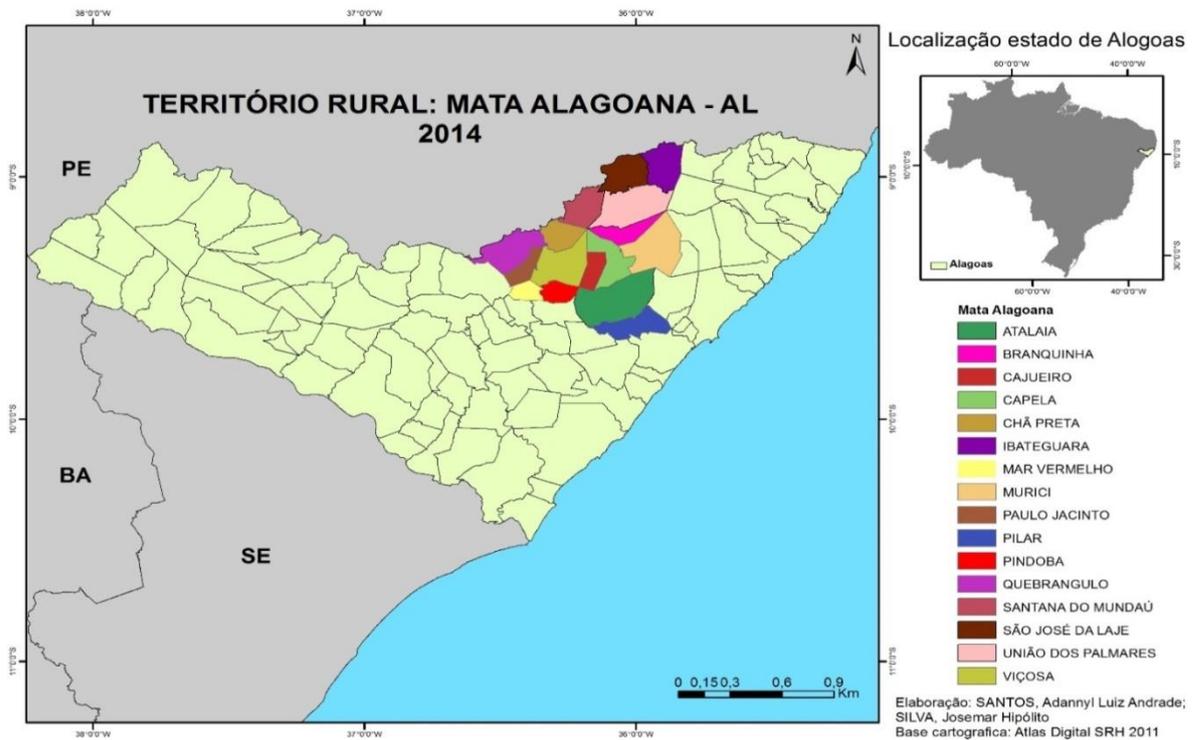
localidades, através da geração de trabalho e renda, por meio da integração de ações do governo federal, e dos estados e municípios, visando melhorar o índice de desenvolvimento humano (IDHM), buscando desenvolver ações que possibilitem realizar o combate ao êxodo rural e superar as desigualdades⁷ (REDESIST, 2010, p. 21).

Os objetivos do PTC envolvem projetos e ações que atendem a áreas como: a inclusão produtiva das populações vulneráveis dos territórios; bem como as populações tradicionais “indígenas e quilombolas”; a busca da universalização de programas básicos de cidadania; o planejamento e integração de políticas públicas; e a ampliação da participação social em seu território (MDA, 2015).

Buscando delimitar e abordar alguns dados primários do Território de Cidadania da Mata Alagoana, que está localizado em uma área que integra 16 municípios, como fica evidente na figura 02, a divisão territorial é estabelecida seguindo critérios utilizados pela SDT/MDA. O território da Mata Alagoana possui uma área total de 4.898,6 km², isso corresponde a 18% da área total do estado de Alagoas, a taxa de urbanização segue dados semelhantes ao apresentado pelo estado, ou seja, à taxa da Mata Alagoana é de 65% e do estado de Alagoas é de 68%. Apresenta um equilíbrio entre a população de homens e mulheres, identificando 50,7% da população formada por mulheres e 49,3% são homens. A história deste território remota a meados do século XVI, onde os inúmeros escravos fugitivos dos engenhos refugiaram-se e fundaram inúmeros quilombos. O mais famoso deles é o quilombo dos palmares, na “serra da barriga”, liderado por Zumbi dos Palmares, esse localizado no município de União dos Palmares (SIDRA/IBGE, 2016).

⁷ Anthony B. Atkinson, argumenta que todas as pessoas deveriam ser “[...] igualmente capazes de fazer o melhor com as competências que possuem”. A desigualdade de oportunidades segundo o autor é um conceito *ex ante*, ou seja, nessa perspectiva todos deveriam sair do mesmo ponto de partida, dado que boa parte da atividade de redistribuição se preocupa com os resultados. Assim preocupações quanto à desigualdade de oportunidades e à limitação da mobilidade social se intensificaram conforme as distribuições de renda e riqueza se tornaram mais desiguais. A igualdade de oportunidades é conquistada quando variáveis ligadas as “circunstâncias”, no caso, a herança familiar, não desempenham nenhum papel no resultado final (ATKINSON, 2015, p. 32-33).

Figura 02 – Mapa do Território Rural da Mata Alagoana - Alagoas



Elaborado: SANTOS, Adannyl Luis Andrade; SILVA, Josemar Hipólito, 2015.

O grande resultado esperado do PTC em Alagoas é a criação de condições que potencializem a produção agrícola e agregue qualidade a esse processo, proporcionando maior regularidade no abastecimento, eficiência na logística de comercialização. “Usando como exemplo prático resultados já alcançados no território de Cidadania da Mata Alagoana”, a partir da assessoria de inclusão produtiva em andamento no projeto NEDET⁸.

Na busca por estabelecer uma explanação de como apresenta-se as diversas mudanças no ambiente institucional das políticas públicas no estado de Alagoas a partir de uma leitura dos territórios rurais proposta por Costa; Silva (2014, p. 252), onde os autores apresentam como a participação da sociedade civil um maior diálogo entre os atores sociais e o Estado na tomada de decisão a partir da constituição de Colegiados Territoriais, que tem em sua composição representantes das três esferas do governo e da sociedade.

⁸ Com a formação dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDET, inicia-se a consolidação dos Ciclos da Gestão Social dos Territórios da Cidadania no Estado de Alagoas, encomendas **COSAE MDA/2013 (APQ)**. O projeto pretende contribuir para a consolidação da abordagem territorial como estratégia do desenvolvimento sustentável, para o Brasil rural e da articulação das políticas públicas integrantes da matriz do Programa Territórios da Cidadania - PTC, por meio da articulação das instituições de ensino e pesquisa e das instâncias de Gestão Social dos Territórios Rurais da Secretaria de Desenvolvimento Territorial. As informações correspondem às ações desenvolvidas pela equipe NEDET/AL/UFS no Território da Mata Alagoana, Alagoas nos anos de 2014-2016.

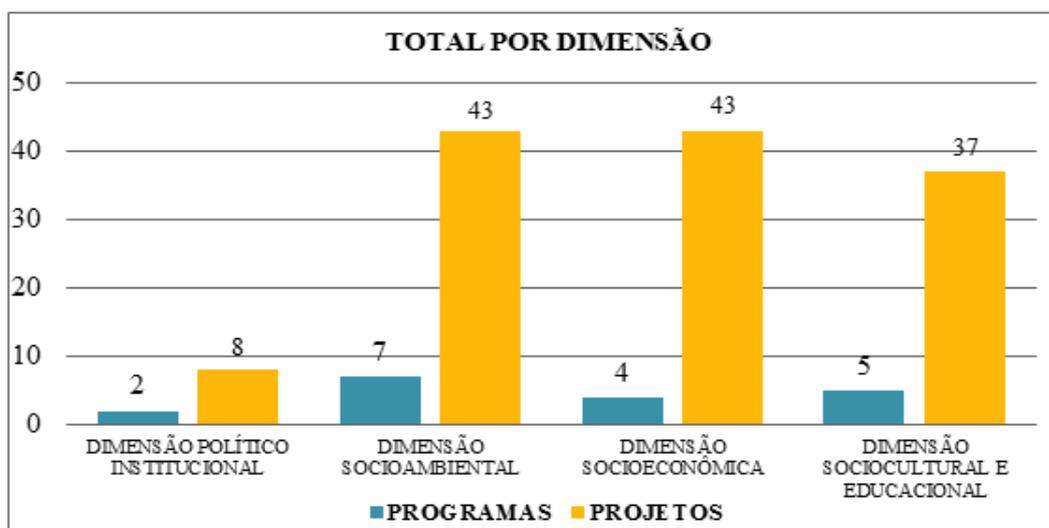
No que refere-se à importância do Colegiado Territorial os autores afirmam que,

“[...] Posteriormente a sua implantação foi possível observar um maior fortalecimento dos atores sociais o que também caracterizou uma maior descentralização de poder, sendo este o grande desafio do Território da Cidadania e dos Colegiados, transformar as políticas que até então eram apenas assistencialistas ou que promoviam o empoderamento de alguns grupos sociais em políticas voltadas para os setores esquecidos promovendo sua interação em políticas voltadas para os setores esquecidos promovendo sua interação de forma sustentável e duradoura democratizando assim as políticas públicas” (COSTA; SILVA, 2014, p. 252).

Vale destacar que é possível utilizar a afirmação dos atores para a realidade do Território da Mata Alagoana, à medida que por sua proximidade e similaridade de capital social, atores sociais e a existência das mesmas políticas e programas.

Neste contexto, ficam evidentes problemas junto aos agricultores familiares como: o baixo grau de capacitação em diferentes níveis (no agricultor, propriedade, família); baixa competitividade e o baixo nível na geração de renda. A inserção a novos mercados somente é possível, a partir do acesso a novas técnicas de produção, com uma prestação de serviço de assistência técnica e extensão rural de qualidade, acesso alinhado de créditos diferenciados mediante a apresentação de projetos viáveis tecnicamente possíveis e economicamente viáveis, buscando assim, potencializar características da produção local. A aquisição de máquinas e equipamentos proporciona melhorias em infraestrutura e acesso a bens serviços, possibilitando a geração e aumento de renda com sustentabilidade.

Figura 03: Programas e Projetos Divididos por Dimensões/PTDRS do Território

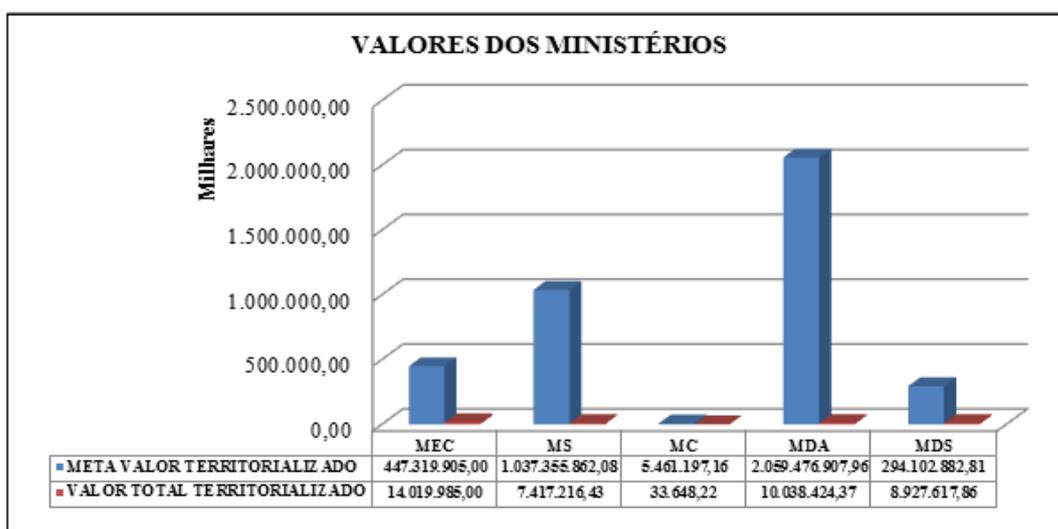


Fonte: PTDRS/Mata Alagoana, 2013; NEDET/AL, 2015.

Podemos identificar a partir da figura 03 descrita acima, como estão distribuídos os programas e projetos no território da Mata Alagoana, com um total de 131 projetos e 18 programas distribuídos em quatro dimensões. (REDESIST, 2010, p. 23).

A figura 04 demonstra como foram empenhados os recursos públicos em nível nacional, no ano de 2013, e quais os Ministérios estão envolvidos neste programa. Lembrando que o Ministério que mais empenhou recursos no PTC, foi instinto pelo atual governo do presidente interino Michel Temer, isso confirma um grande impacto para o programa, bem como para a agricultura familiar.

Figura 4: Metas e Valores Territorializados por Ministérios.



Fonte: Matriz territorial, 2013; PTDRS/Mata Alagoana, 2013; NEDET/AL, 2015.

É possível observar, que a meta valor territorializado, corresponde ao valor disponível para serem utilizados pelos Ministérios em todo o Brasil, e o valor total territorializado corresponde ao valor utilizado no PTC da Mata Alagoana. No caso do MEC, o valor total territorializado corresponde a 0,71%, do valor total territorializado, ou seja, o potencial do programa é muito pouco explorado. Já o Ministério da Saúde (MS), teve uma meta valor territorializado menor, da ordem de 0,61%. O Ministério das Cidades (MC), territorializou apenas 0,61% da meta valor, já o Ministério do Desenvolvimento Agrário utilizou apenas 0,48% de uma meta valor de dois bilhões e cinquenta e nove milhões. Já o Ministério do Desenvolvimento Social, é o que representa o maior valor territorializado 3,0%, esse número é muito em função do PAA e PNAE.

Cabe destacar seguindo reflexões de Costa; Silva, (2014, p. 253), o processo de desenvolvimento de projetos, programas e ações devem objetivar em direção da promoção de

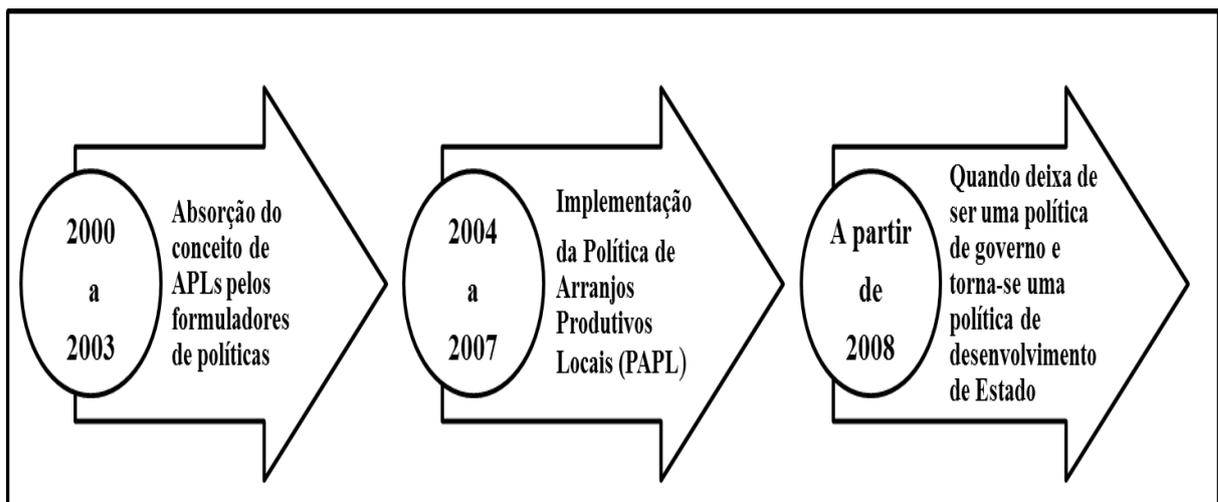
transformações que possibilitem efetivar um processo duradouro em seus objetivos, proporcionando as populações assistidas e beneficiadas um melhor rendimento de ações de crescimento contínuo que se concretizem no território.

2.2.2 O Processo de Institucionalização do Programa de APLs em Alagoas - PAPL

Buscando delimitar um marco temporal que explique o processo de institucionalização da política de APL em Alagoas, utiliza-se como etapa inicial a exposição da figura 05, onde é possível constatar as diferentes etapas deste processo no estado.

Na década de 2000, foi fundamental o papel da Secretária de Ciências, Tecnologia e Educação Superior (SECTES), criada a partir do curso de pós-graduação em Gestão e Inovação, com a finalidade em formar agentes de inovação, esta iniciativa deu início à formação do capital social necessário para idealizar, o que posteriormente viria se tornar, uma política de desenvolvimento para o estado. Em 2001 a SECTES, deu início as ações direcionadas ao desenvolvimento de Alagoas, levando em consideração, já neste momento, o potencial produtivo de alguns territórios na perspectiva do desenvolvimento rural.

Figura 05 – Etapas para a Institucionalização da Política de APL em Alagoas



Fonte: SEPLANDE, 2015

Em meados de 2002 e 2003, o SEBRAE - é inserido nesta proposta dos APLs, como uma linha de ação, com a finalidade de impulsionar e dinamiza esse processo de desenvolvimento. Porém só após 2003, é que um conjunto de ações em parceria com o

Governo do Estado é que dar início ao (PAPL) - Programa dos Arranjos Produtivos Locais de Alagoas (REDESIST, 2010, p. 13).

As respectivas cadeias produtivas, descritas acima, possuíam um grupo gestor responsável pelo acompanhamento e aplicação dos projetos, ações e recursos. Esse grupo gestor é formado por representantes do setor produtivo, industrial e de comercialização, bem como, os consultores do SEBRAE. Nessa perspectiva, as definições de APL adotadas pelos gestores desse projeto em Alagoas passaram por atualizações, a esse momento é atribuída à definição de,

“[...] Arranjos Produtivos Locais são fenômenos empíricos caracterizados pela aglomeração de unidades produtivas de um mesmo ramo da economia, em uma determinada e definida fração do território... O fato é que, uma vez existindo o aglomerado, as unidades produtivas pertencentes a estas aglomerações passam a usufruir de economias de aglomeração, além de outras economias externas não monetárias, capazes de acelerar e até mesmo endogeneizar os determinantes do desenvolvimento destes Arranjos Produtivos. Por mais incipiente que possa ser a articulação entre as empresas de determinado setor, em cada localidade, elas acabam interagindo – ainda que seja apenas via mercado –, o que resulta sempre em algum grau de interdependência na tomada de decisões, especialmente entre as empresas do ramo que dá identidade ao Arranjo, seus fornecedores e seus clientes” (SECTES, 2001. *Apud* REDESIST, 2010, p. 13).

Outra abordagem relevante dos APLs segue concepções idealizadas por Lastres e Cassiolato (2003, p. 03), são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas que apresentam vínculos entre si. Em sua grande maioria destes arranjos desenvolvem a participação e a interação de empresas de diversos segmentos, produtoras de bens e serviços finais, ou fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultorias, entre outras formas. Os arranjos produtivos em que operam articulações e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa.

Neste contexto inicia-se o Programa de Arranjos Produtivos Locais (PAPL) em Alagoas, em meados de 2004, no governo do então governador Ronaldo Lessa, esse instituiu, a partir da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), atual Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLANDE), direcionar investimentos para operacionalizar o (PAPL), em parceria com o SEBRAE, com vistas ao estímulo a produção e a geração de renda para pequenos e médios empreendimentos com caráter rural e urbano. No caso do rural,

os agricultores familiares foram os atores assistidos, direcionando as ações coletivas como base do fomento das políticas direcionadas para os arranjos produtivos locais (SILVA JÚNIOR, 2014, p. 67).

O autor salienta o fato do planejamento empenhado pela SEPLANDE, e pelo SEBRAE como voltados para o embasamento no Plano Plurianual do Estado, para poderem implementar os APLs de Alagoas no período entre os anos de 2004 e 2007. Foram utilizados critérios técnicos e acadêmicos para escolha dos municípios que iriam integrar os arranjos, levando em consideração o potencial produtivo, características naturais dentre outros critérios (SILVA JÚNIOR, 2014, p. 67), (*op. cit.*, p. 67). Neste formato, cada APL é um projeto e possui um gestor, o mesmo credenciado pelo SEBRAE/AL, parceiros e empresas que atuam no programa, devendo atender a critérios e determinações que estimulem a vocação produtiva das localidades.

Surge assim a proposta de política estadual de apoio aos arranjos produtivos locais em Alagoas, com o Decreto de nº 2.077, Art. 4º de agosto de 2004. Nesta perspectiva, a política de fomento de APLs deve contribuir de forma significativa para efetivação do desenvolvimento, não se constituindo em uma única política de desenvolvimento, mas uma ferramenta que promove uma visão sistêmica deste processo, capaz de mobilizar meios e instrumentos para o desenvolvimento rural, no caso em questão, esse deve ser visto como um processo de mudança, gerando dinamismo econômico, sustentabilidade ambiental, inserção ao empreendedorismo produtivo e social.

Neste contexto somente a partir de 2008, a etapa de consolidação se efetiva, o PAPL apresenta uma composição que leva em consideração parceiros de diversas camadas. Inicia com um conselho deliberativo, composto por representantes da administração do Governo do Estado e de instituições parceiras. Uma coordenação executiva, exercida pela SEPLAN/SEBRAE - AL. Uma gestão compartilhada a partir de gestores locais, responsáveis por cada um dos APLs em seus respectivos territórios (REDESIST, 2010, p. 8-17).

A partir desta coordenação é que se justifica a identificação dos APLs levando em consideração os seguintes argumentos:

- A proximidade geográfica entre os grupos de produtores possibilita uma melhor interação e troca de conhecimento entre os agentes;
- Agrupamentos de diversos agentes estimulam o investimento em pesquisa e desenvolvimento gerando inovação;

- Uma atividade coordenada ou conjunta cria vantagens na negociação com os agentes externos gerando economia de escala;

- A busca pela identificação das atividades produtoras no território com relevante importância para a realidade local, resultando em um maior comprometimento por parte dos agentes, atraindo capital e facilidades e completando o ciclo de articulação (REDESIST, 2010, p. 15).

Atualmente existem 18 APLs no estado, atuando nos setores de agronegócio, indústria e serviços, abrangendo mais de 87 municípios do total de 102 existentes no estado, representando uma cobertura de 70% do território alagoano. Esses arranjos atendem diretamente e indiretamente cerca de 30.000 produtores/empresários, organizados em 117 associações formais, 25 cooperativas, 06 Fóruns e 03 câmaras temáticas, este capital social é fruto do trabalho realizado pelo PAPL que conta com a governança que se estrutura, a partir da formação dos comitês gestores (empresários, produtores e parceiros) nos territórios através da articulação e mobilização dos atores envolvidos no processo de institucionalização dos APLs. Durante a implantação do PAPL 2004-2012 foram realizados nos territórios assistidos pelo programa mais de 3.485 cursos de capacitações, envolvendo 80.562 participantes (SEPLANDE, 2015, p. 16).

De modo que os diversos ramos de atividades sejam elas, econômicas, políticas ou sociais, estão diretamente associadas à produção, transformação, distribuição e ao consumo de produtos de origem vegetal e animal, incluindo as atividades desenvolvidas pelas instituições da sociedade civil organizada. Para isso é preciso ampliar os investimentos e aperfeiçoamento em capital social e humano com a finalidade em qualificar e tecnificar os atores envolvidos no processo de implantação e consolidação do APL, impulsionando o desenvolvimento das localidades, pois desta forma é possível buscar possibilidades de romper o atraso de algumas localidades do rural (SILVA JÚNIOR, 2014, p. 17-23).

2.2.3 Contribuições do Programa de Compras Institucionais (PAA; PNAE)

Ao promover o incentivo a uma produção diversificada, qualquer que seja o programa, contribui para o aumento da diversificação e a melhoria da qualidade da alimentação das populações, sejam elas, produtoras ou consumidoras destes alimentos (DELGADO *et al.*, 2005, *Apud* GRISA *et al.*, 2011). Tendo em vista, o incentivo a formas de práticas agrícolas

mais sustentáveis como os orgânicos e agroecológicos, já que, a eles são agregados 30% a mais no valor final pago pelos produtos.

A criação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, tem nas recentes transformações do Estado brasileiro seu nascimento, a partir da lei nº 10.696 de 200 e atualizado pela lei nº 12.512 de 2011, ou seja, nessa atualização os órgãos públicos federais, estaduais e municipais podem adquirir os alimentos diretamente dos produtores. O programa não é uma ação isolada, descontextualizada das demais iniciativas, parte do seu sucesso, é resultado dos agricultores familiares estarem inseridos e apoiados por outros programas, que lhes permitem produzir, organizar-se e comercializar sua produção com o governo (CAMPOS; BIANCHINI, 2014, p. 15-16).

No texto da lei, a dispensa é definida nos seguintes termos: (i) os produtos deverão ser adquiridos de agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), ou seja, devem ter DAP; (ii) essas aquisições têm como objetivo estimular os agricultores familiares, a desenvolverem ações direcionadas à distribuição dos produtos a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, estimulando a formação de estoque estratégico; (iii) para que ocorra a dispensa da licitação é necessário que os preços da aquisição não sejam superiores aos ofertados nos mercados locais e regionais. É nesse contexto que a Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), esse mecanismo inviabiliza o acesso a grande maioria dos agricultores familiares, para ofertarem seus produtos aos mercados institucionais (SCHIMITT; GUIMARÃES, 2008, p. 9).

Esse programa foi resultado de dois debates importantes realizados nas décadas de 1980 e 1990, porém, se consolidou década de 2000 durante o governo Lula. Ambos os discursos, trataram de questões como o combate à fome e a garantia da segurança alimentar e nutricional da população. Bem como o reconhecimento da agricultura familiar como categoria social, pelas políticas governamentais (GRISA *et al.*, 2011, p. 34-41).

O PAA é operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do, hoje extinto, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O acompanhamento das ações do programa é realizado por um grupo gestor, coordenado pelo MDS e integrado por representantes do MDA, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) – representado pela Conab, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e pelo Ministério da Fazenda (MF). Como é observado, o programa conta com um consolidado processo de institucionalidade, neste processo atua um Comitê Gestor, que opera por meio de resoluções,

que regulamentam o funcionamento do programa, mais recentemente, o Ministério da Educação, via PNAE, esses ministérios atuam diretamente, envolvidos com a sua execução e financiamento do programa (CAMPOS; BIANCHINI, 2014, p. 17).

O PAA tem sua operacionalização em quatro modalidades em execução são elas: o incentivo a produção e consumo de leite (PAA Leite); compra com doação simultânea; compra direta e formação simultânea. O programa estabelecendo interação com outras iniciativas do Estado seja a partir do governo federal, estadual e municipal incidiu sua importância e relevância sobre outras políticas públicas de caráter rural, em especial, as quais incorporam suas melhores inspirações, objetivos e procedimentos operacionais. No caso do PNAE foi estabelecido um percentual mínimo de repasses da ordem de 30% dos repasses destinados à alimentação escolar deveriam ser utilizados para aquisição de alimentos da agricultura familiar. Atrelado a esses programas foi estabelecida a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), pela qual foram incluídos e valorizados os produtos da sociobiodiversidade no rol de produtos apoiados pelos programas já mencionados (PORTO *et al.*, 2014, p. 55).

A criação de programas que possibilita aos agricultores familiares a venda de produtos para o governo, que os destinam a mais de 20 mil entidades, hospitais, creches, escolas, asilos, comunidades terapêuticas e para a população que se encontra em situação de vulnerabilidade social. Outro viés para a comercialização repassa pelo papel dos municípios e dos estados, ou seja, o “PNAE”. A União repassa recursos complementares para a alimentação dos alunos de toda a educação básica “educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos matriculados, nas escolas públicas ou conveniadas” (ANUÁRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2015, p. 227-228).

Políticas públicas pensadas para impulsionarem os mercados institucionais, apresentam arranjos institucionais que estimulam à promoção de capital social que permite a integração de atores sociais diversos (GRISA *et al.*, 2011, p. 34-41). Em especial o acesso de associações e cooperativas aos mercados institucionais, proporciona o envolvimento o direto do APL Fruticultura no Vale do Mundaú, esse processo permitiu aos atores se capacitarem e terem acesso a informações de diferentes dimensões como, gestão administrativa, mercados, controle social e políticas públicas, permitindo os atores buscarem recursos financeiros em outras frentes.

É possível constatar que no ano de 2014 foram comercializados 50% de toda produção de frutas dos empreendimentos inseridos no APL, junto aos mercados institucionais. Na

tabela 03, abaixo, a distribuição do PAA e do PNAE no território da Mata Alagoana, bem como valores de suas operações para os anos de 2014, no caso do PAA e 2012 para o PNAE. Atualmente o APL proporciona aos produtores o acesso ao PAA via Conab e Emater. Esta Modalidade é executada com recursos do MDS e pode utilizar dois tipos de instrumentos para seu acesso e implementação.

A Compra com Doação Simultânea permite a aquisição de alimentos *in natura* ou processados, essa modalidade vem enriquecendo os cardápios dos produtores e consumidores. O fornecimento dos produtos orgânicos está inserido nesta modalidade, e tem agregado até 30% a mais no valor de comercialização. Para participar da modalidade, os agricultores familiares devem possuir a DAP, estando eles organizados em associações, cooperativas, consórcios, as instituições devem encaminhar as propostas para a Conab ou Emater, no caso, do APL.

Tabela 03 – Comercialização da Agricultura Familiar junto aos Mercados Institucionais

Município	PAA – CONAB Valor total da proposta	PNAE – Aquisição (R\$) Ano 2012
Atalaia	0,00	108,000. 00
Branquinha	12,997. 00	0,00
Cajueiro	0,00	22,255. 00
Capela	0,00	123,552. 20
Chã Preta	0,00	31,628. 70
Ibateguara	0,00	0,00
Mar Vermelho	0,00	0,00
Murici	18,485. 20	138,219. 30
Paulo Jacinto	0,00	53,718. 83
Pilar	0,00	0,00
Pindoba	0,00	0,00
Quebrangulo	0,00	0,00
Santana do Mundaú	5,095,647. 21	20,296. 00
São José da Laje	25,924. 50	6,282. 82
União dos Palmares	833,548. 60	0,00
Viçosa	190,350. 00	0,00
Total	6,346,952. 51	503,952. 85

Fonte: PAA Data/SIG/MDS, 2014; FNDE (dez./2012).

Fica claro nos dados expostos na tabela 03, como é importante realizar uma organização institucional e um planejamento produtivo. Percebe-se que dos 16 municípios do território da Mata Alagoana, apenas seis, tem acesso ao PAA. Em se tratando do PNAE o número é um pouco melhor, são 08 os municípios, porém, foi constatado durante entrevista,

realizada no município de União dos Palmares, que o mesmo aderiu ao PNAE no ano de 2015, os valores de comercializados não foram fornecidos.

Dos valores empenhados no PAA, apenas 2,9% é do município de Viçosa. Vale destacar que esse município foi primeiro em Alagoas a trabalhar com essa modalidade, sendo uma referência nacional, como bom exemplo de operacionalização do PAA no Brasil. Os outros 97,1% dos valores foram empenhados nos outros 05 municípios todos integrantes do APL. Destaca-se Santana do Mundaú com 80%, esse dado é reflexo da participação direta do APL junto a COOPLAL e das associações ligadas a essa cooperativa, comprova o fortalecimento da cadeia produtiva da laranja lima, a exemplo de União dos Palmares que tem uma participação de 13,1% deste mercado, destaca-se a produção de bananas, em suas variedades, comprida e prata. Os outros 6,9% estão distribuídos entre os outros três municípios, Branquinha, Murici e São José da Laje.

Os mecanismos de gestão dos recursos seguem requisitos estabelecidos pelo MDS como é possível observar na afirmativa abaixo:

Aprovada a Proposta de Participação, a organização emite uma Cédula de Produto Rural (CPR-Doação) e passa a fornecer alimentos às entidades conforme definido na Proposta. Após a confirmação da entrega dos produtos, a Conab disponibiliza os recursos pactuados na conta da organização, que realiza o pagamento aos agricultores. Na execução pela Conab, as organizações de agricultores entregam os produtos diretamente nas entidades beneficiárias. Neste caso, os recursos financeiros para execução do PAA são repassados pelo MDS para a Conab, que fica responsável pelo pagamento aos agricultores. O limite de participação por unidade familiar/ano é de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) para agricultores individuais (via Termo de Adesão) e R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para agricultores que participarem por meio de organizações da agricultura familiar (MDS, 2016).

Os produtos que são beneficiados e comercializados pelos produtores se dividem em duas categorias: *in natura* e processados:

“Produtos *in natura*: Laranja lima, laranja lima orgânica, banana comprida e banana prata. Produtos processados: suco congelado misto de laranja lima com limão, produzido pela Cooperativa COOPLAL; doce cristalizado da casca da laranja e laranja desidratada, produzidos pela Associação ECODUVALE; doce de banana, produzido pela Associação Zumbi dos Palmares. As informações de faturamento/ano/mercado, não são mensuradas em função dos produtores não fazerem um controle das frutas colhidas e comercializadas nas feiras livres locais e atravessadores” (SEPLANDE, 2015, p. 18).

As iniciativas de comercialização de produtos de origem agroecológica fornecem aos agricultores familiares a possibilidade de introduzirem novos elementos no debate sobre o lugar dos mercados, na transição para uma agricultura de base agroecológica. Para a realidade dos municípios integrantes do APL, destaca-se a comercialização em diferentes níveis, a deficiência em explorar os mercados interno e externo. Os maiores volumes de comercialização são realizados, pelo Programa de Compras Institucionais (PCI). Outro canal é a comercialização direta no CEASA de Alagoas e a CEAGESP de São Paulo. O APL está trabalhando com a finalidade de inserir os produtos beneficiados em supermercados e pequenos mercados locais, atualmente existem freezers espalhados em pontos comerciais da capital Maceió, comercializam produtos da COOPLAL (SEPLANDE, 2015, p. 18).

Cabe destacar que iniciativas e ações como as desenvolvidas pelas associações e cooperativas com o apoio institucional do APL é de suma importância para combater as estruturas de desigualdades que podem ser reproduzidas em um determinado território. Essas desigualdades podem afetar uma determinada sociedade, formando e burocratizando a ação coletiva. Neste contexto o associativismo e o cooperativismo são demonstrados pela vida em comunidades desde a pré-história. Em um novo contexto rural altamente institucionalizado, surgem atores sociais capazes de exercerem forte influência em um território, como no o Território da Mata Alagoana (SILVA; SOUZA, 2014, p. 296).

3 CARACTERIZAÇÃO DO APL E ANÁLISE DAS DIMENSÕES

3.1 Qual a Importância da Agricultura Familiar e da Fruticultura no Processo de Desenvolvimento do APL Fruticultura no Vale do Mundaú?

A agricultura familiar instituiu uma forma de produção e trabalho que historicamente foi marginalizada. Esse processo é reflexo da herança da colonização do país, bem como, do processo de modernização agrícola implementada no Brasil a partir da década de 1960. Esse processo social foi formador de uma estrutura agrária marcada por desigualdades. Onde os atores beneficiários recebem estímulos governamentais, neste momento foram os grandes e médios produtores, com foco nas exportações e na expansão da fronteira agrícola. O surgimento de programas representa o reconhecimento do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social, os “agricultores familiares” até esse momento recebiam outras nomenclaturas tais como; pequenos produtores, produtores familiares e agricultores de subsistência, entre outras (AQUINO; SCHNEIDER, 2015, p. 53-56).

A partir dessas iniciativas surgem necessidades de inserir novas tendências de escala e quantidade. Nessa perspectiva, que a agricultura familiar produz novos níveis de qualidade e novas escalas de produção. Exigindo novos modelos de organizações e inovações organizacionais de ação coletiva, e a adoção de novas tecnologias e práticas agrícolas, como no caso, da produção orgânica e agroecológica. Outro ponto é a identificação da pluriatividade como mecanismo de estabilização do agricultor familiar no rural (WILKINSON, 2008, p. 21-30).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi instituído oficialmente através do decreto presidencial nº 1,946, de 28 de junho de 1996, sendo concebido com o intuito de apoiar o desenvolvimento rural, pretendendo dinamizar e apoiar a geração de renda e emprego, pretendendo estimular de forma direta um novo padrão de desenvolvimento baseado na sustentabilidade, visando o bem-estar dos atores envolvidos nestes processos, sejam eles, consumidores ou produtores. Estimular as diferentes dimensões deste processo, a partir do fortalecimento da agricultura familiar, seguindo o número de estabelecimentos, pessoal ocupado, e o número de “Declaração de Aptidão ao Pronaf” (DAP)

emitida pelos órgãos responsáveis, como podemos observar na tabela 04 (BRASIL, 1996, p. 11).

Deve-se focar, na pequena produção de base familiar, esta compõe 90% dos estabelecimentos agrícolas. Essas características exercem capacidades de respostas frente à produção de alimentos, na geração de emprego e renda no meio rural, incorporando o acesso a políticas públicas e a elevação do bem-estar e da qualidade de vida das populações rurais. Buscando apresentar características da agricultura familiar no estado de Alagoas, onde ocorre a insurgência de um conjunto de indicadores sociais e econômicos dos mais baixos do Brasil. O que confirma a necessidade de uma intervenção direta do Estado seja, nas cidades ou no campo, onde habitam aproximadamente um milhão de cidadãos.

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 revelam a existência de 111.761 estabelecimentos da agricultura familiar em Alagoas, representando 90,1% do total dos estabelecimentos, ocupando uma área total de 682,61 mil hectares, correspondendo a 32,3% da área ocupada por estes no estado, esses dados confirmam a concentração de terras. Ocorrendo uma diferença enorme no tamanho dos estabelecimentos rurais, é possível constatar que os estabelecimentos da agricultura familiar têm em média 6,1 hectares, e os que não se enquadram como familiar com 123,1 hectares (IBGE, CENSO AGROPECUÁRIO, 2006, p. 34).

A partir das informações descritas na tabela 04 são apresentados os números de Estabelecimentos da Agricultura Familiar, de Pessoal Ocupado e o número de DAPs ao PRONAF. Iniciando a análise a partir do número de “Estabelecimento da Agricultura Familiar” é possível perceber que 46,7% dos estabelecimentos estão inseridos nos municípios que compõem o Vale do Ribeira e 53,3% dos estabelecimentos estão nos municípios do Vale do Mundaú são eles: Branquinha 7,2%; Ibataguara 3,6%; Murici 1,1%; Santana do Mundaú 16,5%; São José da Laje 4,6% e União dos Palmares 19,9%. Fica evidente a relação direta do número de DAPs e a prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), ou seja, o apoio do Estado a partir do poder municipal, e das ações do APL, potencializam a liberação das DAPs, de modo geral, as prefeituras municipais mais estruturadas disponibilizam um técnico para analisar os processos de pedido de DAP. Podemos verificar os municípios que se destacam no Vale do Ribeira são: Atalaia vem com 3,4%; Mar Vermelho apresenta 3,4%; seguido de Paulo Jacinto com 5,1% das DAPs; Quebrangulo apresenta 6,6%; e Viçosa segue com 9,5% do número de DAPs do território.

É possível constatar o potencial produtivo e empreendedor dos municípios do Vale do Mundaú, sendo capaz de refletir em números de estabelecimentos, bem como, em pessoal ocupado na agricultura familiar: onde 45,9% deste pessoal ocupado estão representados por Branquinha 8,7%; Ibateguara 3,2%; Murici 1,1%; Santana do Mundaú 16,9%; São José da Laje 4,6%; e União dos Palmares 19,2%. Assim percebe-se que em número de pessoal ocupado no município de Murici, é de pouca expressividade muito em função do número de empresas instaladas em seu território.

Seguindo a análise dos dados da tabela 04, que correspondem aos números das DAPs emitidas no território, é possível observar que 62,6% estão nos dez municípios da Mata Alagoana que não integram o Vale do Mundaú. Sendo assim, 37,4% das DAPs, estão nos municípios do Vale do Mundaú representados individualmente por: Branquinha 6,3%; Ibateguara 4,2%; Murici 1,1%; Santana do Mundaú 21,2%; São José da Laje 0,5%; e União dos Palmares com 23,6%. O que é possível observar é que existem dificuldades no processo de emissão destas DAPs, pois a prestação de serviço de ATER é totalmente deficiente em número de pessoal, infraestrutura e capacidade técnica operacional inviabilizando a emissão destas.

Tabela 04 – Agricultura Familiar no Território da Mata Alagoana

Município	Nº de Estabelecimentos da Agricultura Familiar	Pessoal Ocupado na Agricultura Familiar	DAP – Pessoa Física
Atalaia	308	783	380
Branquinha	630	1.649	711
Cajueiro	140	463	199
Capela	165	367	80
Chã Preta	560	738	511
Ibateguara	316	614	475
Mar Vermelho	425	940	369
Murici	97	222	124
Paulo Jacinto	256	1.051	587
Pilar	8	37	116
Pindoba	135	318	123
Quebrangulo	693	1.664	744
Santana do Mundaú	1.434	3.183	2.370
São José da Laje	405	874	662
União dos Palmares	1.720	3.613	2.644
Viçosa	1347	2.262	1.064
Total	8.639	8.778	11.160

Fonte: SAF/MDA, 2015; IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

A agricultura familiar novamente torna-se destaque na produção frente às transformações nas grandes cadeias produtivas, esta mesma forma de produção é vista cada vez mais como uma vantagem estratégica, na medida em que, são associadas a ela; tradição, natureza e manejo agroecológico, com diferentes formas de beneficiar os produtos, bem como a valorização local de um conjunto de características culturais e agora com capacidades que potencializam nichos e mercados diversos agregando valor aos seus produtos (WILKINSON, 2008, p. 127).

Na década de 1990, a agricultura familiar passa a desenvolver estratégias e alternativas de acesso às políticas públicas, bem como, aos novos mercados não apenas para combater as ameaças de exclusão, os altos investimentos em capital financeiro, o acesso a pacotes tecnológicos e a intensificação do uso de defensivos químicos, bem como a pouca mão-de-obra empregada nos estabelecimentos rurais, são características da agricultura dita moderna, assim,

“[...] apesar dos milhões gastos em sua promoção, a agricultura “moderna”, que triunfou nos país desenvolvido utilizando muito capital e pouca mão-de-obra, penetrou apenas em pequenos setores limitados dos países em desenvolvimento. A grande maioria dos agricultores desses países é muito pobre para adquirir maquinários pesados e grandes quantidades de insumos. A agricultura moderna está, portanto muito longe de ter conquistado o mundo. As outras formas de agricultura continuam predominantes e ocupam a maioria da população ativa dos países em desenvolvimento” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 42).

É relevante salientar que no início do século passado a existência do engenho Campo Verde deu origem a Usina Campo Verde, conforme registra Andrade (2010), o que fez a atividade da cana-de-açúcar predominar no território da Mata Alagoana, a partir do município de Branquinha. A usina apresentou problemas na década de 1950, sendo posteriormente comprada pelo proprietário da usina Lajinha, essa localizada no município de União dos Palmares. O município de Ibateguara passou por um processo semelhante de formação produtiva tem sua origem ligada à formação de um engenho “Roçadinho” esse fator potencializou ainda mais o processo já em andamento. Os municípios estão sob o domínio do bioma Mata Atlântica, predominando fragmentos do tipo Floresta Subperenifólia e cerrado/floresta. Entretanto, a pastagem e o plantio de laranjas, bananas são a cobertura vegetal que mais se destaca na região, a citricultura alagoana se desenvolveu a uma velocidade considerável a partir do final da década de 1950 (FERREIRA *et al.*, 2012).

Ao observar os dados apresentados na Tabela 05, abaixo descrita, constata-se que foram analisadas informações dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, dos municípios que integram o Vale do Mundaú. Verificam-se alterações no total da população dos municípios nestes períodos, que era de 142.378 pessoas na década de 2000, passando para 148.447 pessoas na década 2010, um crescimento na ordem de 4%. Essa relação se aplica à população urbana que na década de 2000 correspondia a 62% do total da população, já a população rural correspondia a 38% do total da população. Na década de 2010 ocorreu um processo de êxodo rural local, ou seja, o total da população urbana passou para 72%, um crescimento de 10%. Já o total da população rural passa a ser de 28%, uma queda de 10% no total da população rural destes municípios.

Buscando estabelecer uma relação entre as populações urbana e rural das décadas de 2000 e 2010, verifica-se que ocorreu um crescimento da população urbana de 21%, e uma queda na ordem de menos 24% da população rural. Esses dados são muito preocupantes, pois, verifica-se a emergência em consolidar políticas públicas, que assistam aos jovens, assim reduzindo a saída deles da zona rural dos municípios. Observa-se que esse processo é reflexo também do envelhecimento da população rural (IBGE, Censo Demográfico, 2000; IBGE, Censo Demográfico, 2010).

Tabela 05 - Análise dos dados do Censo Demográfico de 2000 e 2010, dos municípios que compõem o Vale do Mundaú, (Área, População Total, Urbana e Rural)

Municípios	Área (em Km ²)	Censo 2000			Censo 2010		
		População Total (hab.)	População Urbana (hab.)	População Rural (hab.)	População Total (hab.)	População Urbana (hab.)	População Rural (hab.)
Murici	426,82	24.658	17.475	7.183	26.710	22.108	4.602
Branquinha	166,32	11.326	5.865	5.438	10.583	6.673	3.910
União dos Palmares	420,66	58.608	37.865	20.743	62.358	47.651	14.707
Santana do Mundaú	224,81	11.529	6.180	5.349	10.961	5.658	5.303
São José da Laje	256,64	21.057	12.518	8.539	22.686	15.391	7.295
Ibateguara	265,31	15.128	8.277	6.851	15.149	9.335	5.814
Total	1.760,56	142.283	88.180	54.103	148.447	106.816	41.631

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000/2010.

3.2 Caracterização do APL

A fruticultura é amplamente difundida no território da Mata Alagoana e exerce um papel de forte influência na economia e no processo de transição produtiva, tanto nesta região, quanto em outras regiões de climas tropicais e subtropicais, onde as condições edafoclimáticas são ideais para a prática desta cultura. A citricultura alagoana se desenvolveu a um ritmo não muito acelerado, no final da década de 50, onde inicialmente se estabeleceu no município de Santana do Mundaú, com a introdução da Laranja Lima, *Citrus Sinensis* (L.) Osbeck, (laranja de baixa acidez “doce”), fundamentada em pequenas propriedades rurais (FERREIRA *et al.*, 2019).

Para Silva Júnior (2014, p. 57), a produção de laranja em Alagoas está concentrada no Vale do Mundaú localizado na Zona da Mata. A história relata que a citricultura surgiu no território em meados do século XX, especificamente em 1957, graças às iniciativas idealizadas por Camilo José da Rocha, o mesmo era chefe da Estação Experimental de União dos Palmares, formado em engenharia agrônômica. Assim foi potencializado o cultivo em nível comercial, muito em função do desempenho e qualidade da variedade testada na Estação.

Entre as décadas de 70 e 80 ocorreu a grande expansão dos cultivos de laranja lima em Santana do Mundaú, devido principalmente à crise nos cultivos de banana, então principal produto agrícola da região, sobretudo das variedades maçã (*Musa acuminata*) e prata (*Musa balbisiana*), acometida por severo ataque a cultura pelo mal do Panamá também conhecido como murcha de *Fusarium*. o mal do Panamá é uma doença fúngica causada pelo fungo *Fusarium oxysporum* f. sp. *Cubense*, ainda segundo os autores a infestação do fungo causador da fusariose permanece no solo por vários anos, existem relatos de sua sobrevivência no solo por mais de 20 anos, na ausência do hospedeiro. Esta condição associada à escassez de assistência técnica especializada culminou com a crise e decadência dos plantios de banana da região e permitiu a expansão dos cultivos de laranja lima, tornando a citricultura a nova “alternativa agrícola”, surgindo assim, notórias plantações de laranjas e em seguida sendo introduzida nas demais cidades vizinhas. Contudo, conforme recente pesquisa realizada pelo IBGE (2010) há no município de Santana do Mundaú cerca de 230 hectares cultivados com banana (VENTURA; GOMES, 2005, *Apud* FERREIRA *et al.*, 2012).

Assim, Alagoas torna-se o terceiro maior produtor de laranja da região Nordeste do Brasil, sendo apenas ultrapassado por Bahia e Sergipe. O diferencial na fruticultura alagoana está baseado no cultivo da banana e laranja, tendo exclusividade a variedade “lima”, esse

diferencial coloca o estado como o principal produtor do Nordeste. Para que a prática do cultivo pioneiro da “Laranja Lima” na região obtivesse sucesso, importantes variáveis foram levadas em consideração como; o clima extremamente favorável, tipo de solo, regime pluviométrico e altitude, esses fatores possibilitaram as culturas, papel de destaque no estado, bem como na região Nordeste. A cultura da banana ocupa lugar de destaque nesse território, tendo os municípios de União dos Palmares e Ibateguara como líderes nessa produção, chegando a garantir renda para muitos agricultores familiares (SEPLANDE, 2015, p. 10).

Em 2002 a SEAGRI em parceria com o SEBRAE realizaram o Fórum Estadual de Fruticultura, neste evento contaram com a parceria de mais 40 entidades. Neste evento foram firmadas capacitações, treinamentos e visitas técnicas, além de experimentos visando observar o desenvolvimento das culturas da laranja “lima” e da banana na região. Em 2003 ocorreu a efetivação do Plano de Desenvolvimento e Mobilização da Cadeia Produtiva da Laranja no Vale do Mundaú, a partir de ações do SEBRAE. No ano de 2007 surgiu a proposta e efetivações do Agropolo Mata Norte Alagoas. Neste programa foram potencializadas outras culturas, bem como atividades agropecuárias, potencializando assim outras atividades e a pequena agroindústria familiar (SEPLANDE, 2011, *Apud* SILVA JÚNIOR, 2014, p. 58).

Em função de se identificar a necessidade do apoio a atividade da fruticultura, em 2008, foi identificado o APL Laranja Vale do Mundaú, que teve como principal objetivo, organizar os produtores de laranja lima da região, promovendo a inserção deste produto no mercado, gerando renda e agregando valor a produção (SEPLANDE, 2015, p. 10).

Assim, somente no ano de 2012 os atores sociais envolvidos nesse processo identificaram a necessidade de traçar novas estratégias a partir da organização, agora, dos produtores de banana. Essa iniciativa foi idealizada muito em função do alto número de produtores na região, e que havia a necessidade de realizar um processo semelhante ao utilizado como os produtores de laranja lima, assim, o Arranjo Produtivo Local da Laranja passou a se chamar APL Fruticultura no Vale do Mundaú, esse apresenta como principais objetivos: o mapeamento dos produtores de laranja e banana do Vale do Mundaú; organização da produção; inserção dos produtores nos mercados internos e externos; inserção nas políticas públicas; geração de emprego e renda; agregação de valor a sua produção e para concluir proporcionar o desenvolvimento rural e territorial (SEPLANDE, 2015, p. 11).

Atualmente existem problemas novos em constante convivência com antigos, a persistência destes, está conectada aos altos índices de pobreza e desigualdades no rural alagoano, à medida que esses processos potencializam outros problemas. Eis que o

desenvolvimento rural exerce protagonismo e relaciona-se, sobretudo, com a melhoria dos índices ligados a qualidade de vida e as liberdades. Expandir as liberdades que conquistamos é a razão para valorizar, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos. Sendo possível colocar em prática nossas liberdades, interagindo com o mundo e possibilitando melhores condições para as gerações futuras, esse é um dos pilares da sustentabilidade (SEN, 2010, p. 29).

Na estruturação de um APL surgem novas tendências de exclusão com base em novas exigências de mercado voltadas a atenderem escalas e quantidades. A necessidade de inserção dos agricultores (as) familiares em novos níveis de qualidade, novas escalas de produção que exigem novos modelos de organizações e a inserção de inovações organizacionais de ações individuais e coletivas, parti da adoção de novas tecnologias e práticas agrícolas, como no caso, da agroecologia e produção orgânica (WILKINSON, 2008, p. 18).

Com a finalidade de alcançar uma maior cooperação, os atores buscam estímulos, a partir de habilidades sociais de suas lideranças locais para construir projetos e ações coletivas. O sucesso deste processo que envolve um arranjo, trás a participação de novas institucionalidades, é o caso dos arranjos produtivos, bem com a participação de agências multilaterais, essas estratégias possibilitam alcançar uma boa governança e potencializar o fortalecimento dos atores sociais locais, através da democratização dos espaços locais (ORTEGA, 2008, p. 30).

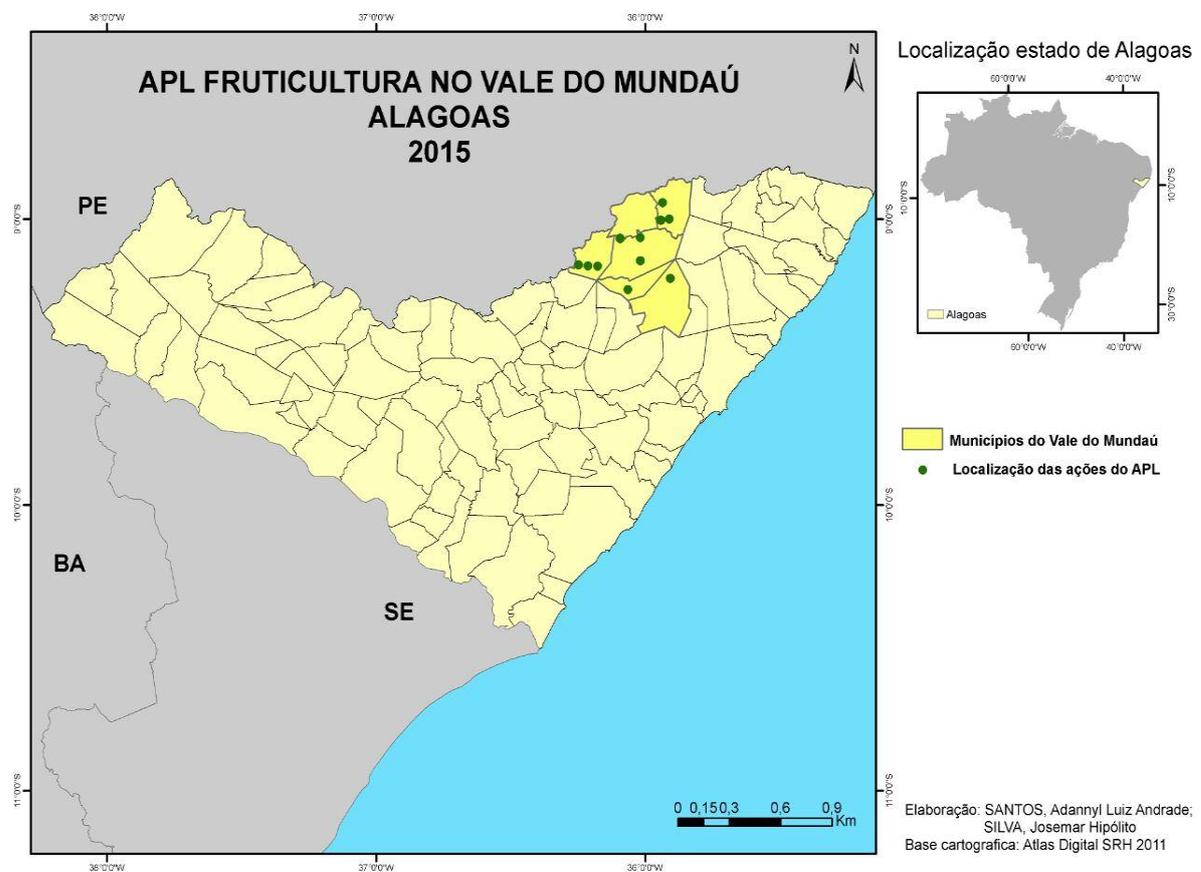
O baixo nível de investimento na infraestrutura produtiva e no capital social são causas do atual atraso político, produtivo, social e econômico dos municípios alagoanos, de modo que não apresentam condições favoráveis para o crescimento econômico. Não oferecendo condições de percorrer uma trajetória de desenvolvimento com sustentabilidade, grande parte da renda que circula nas localidades tem origem nas aposentadorias, pensões e transferência direta da renda por meio dos programas sociais (REDESIST, 2010, p. 30).

Apesar de o APL estar presente no Território da Mata Alagoana desde o ano de 2008, foi identificada a existência de forte carência em termos de organização dos produtores, as fases do desenvolvimento são distintas para os seis municípios que hoje integram o APL, visto que, as atividades em cinco municípios foram iniciadas somente em 2013 e no município de Murici somente no final de 2014. Assim com a intensificação a dinamização da cadeia produtiva da laranja e da banana, passou a ter um crescimento linear estando atualmente representado por um “grupo gestor” composto por 20 membros que se reúnem

mensalmente para discutir e avaliar o andamento das ações, como parte integrante do Programa de Mobilização para o Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais.

Buscando realizar delimitação territorial do APL, onde atualmente existem onze polos para efetivação dos projetos e ações, em seis municípios localizados na mesorregião do leste alagoano, estando distantes da capital Maceió em média 92 km. Nestes polos estão inseridas associações e cooperativas, que produzem a fruticultura de forma convencional, orgânica e agroecológica (SEPLANDE, 2015, p. 12).

Figura 06 - Municípios do Vale do Mundaú e a localização das ações do APL – Alagoas



Fonte: Base de dados; SEPLANDE, 2015.

Atualmente o APL é composto por 1.171 produtores de frutas (laranja e banana), distribuídos em 33 instituições da sociedade civil organizada, as informações fazem referência ao monitoramento realizado pelo grupo gestor do APL, onde foi possível obter através do mapeamento georreferenciado, realizado no primeiro semestre do ano de 2014. Possui ainda identidade visual exclusiva, a mesma foi construída durante as oficinas com os atores sociais envolvidos no processo de formação do APL (SEPLANDE, 2015, p. 16-17).

3.3 O APL e sua Relação com o Rural e a Agroecologia

Na abordagem utilizada nos estudos realizados no Brasil a partir de Cassiolato; Lastres (2003), é utilizada a proposição trazida pelos autores que agregam destaque as tipologias de aglomerados nesta perspectiva utilizam-se os conceitos dos Arranjos Produtivos Locais e dos Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Para os autores,

“[...] Arranjos Produtivos Locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Já os Sistemas Produtivos e Inovativos Locais são os Arranjos Produtivos em que interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial para gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local” (CASSILATO; LASTRES, 2003).

Trata-se de Arranjo que, principalmente por meio da articulação e cooperação de seus atores, consegue gerar inovação, utilizando princípios de criatividade, de esforços internos e externos ao Arranjo possibilitando gerar condições que permitem a geração de rede social, governança territorial, equidade, diversidade, capital social e inovações no interior do Arranjo.

Na busca pelo melhor aproveitamento das sinergias coletivas que possibilitam realizar o fortalecimento, bem como as chances de sobrevivência dos atores sociais envolvidos no contexto territorial, buscando o crescimento e a sustentabilidade de suas ações. Possibilitando a constituição de importantes fontes geradoras de vantagens competitivas, bem como processos de aprendizagem individual e coletiva (FAVER, 2009, p. 72).

Com a identificação de experiências que obtiveram sucesso em Arranjos locais em um movimento identificado na Itália e que ficou conhecido por “Terceira Itália”, posteriormente intitulado de “distritos industriais italianos”, ganhou relevante importância por sua valorização às questões de proximidade territorial. Utilizando uma abordagem inovativa de sistemas produtivos chamou a atenção de estudiosos e organizações que se empenharam em aprofundar as análises e estudos ligados a essas questões. Entre as inúmeras análises, destacam-se as algumas que utilizaram características marcantes destes Arranjos, que atribuíram relevante importância aos contextos sociais, econômicos e histórico à medida que submergem características da identidade territorial, criam-se processos que contribuem para a construção coletiva a partir da interação dos diferentes atores sociais (LASTRES *et al.*, 1999).

A importância que se atribuí à produção alimentos deve ser identificada a partir da reprodução econômica das famílias rurais, não guardar relação linear com a atividade agrícola desenvolvida por essas famílias, pois a maioria delas obtém incrementos de renda por outras fontes que não apenas sua produção agrícola. Esses fatores não é novidade, tal característica coloca desafios específicos para o desenvolvimento desta atividade agrícola e a promoção das demais funções agregada à agricultura que se pretende valorizar. “[...] A proposição habitual no Brasil de valorizar a produção de alimentos e outros bens agrícolas sob formas que contemplem várias “funções” (equidade social, diversidade cultural, sustentabilidade, etc.), implica características de inviabilidade em termos dos instrumentos para promovê-la e do tratamento a ser aplicado as culturas” (CAZELLA *et al.*, 2009, p. 49).

Buscando estabelecer uma relação direta entre essas questões, é submetida uma análise dos respectivos objetivos inseridos no plano para formulação do PAPL. O início do Programa dos Arranjos Produtivos Locais em Alagoas fundamentou-se nas seguintes funções para os APLs, estabelecidas pela SEPLANDE/SEBRAE (2015), são elas:

- Organizar os atores que produzem na região, em associações e cooperativas;
- Elevar a produtividade;
- Inserir os produtores da região nos diferentes mercados, buscando comercializar seus bens e serviços;
- Agregar valor aos produtos produzidos no PAPL;
- Fortalecer o uso da produção integrada;
- Conscientizar os atores da importância em aderir às práticas culturais já enraizadas na região.

De modo que, o objetivo central do APL Fruticultura no Vale do Mundaú, foi idealizado seguindo essas funções, assim, o APL busca gerar dinâmicas dentro das cadeias produtivas da laranja (lima) e da banana (prata, comprida) na região. Estimulando e proporcionando o aumento da produtividade, elevando o grau de aperfeiçoamento dos produtores, estimulando o aumento da qualidade das frutas e produtos beneficiados, buscando realizar o equilíbrio sustentável entre produção e meio ambiente, estimulando a economia local e da região, a partir do acesso a novos mercados (SEPLANDE, 2015, 15-28).

Iniciar uma discussão abordando essa temática, segurança alimentar e nutricional, deve-se compor um discurso, a partir de Josué de Castro, onde o mesmo relata em seus estudos, como a fome assume diferentes facetas. É nesse cenário que a fome seja analisada dentro de um quadro qualitativo e quantitativo, alcançando dimensões que favoreçam a

desnutrição e estimulem quadros epidêmicos, que possam atingir populações em situação de vulnerabilidade social e econômica. O autor ressalta o regime alimentar do nordestino, apesar de pouco abundante, o alcance é muito grande, de um regime alimentar baseado no equilíbrio energético e proteico que lhe garantem resistência suficiente para desempenhar suas atividades e a resistência devida a doenças infectocontagiosas. Esse quadro histórico fortalece o nordestino (CASTRO, 1984, p. 180).

Neste novo caminho o desenvolvimento rural, busca a realização de potencialidades culturais, políticas, sociais e econômicas, de uma sociedade em perfeita sintonia com o meio ambiente, tendo como referência o conceito de agroecologia, definido por Miguel Altieri (1995 a), como ciência ou disciplina científica fundamentada, a partir de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir e avaliar agroecossistemas, buscando o desenvolvimento e favorecimento de sistemas de produção com maiores níveis de sustentabilidade. Utilizando uma abordagem possível de apoiar o processo de transição agroecológica para outras formas de agricultura sustentáveis.

A mudança no padrão de consumo e produção não ocorre por acaso, nem de uma hora para outra, faz parte de fortes investidas populares, econômicas, políticas é, sobretudo, culturais. Como afirmam Shiva, (2003), *Apud* Silva Belo; Molina, (2009, p. 106), “[...] quando menciona a importância atribuída aos saberes desaparecidos, e ao afirmar que estas eliminações de saberes torna-se uma forma de dominação e poder de culturas, uma se sobrepondo à outra, ou seja, essa questão se aplica a colonização de povos, bem como as intervenções do uso agrícola, é o caso do atual modelo agrícola de produção, de desenvolvimento e consumo”.

Neste novo caminho o desenvolvimento rural, busca a realização de potencialidades socioculturais, políticas e econômicas, de uma sociedade em perfeita sintonia com o seu entorno ambiental, tendo como referência o conceito idealizado por Wolff (século XVIII), possibilitando assim ambientar a aplicabilidade à sustentabilidade (CAPORAL, COSTABEBER, 2002, p. 2). Na natureza, a estabilidade está intimamente ligada à biodiversidade, sendo a agricultura uma atividade que, por definição, rompe com este equilíbrio ao estabelecer uma simplificação do ecossistema original. A consequência dessa simplificação é a perda da capacidade de regulação natural, fazendo com que o equilíbrio e a estabilidade da agricultura, enquanto sistema regulado pelo homem passe a depender de uma permanente interferência do homem (ROMEIRO, 1996, p. 12).

Com base em estudiosos e pesquisadores de renome internacional (Altieri, Gliessman, Noorgard, Sevilla Guzmán) que compartilham a concepção e conceituam a agroecologia como uma ciência ou disciplina científica, ou seja, um campo do conhecimento de caráter multidisciplinar que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias que nos permitem estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar os agroecossistemas, permitindo assim estabelecer parâmetros e indicadores para se utilizar uma determinada metodologia para propor uma transição agroecológica.

Partindo deste pressuposto a agroecologia é vista como uma realidade emergente divide-se em três níveis a serem adotados numa transição de cultivos convencionais para uma agricultura com base agroecológica: o 1º diz respeito à tomada de consciência do agricultor e a racionalização das técnicas convencionais; no 2º o agricultor passa a substituir insumos sintéticos por insumos menos agressivos ao ambiente; e no 3º ocorre o redesenho do agroecossistema, onde são resolvidos problemas restantes dos outros níveis (GLIESSMAN, 2001; ALTIERI, 2002; COSTABEBER *et al.*, 2004).

O movimento agroecológico contribui com a desmistificação de que o agricultor familiar é politicamente conservador. O agravamento da crise ecológica e social que vem sendo impostos à sociedade global pelos diferentes movimentos ligados ao meio rural principalmente nos últimos 30 anos, não poderia ser desassociado da internacionalização da agricultura industrializada como forma hegemônica. Ocorre ainda uma série de implicações para que se adote a organização social e política, com a constituição de determinados arranjos associativos e cooperativos em bases locais que se afastam dos princípios e de transferência de saberes, tecnologias e recursos produtivos (BRANDENBURG *et al.*, 2002, p. 5).

Nessa perspectiva, não se pode confundir a agroecologia com práticas e tecnologias agrícolas, ou um sistemas de produção. Não é apenas a aplicação de um conjunto de técnicas menos agressivas ao meio ambiente, bem como a produção de alimentos mais naturais ou livres de insumos artificiais. A mesma não é sinônimo de Agricultura Orgânica, Agricultura Biológica, Natural e Biodinâmica ou de qualquer outro estilo de produção agrícola, mas sim, um campo de conhecimentos de caráter multidisciplinar, que possibilita uso de princípios e conceitos ecológicos e produtivos. Buscando através destas ações, medidas que possibilitem a utilização de formas harmônicas sobre várias dimensões da sustentabilidade: ambiental, econômica, social, cultural, política, saúde e ética (PAULUS *et al.*, 2000, p. 10).

Partindo deste pressuposto a agroecologia é vista como uma realidade emergente divide-se em três níveis, a serem adotados numa transição de práticas convencionais para uma

agricultura com base agroecológica: o 1º diz respeito à tomada de consciência do agricultor e a racionalização das técnicas convencionais; no 2º o agricultor passa a substituir insumos sintéticos por insumos menos agressivos ao ambiente; e no 3º ocorre o redesenho do agroecossistema, onde são resolvidos problemas restantes dos outros níveis (COSTABEBER *et al.*, 2004).

Nesta relação, Jean M. V. der Weid (2006, p. 4), “[...] economista, coordenador do Programa de Políticas Públicas da AS-PTA. Onde destaca a importância atribuída às organizações da sociedade civil organizada que buscam assessorar os produtores familiares”. Cabe destacar, que os APLs estão inseridos neste contexto de relevante importância, destacando o desenvolvimento de experiências de produção agroecológica.

Dessa forma, o Estado brasileiro efetiva a regulamentação da Instrução Normativa nº 7 de Maio de 1999, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento e a Lei nº 10.831 de 23 de Dezembro de 2003. Essa Normativa juntamente com Lei que regulamenta esse sistema de produção, adotando a denominação genérica de orgânico, esse procedimento agrega pouca importância a outras práticas agrícolas. Esse processo determinou duas importantes certificadoras de produtos orgânicos do país: o instituto Biodinâmico de Desenvolvimento (IBD) e a Certificadora Mokiti Okada (DULLEY, 2003, *Apud* HESPANHOL, 2008, p. 127).

Como afirmam Machado & Machado Filho (2014, p. 197), “[...] não se pode patentear a vida, motivo pelo qual as patentes das sementes ferem a ética e, nesse sentido, são inaceitáveis”. (*op. cit.*, p. 197), Os mesmos enfatizam que, países e produtores somente chegaram a dispor de soberania alimentar e política, a partir da proibição deste controle das multinacionais sobre a produção. Vendo que o resgate da autonomia somente é possível a partir de práticas e princípios pautados na agroecologia.

3.3.1 Dimensão Econômica e a Pequena Agroindústria Familiar

Muito tem se discutido sobre a viabilidade produtiva e econômica da agroecologia como destaca Machado (2014, p. 193),

“[...] há projetos de milhares de hectares, entre outros, um projeto de 30 mil hectares em General Dehasa, Província de Córdoba, Argentina; outro de 2.000 ha, no município de Campo Bonito, no Paraná; além do que se está desenvolvendo em vários países latino-americanos. A razão do menor custo

e maior ganho é a não utilização de fertilizantes de síntese química, nem de agrotóxicos e a base energética, sempre indispensável, que é a energia solar, via fotossíntese. Os detratores da agroecologia apregoam uma falácia, dizem que “a agroecologia demanda tempo e as produções, como foi dito anteriormente são iguais ou superiores às verificadas no agronegócio”; em relação ao tempo, a agroecologia começa a apresentar resultados positivos no dia seguinte à sua implantação correta, e os rendimentos, como também já mencionados, eles são iguais ou superiores aos do agronegócio, com a inquestionável vantagem de respeitar o ambiente” (MACHADO, 2014, p. 193).

Entender os mercados, o “APL e a agroecologia” e como os agricultores familiares relacionam-se neste processo, é uma tarefa importante do desenvolvimento rural. Levando em consideração, uma conjuntura em que a viabilidade, a manutenção e a reprodução social dos agricultores. A esse processo analisa-se e diferentes graus de integração, relação, contextos sociais e econômicos (GAZOLLA; PELEGRINI, 2011, p. 133).

A inserção de produtos da agricultura familiar em cadeias alternativas pode servi de ferramenta de proteção, e agregar vantagens ao agricultor familiar. A comercialização exerce uma importante função, já que, nichos como o orgânico e o agroecológico zelam pela diminuição da atuação dos atravessadores no relacionamento entre os produtores e consumidores, buscando valorizar o desenvolvimento de habilidades produtivas de pequenas localidades (FORTES, 2009, p. 92).

O desenvolvimento de ações que potencializam o local, trás um modelo de planejamento construído de forma participativa e endógena, apoiado pelo capital social das localidades, a formulação e gestão de políticas que agreguem responsabilidades aos atores, é de suma importância. A falta de apoio do Estado, neste processo exerce um poder inverso neste processo, faz com que fortaleça experiências autônomas com a finalidade de ocupar espaços até então ocupados pelo Estado (ORTEGA, 2008, p. 29-30).

A promoção de pequenas agroindústrias familiares está diretamente ligada a políticas públicas de base, federal, estadual e municipal, esse processo ocorreu durante a década de 90, a partir de iniciativas dos agricultores familiares. A materialização da agroindústria é produto da ação prática das próprias famílias no dia a dia, sendo influenciada pelo contexto social e A promoção de pequenas agroindústrias familiares está diretamente ligada a políticas públicas de base, federal, estadual e municipal, esse processo ocorreu durante a década de 90, a partir da criação do PRONAF Agroindústria (WILKINSON, 2008, p. 80). A preocupação inicial das pequenas agroindústrias familiares.

O termo agroindústria familiar⁹ é usado na pesquisa em questão, de forma genérica como defende Wilkinson (2008, p. 50), o autor utiliza a expressão para os atores sociais econômicos responsáveis pelas atividades-tecnologia, organização, logística e marketing que proporcionam a inserção dos produtos agrícolas no mercado. Nestas condições o nicho de mercado exige crescente aceitação dos produtos, seja eles, in natura ou já beneficiados, eles exigem menor evidencia de transformações industrial, a exigência de boas embalagens tem mais importância que o processo pelo qual o produto foi submetido. A partir das pressões e regulamentações ambientais e sanitárias, ocorrem alterações nos padrões da produção agrícola, a opção artesanal envolve relações diversas, de proximidade com o consumidor e com a localidade.

Outra definição que se aproxima da proposta aqui definida é:

Entende-se a agroindústria familiar como uma atividade de produção de produtos agropecuários, de fibras e alimentos com conseqüente transformação destes em derivados de diversos tipos, ocorrendo, nesse processo, a agregação de valor ao profundo final. Além disso, deve-se ressaltar que nestes empreendimentos há grande relevância do trabalho e da gestão por parte do próprio núcleo familiar que é que empresa sentidos, significados e as estratégias que serão adotadas neste nesta atividade (GAZOLLA; PELEGRINI, 2011, p. 133, *Apud* PELEGRINI; GAZOLLA, 2008, p. 78).

Nesta perspectiva a pequena agroindústria familiar surge de forma a cooperar com a coprodução entre os agricultores e a natureza, tendo ela a finalidade de desenvolver estratégias de desenvolvimento rural, econômico, utilizando mecanismos de inovação, produção beneficiamento e acesso e construção de novos mercados e nichos alternativos, dinamizando o acesso a novas interfaces com atores sociais, organizações e instituições do território.

Com o objetivo de criar novas possibilidades de escala para um aspecto da agricultura familiar, que no resto permaneceu sobre responsabilidade individual dos atores sociais. Estas iniciativas organizacionais assumiram rapidamente novas diretrizes e ramificações, em seus diferentes segmentos (WILKINSON, 2008, p. 80).

⁹ A escala de "pequena", dimensão atribuída à agroindústria familiar, à medida que, as condições com a qual essa agroindústria se depara são condições básicas, ou seja, a falta de infraestrutura, de capital social que possibilitem atender as exigências produtivas, sanitárias, fiscais e mercadológicas. Essas exigências se mostram incompatíveis com a realidade local do território. A realidade apresentada no território da Mata Alagoana demonstra que a busca por produtos de melhor qualidade, no caso em questão os agroecológicos.

Essas características potencializam pontos positivos da cadeia produtiva¹⁰ da fruticultura no território. O APL Fruticultura no Vale do Mundaú é composto atualmente por 03 cooperativas regionais, 29 associações de produtores e 01 instituto, apenas 05 desses grupos estão com pendências documentais o que os caracteriza como inadimplentes, os demais grupos que integram o APL. Possui pouco mais de 5.800 hectares de área cultivada com laranja e banana e uma produção de mais de 05 mil toneladas de frutas (SEPLANDE, 2015, p. 24).

Atualmente no território existem três empreendimentos direcionados a pequena agroindústria familiar, e que exercem papel fundamental nas cadeias produtivas, que geram emprego e renda para uma parte considerável dos produtores do Vale do Mundaú, são elas:

A Fábrica de Suco Congelado Misto de Laranja Lima com Limão – pertence à Cooperativa dos Produtores de Laranja Lima do Vale do Mundaú – COOPLAL, localizada o município de Santana do Mundaú, toda mão de obra é dos cooperados, que totalizam aproximadamente 10 empregos formais e informais beneficiam mais de 100 produtores, pois dele são comprados à matéria prima (laranja lima e limão), usados no processo de fabricação do suco;

Fábrica de Polpa de Suco de Frutas - pertence à COOPERVALE, localizada no município de União dos Palmares, toda mão de obra é dos cooperados, que totalizam os 20 empregos informais, pois os cooperados beneficiam suas próprias frutas e o produto desse beneficiamento é comercializado pela cooperativa;

¹⁰ O conceito de Cadeia Produtiva, segue reflexões idealizadas a partir de Batalha (2005), Em função do vasto campo de atividades estando essas atividades inseridas nas dimensões econômicas, políticas, sociais. Nesta perspectiva à produção, transformação, distribuição e o consumo de produtos de origem vegetal e animal, exercem protagonismo nas cadeias produtivas. Essa abordagem merece uma atenção especial, à medida que, o fortalecimento das entidades da sociedade civil organizada, agregam importância aos produtos alimentares, já que, a alimentação é a manutenção da vida e ocupa relevante importância econômica e social. Além do seu aspecto mais imediatista, estando esses alimentos produzidos e beneficiados por estes atores ligados a fatores culturais, sociais e psicológicos que interferem no comportamento humano no que se refere aos hábitos de consumo e aos costumes (SILVA JÚNIOR, 2014, p. 17, *Apud* BATALHA, 2005). É relevante fazer um breve relato histórico da criação da cadeia produtiva da laranja lima no Vale do Mundaú. Foi somente no ano de 2002, que foi desenvolvido o Fórum Estadual de Fruticultura comandado pela SEAGRI, com a parceria do SEBRAE, e mais 40 parceiros, onde a partir da realização de capacitações, treinamentos e visitas técnicas, além de experimentos visando observar o desenvolvimento da cultura na região. Já em 2003 foi desenvolvido e implementado o Plano de Desenvolvimento e Modernização da Cadeia Produtiva da Laranja no Vale do Mundaú, em parceria com o SEBRAE. Já em 2007 foi criado o Agropolo Mata Norte Alagoas, outro programa de desenvolvimento regional integrado, dessa vez buscava-se observar o potencial de novas culturas, foi nesse contexto que surgiu a cadeia produtiva da banana, já inserida no APL, a partir da constatação do potencial da cultura no Vale do Mundaú (SILVA JÚNIOR, 2014, p. 58-60, *Apud* SEPLANDE, 2011).

Mini fábrica de Doces de Frutas – integra à Associação Zumbi dos Palmares, formada por mulheres assentadas (Assentamento Eldorado dos Carajás), localizada no município de Branquinha, toda mão de obra é composta por mulheres, que totalizam aproximadamente 15 empregos informais, pois, as associadas beneficiam suas próprias frutas e os produtos beneficiados são comercializados pela associação (SEPLANDE, 2015, p. 12).

Tabela 06 – Produção de Frutas (laranja e banana) por Municípios

Municípios	Laranja Lima (t)	Laranja Lima Orgânica (t)	Banana Prata (t)	Banana Comprida (cacho) (t)	Total (t)
Murici	-	-	-	-	-
Branquinha	462,9	34	16,6	10,96	524,46
União dos Palmares	570	-	186,3	340	1.096, 3
São José da Laje	68	-	3,2	-	71,2
Ibateguara	167	-	39	-	206
Santana do Mundaú	3.322, 43	51,92	82,317	349,019	3.805, 686
Total	4.590, 33	85,92	327,417	699,979	5.703, 646

Fonte: SEPLANDE, (2015, p. 13); CONAB, 2014.

A produção de laranja lima tem como mercado consumidor os estados de Sergipe e Pernambuco, e em menor quantidade os estados da Bahia, Ceará e São Paulo, explorando ainda o consumo do mercado interno, explorando esse mercado de forma local, territorial e estadual. Cabe destacar que as laranjas exportadas para o estado de Sergipe são utilizadas principalmente para o beneficiamento dos frutos, tendo pouca exigência com a qualidade destes frutos em tamanho e coloração, pois seu produto final é o suco concentrado, essas características não se aplicam aos demais mercados consumidores, que utilizam o consumo *in natura* das frutas (SILVA JÚNIOR, 2014, p. 18).

Na medida em que, os empreendimentos são inseridos nas cadeias produtivas¹⁰, é observada a necessidade de se investir na produção, aumentando a qualidade e regularidade dos produtos nos cultivos. Dados fornecidos pela Conab, tabela 06, demonstram como está à produção de laranja lima, 4.676, 25 em tonelada (t) e banana, 1.017, 396 em toneladas (t), nas suas variedades, orgânica e comprida. Como é possível observar na tabela 06, a produção de laranja lima em toneladas, exerce papel de protagonismo em comparação a variedade da mesma produção, só que no manejo orgânico, o manejo convencional corresponde a 98,1% do total da produção de laranja lima, o orgânico corresponde a apenas 1,9% da produção. Na produção de laranja lima, o município de Santana do Mundaú contribui com 72,3% do total da produção e todos os outros quatro municípios contribuem com apenas 27,7% da produção, já

a variedade orgânica Santana do Mundaú produz 60,4% do total, o outro produtor é Branquinha com 39,6% da produção orgânica.

A produção de bananas destaca-se, a banana comprida, que representa 68,8%, e a banana prata 31,2% da produção do total da produção dos produtores do APL, neste quadro os municípios que mais produzem a banana prata são, União dos Palmares com 56,8% da produção e Santana do Mundaú com 25,1% da produção, os outros 17,3% é dividido entre os outros três municípios. Para a produção da banana comprida destacam-se, três dos seis municípios, Santana do Mundaú produz 49,8%, União dos Palmares com 48,5% da produção e Branquinha contribui somente com 1,7% da produção. Vale ressaltar que, esses dados correspondem aos estabelecimentos da agricultura familiar, de assentamentos, que estão integrados ao APL Fruticultura no Vale do Mundaú. O município de Murici não agrega valores às produções, em função de não está inserido no APL em 2014.

O conceito de cadeia produtiva, acima descrito, faz referência ao conjunto de etapas que é reflexo de uma organização desenvolvida para fortalecer as etapas, agregando a esse processo ciclos de produção, distribuição, comercialização de bens e serviços e a administração dos empreendimentos. A esse processo é agregado à divisão do trabalho familiar inserida ao processo produtivo.

A partir desta perspectiva organizacional, existente junto ao APL e a agroecologia, é importância atribuir questões administrativas, assim, surge a “*Dimensão administrativa*”. Não se pode propor, como já foi discutido em tópicos anteriores, o acesso deste agricultor familiar a uma tecnologia, que o mesmo não possa administra-la. Pois, é fato que, uma má administração ou a falta dela, se encontra entre as causas principais do insucesso da dos empreendimentos, sejam, as pequenas agroindústrias, as associações, as cooperativas e outras modalidades. Essa realidade é aplicada para o insucesso das formas de produção limpa, ou seja, essa dimensão é de suma importância ao processo produtivo, elevando o produtor à condição de senhor do seu negócio, de sua produção, livrando-se dos pacotes das multinacionais e dos próprios atravessadores (MACHADO, 2014, p. 195).

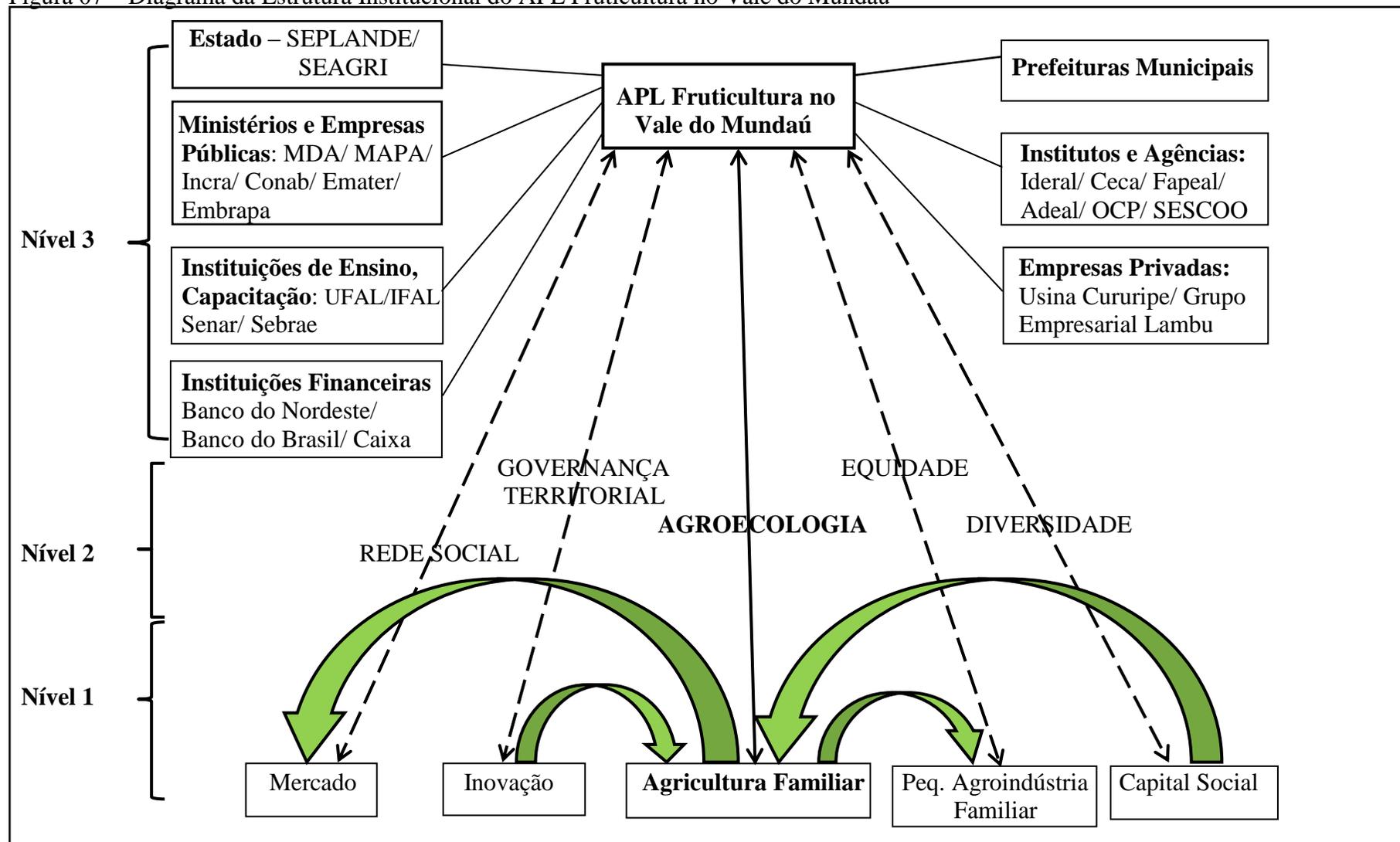
3.3.2 Dimensão Político Institucional

Pensar a ‘Instituição’ em um contexto do rural, é um desafio, à medida que, está inserido neste processo, sistema de normas, papéis e relações sociais relativamente estáveis. É nesse contexto que surgem as estruturas informais, os valores existentes a partir dos hábitos e costumes de determinados atores sociais. Como confirma (LASTRES; CASSILATO, 2003, p. 17), “[...] os arranjos institucionais atuam em como espaços de interesses, facilitam diferentes articulações e fortalecem a organização a partir da compatibilização entre diferentes organizações e procura analisar questões como: a) a estruturação de mecanismos para intercâmbio e transferência de conhecimentos tácitos; b) a estruturação de instâncias para definição e resolução de conflitos; c) a definição de determinados de novos nichos de mercado e segmentos privilegiados no processo de interação; d) criar mecanismos que possibilite o uso coletivo, de modo que, os resultados obtidos sejam possíveis serem repartidos, bem como, a cooperação e interações dos resultados sejam compartilhadas”.

Atualmente existem diversas instituições que estão trabalhando em parceria com o APL, visando o desenvolvimento das cadeias produtivas da laranja lima e da banana, assim, os serviços podem estar relacionados às necessidades comuns dos agricultores familiares, voltados à produção, comercialização, fornecimento de insumos, pesquisa, tecnologia, infraestrutura de insumos, pesquisa, tecnologia, infraestrutura, desenvolvimento de novos produtos (inovação), novos mercados e meio ambiente.

A figura 07 esquematiza alguns dos principais aspectos distribuídos em três níveis, que contribuirão para a consolidação do APL Fruticultura no Vale do Mundaú, possibilitando operacionalizar de forma sistemática, recursos, projetos e ações ligadas a difusão e fortalecimento da agricultura familiar, da agroecologia e potencializar a criação e fortalecimento da pequena agroindústria familiar no território da Mata Alagoana. Porém o aspecto mais notável é que nenhum desses recursos é exclusivo deste APL, em função de está balizado em uma política de Estado.

Figura 07 – Diagrama da Estrutura Institucional do APL Fruticultura no Vale do Mundaú



Fonte: adaptado de (PLOEG, 2008, p. 114).

Os três níveis apresentam a estrutura do APL, a partir de tributos institucionalidades:

Primeiro Nível - está relacionado com as infraestruturas físicas, consiste na entrada e saída ou “pontos de influxo”, através dos quais formam aspectos ligados aos recursos, sejam eles, serviços, logística, processamento, abastecimento e produção entre outras características (PLOEG, 2008, p. 114);

A função do primeiro nível está mudando de forma significativa dentro da estrutura do APL, muito em função da atual conjuntura social, no acesso as políticas públicas e nas mudanças nos processos produtivos neste território.

Segundo Nível - se refere à circulação real de informações, capacidades, das dimensões do desenvolvimento rural, pautados na sustentabilidade deste processo. Neste nível são produzidos valores, através da circulação e das respectivas redes e princípios inseridos na agroecologia (PLOEG, 2008, p. 114);

Assim, o primeiro e o segundo nível são governados, controlados, expandidos ou contratados a partir do terceiro nível, essa circulação fica acumulada no terceiro nível (PLOEG, 2008, p. 117).

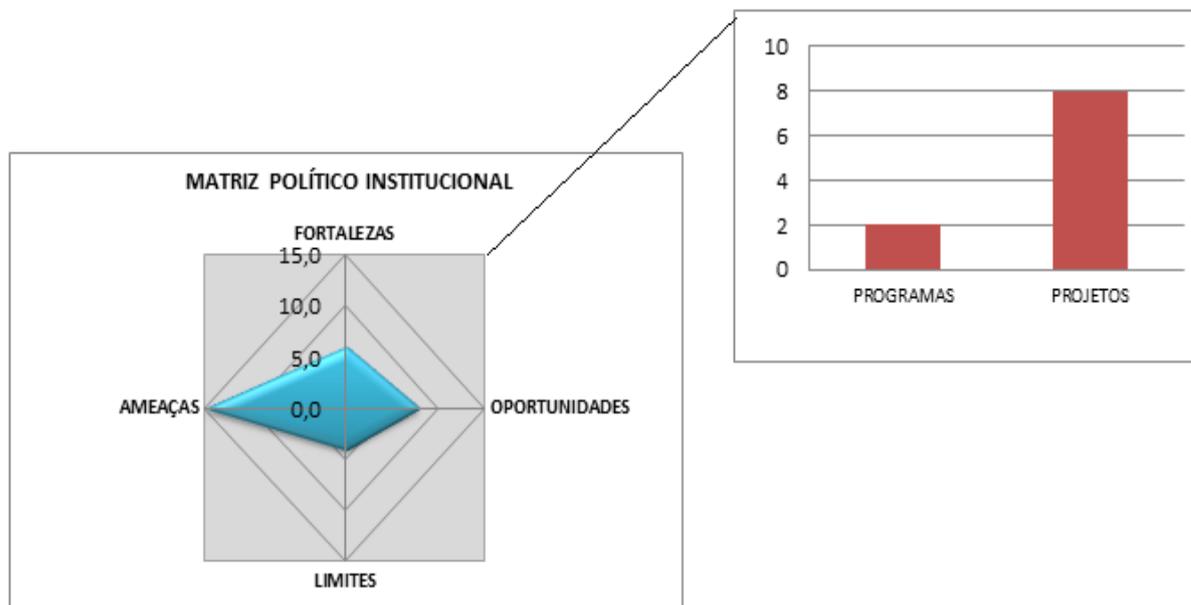
Terceiro Nível - trás novos valores a partir do momento que agrega valores institucionais, que impulsionam a inserção de processos ligados ao desenvolvimento, tendo como pilar a imagem do poder institucional. É neste nível que a matriz que está sendo alimentada por atividades subjacentes são apoiadas pelos primeiro e segundo níveis. Sendo alimentadas pelas conquistas, aquisições e o domínio de partes cada vez maiores das camadas sociais e do desenvolvimento rural (PLOEG, 2008, p. 114).

De modo que, um dos grandes desafios para a economia alagoana, representado pelas linhas tracejadas, é fortalecer os processos indicados “Mercado, Inovação, Pequena Agroindústria Familiar e Capital Social”, tendo como processos subsequentes e apoiadores, a Rede Social, Governança Territorial, Equidade e a Resiliência, consiste em transformar os recursos federais em oportunidades de negócios com potencial para o desenvolvimento rural.

É possível identificar em Sen (2010, p. 23), uma abordagem ampla que serve para explicar o processo descrito na figura 07, onde é possível observar uma apreciação simultânea, do papel vital, no processo de desenvolvimento de diversas instituições, incluindo mercado e organizações relacionadas ao mercado, governos e autoridades locais, estaduais e federais. Os partidos políticos e outras instituições da sociedade civil organizada, os sistemas educacionais as oportunidades de convivência e diálogo, bem como debates aberto com atores

diversos do território, neste processo a mídia e os demais meios de comunicação exercem papel de relevância para se chegar ao sucesso.

Figura 08 – Matriz Político Institucional/ Programas e Projetos



Fonte: PTDRS/Mata Alagoana, 2013; NEDET/AL, 2015.

A partir da leitura da figura 08, fica evidente como a Dimensão Político Institucional, apresenta inúmeras limitações, desde o acesso, aos programas, com apenas 02 acesso e projetos com somente 08. Esses programas e projetos apresentam quatro indicadores são eles; as fortalezas, as oportunidades, os limites e ameaças, porém, a matriz demonstra o grau de fragilidade desses indicadores, à medida que, 15 pontos são identificados junto às ameaças, esse fator reforça problemas históricos, como a monocultura da cana-de-açúcar ainda predominante no território, a manipulação e controle no sistema político local das famílias, ditas tradicionais ou influentes, ou seja, controle total dos ditos “currais eleitorais”. Outras questões estão ligadas a pequena presença das mulheres e jovens nos programas e projetos ligados ao fortalecimento da produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar, seja a partir do APL ou ações individualizadas das instituições.

As fortalezas e oportunidades apresentam somente 05 pontos nestes indicadores, percebe-se que o grande problema é justamente o acesso a esses programas e projetos, à medida que, os possíveis proponentes a subsidiarem esse acesso, seriam as prefeituras municipais. Hoje grande parte dos municípios, tem por problemas ligados as dívidas públicas

que inviabilizam as prefeituras como proponentes, outro problema é cassação de mandatos de prefeitos, vereadores, gestores de associações e cooperativas, em sua maioria por motivos de desvios de recursos, por superfaturarem notas, entre outras questões.

Os limites deixa claro toda essa dificuldade institucional no território, ou seja, com um acesso inferior a 05 pontos. Esses dados fortalecem o papel dos arranjos produtivos e institucionais, sejam no formato dos APLs, Consórcios, grupos de cooperativas entre outros. À medida que, desenvolvem o *capital social* das instituições e diferentes segmentos da agricultura familiar, estabelecem o processo de *equidade* junto aos atores sociais, agregam *redes sociais* e intensificam diferentes modalidades de *diversidades*, estabelecendo no território a inserção e maturidade do processo de *governança territorial*.

Potencializa a pequena agroindústria familiar, difundem e consolidam segmentos, produtíveis, artesanais e introduzem processos de inovação, agrega e fortalece novos nichos produtivos e potencializam novos nichos de mercado, fortalecendo esses mercados em nível local, regional, a partir do fortalecimento da cadeia produtiva da banana e laranja (lima). Agrega protagonismo aos agricultores familiares, a partir da utilização da agroecologia, onde os princípios agroecológicos não somente alteram a forma de produção, e agregam segurança alimentar e nutricional.

3.3.3 Governança Territorial e Inovação

O conceito de governança perpassa por períodos diversos da história, e assume significados específicos em diferentes pontos destes períodos. O termo foi utilizado pela primeira vez no século XIV. Na literatura moderna, foi utilizado novamente por Ronald Coase, nos anos de 1930, e seu conceito foi aprofundado por Oliver Eaton Williamson, neste caso, inserido no contexto das empresas, buscando melhorias operacionais e mais eficácia para o processo de desenvolvimento. Somente na década de 1960 é que o conceito busca explorar a estrutura e o funcionamento das políticas, com a finalidade de constituir um modelo que contribua na geração de empreendimentos baseado em uma articulação de poder (PIRES *et al.*, 2011, p. 30).

Nas décadas de 1970 e 1980 o conceito passa a ser associado à questão da governabilidade, ou seja, surge a necessidade de inserir intervenções organizacionais,

buscando dispor de melhorias na capacidade de gestão do Estado, dando ênfase na ação local. Assim, surge o termo idealizado pelo Banco Mundial, que identifica a capacidade do Estado em administrar recursos para tornar efetivas as ações de governos na implementação de políticas públicas (PIRES *et al.*, 2011, p. 31).

Partindo da concepção de governança, que busca sustentar uma concepção social cujos resultados são pactos territoriais que tem como meta o desenvolvimento rural, a partir do viés local e territorial (ORTEGA, 2008, p. 88). Assim a governança de um território, está totalmente atrelada a sua forma política. Como confirma Pires, “[...] é no sistema democrático que a governança exerce o fortalecimento das interações e relações entre o Estado e a sociedade, à medida que, os sistemas que consolidam as pressões internas e externas, ou seja, pressões públicas e privadas” (PIRES *et al.*, 2011, p. 35-36)

A governança com ênfase na política é vista também como uma teoria baseada na regulação social, idealizada para trabalhar com os diversos níveis do governo. Fica evidente o processo de articulação e interdependências entre os atores sociais. Uma boa governança busca tornar ações e projetos públicos, embasados em políticas eficazes que buscam fortalecer o “bem-estar social”, como afirma Amartya Sen (2010):

O “conjunto capacitário” consistiria nos vetores de funcionamento alternativos dentre os quais a pessoa pode escolher. Enquanto a combinação dos funcionamentos de uma pessoa reflete suas *realizações* efetivas, o conjunto capacitário representa a *liberdade* para realizar as combinações alternativas de funcionamentos dentre as quais a pessoa pode escolher (SEN, 2010, p. 105).

Essa conotação da governança surge na França, durante os anos 1990, direcionando um novo formato de ação coletiva em redes de atores de caráter flexível e diversificado, sendo resultado direto da fragmentação do sistema político-administrativo e eficácia na ação pública (PIRES *et al.*, 2011, p. 36).

A governança Territorial aqui é definida como:

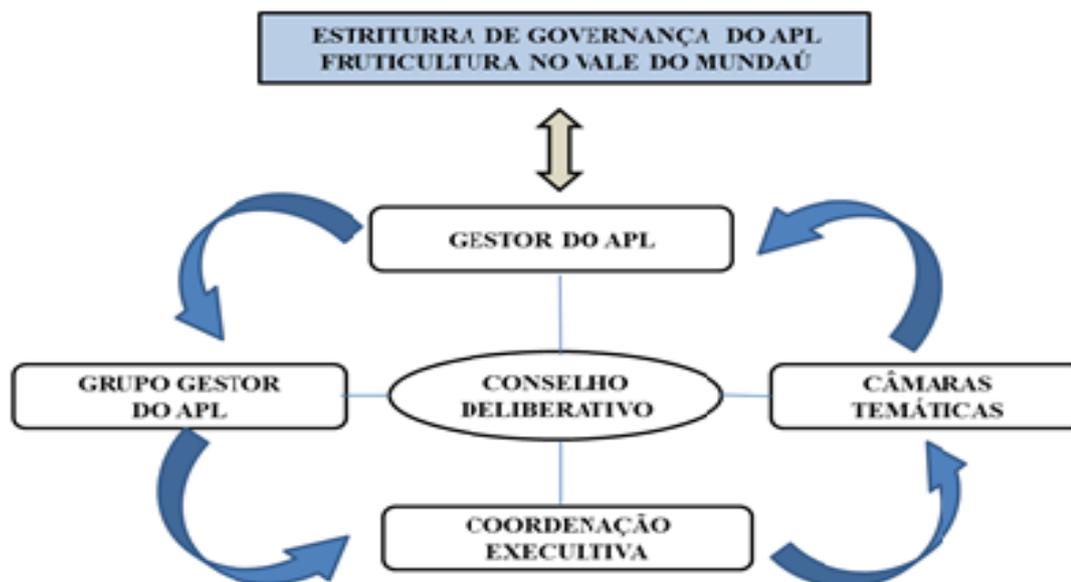
O processo institucional-organizacional de construção de uma estratégia, para compatibilizar os diferentes modos de coordenação entre atores geograficamente próximos em caráter parcial e provisório, que atende a premissa de resolução de problemas inéditos. Esses compromissos articulam: os atores econômicos entre si e com os atores institucionais-sociais e políticos através de “regras do jogo”. Media também a dimensão local e a global (nacional e mundial) através das ações realizadas por atores ancorados no território (PIRES *et al.*, 2011, p. 36).

Nesse contexto, é possível conceber as estruturas de governança capaz de alavancar a competitividades. Identificando a existência de tipos de interação entre os empreendimentos do arranjo produtivo rural. O APL Fruticultura no Vale do Mundaú possui um grupo gestor que é representado por membros da sociedade civil organizada e do poder público, formando seis entidades dos municípios que integram o APL. O acompanhamento dos projetos e ações ocorre a partir de reuniões realizadas mensalmente com esse grupo (SEPLANDE, 2015, p. 23).

Neste formato, fica evidente que todas as decisões e articulações dos atores do APL parte destas reuniões, bem como as demandas, ambas seguem com a gestora do APL que deverá fazer as devidas articulações para sanar os problemas ou entraves. É necessário levar em consideração o fato da existência de um planejamento estratégico, neste está inserido o calendário com as devidas orientações técnicas, para produção, projetos de infraestrutura e serviços produtivos, cursos e capacitações em associativismo e cooperativismo, gestão de agronegócio, boas práticas de fabricação e manipulação de alimentos, beneficiamento de frutas, políticas públicas.

Na perspectiva da governança territorial, apresentada na figura 09 as modalidades de coordenação das formas de desenvolvimento econômico, envolvendo os atores e as formas institucionais do arranjo produtivo rural (PIRES *et al.*, 2011, p. 37).

Figura 09 – Estrutura de Governança do APL



Fonte: SEPLANDE (2015, p. 24).

O Conselho Deliberativo é formado pelos principais Secretários de Estado, pelo Superintendente e pelo Diretor Técnico do SEBRAE/AL e por representantes de instituições parceiras do PAPL de Alagoas.

Cabe ao Gestor do APL a responsabilidade de realizar o contato e mobilização dos atores sociais garantindo a articulação das instituições, mobilizando possíveis ações e demandas no território.

As atribuições do Grupo Gestor do APL, formado por representantes do poder público, da sociedade civil organizada e do setor privado, esse grupo tem a responsabilidade de elaborar, acompanhar e monitorar as ações desenvolvidas pelo APL. Esse grupo é representado por 20 membros que fazem parte das associações e cooperativas.

A Coordenação Executiva é formada pela SEPLANDE e SEBRAE, esses responsáveis pelo acompanhamento dos gestores, realizando as devidas orientações metodológicas, idealizando a integração entre APLs, bem como articulação institucional e o monitoramento das ações e projetos.

E finalmente as Câmaras Temáticas, objetivo buscar soluções comuns para a gestão e organização das diferentes temáticas trabalhadas no APL, ex. capacitação, qualidade e inovação, financeiro e gestão, marketing e infraestrutura.

É evidente a importância atribuída às organizações devem ser agentes de seu próprio destino, relacionando-se com atores externos, intensificando suas relações internas e utilizando expedientes políticos e, sobretudo, trilhando o caminho em direção à sustentabilidade que respeite as características do ambiente onde se localiza. Apresentando organização e sinergia entre instituições financeiras de fomento, de apoio em diferentes frentes, das organizações da sociedade civil e outros atores para potencializar a utilização de recursos e dinamizar o desenvolvimento rural (FAVER, 2009, p. 63-67).

Para tanto, é fundamental a articulação de diferentes atores, seja do Estado, mercado e da sociedade, na busca do sucesso produtivo, financeiro e comercial. A ausência de relacionamento com organizações de apoio local e territorial coloca os arranjos produtivos em situação precária, na obtenção de informações que possibilitem a composição de planos estratégicos para o atendimento de demandas diversas (FORTES, 2009, p. 107).

Nesta mesma perspectiva, a falta de intervenção direta do Estado na promoção de ações que cooperem com o desenvolvimento de pequenas agroindústrias familiares e auxiliem as comunidades impede a criação de instrumentos essenciais na consolidação dos arranjos produtivos (FORTES, 2009, p. 114). É fundamental identificar o processo de inovação como

um fator básico de competitividade produtiva e econômica, buscando a sustentabilidade do processo, associado a transformações produtivas e econômicas de médio e longo prazo (LASTRES; CASSIOLATO, 2003, p. 16).

Cabe destacar as principais necessidades em termos de tecnologia e inovação ligadas ao APL:

Reestruturação das organizações que oferecem atividades de extensão, priorizando a disseminação de novas tecnologias, ao contrário das atividades de caráter mais imediatista, como as que visam o combate de doenças já instaladas;

Investimentos em pesquisas para variedades de laranja mais resistentes as doenças (Gomose e Leprose);

Investimentos em pesquisas para desenvolver variedades de laranja lima com menor número de sementes;

Investimentos em variedades de laranja lima que permitam colheita o ano todo;

Produção de sucos para as Classes C, D, E que atendam a requisitos de sabor, praticidade e preço para diminuir o consumo de refrigerantes;

Pesquisas para produção do suco que aproxime o sabor do suco industrializado ao sabor de suco caseiro (a exemplo do NFC);

Pesquisas com novos produtores, adicionando ao suco de laranja produtos como chás, vitaminas, fibras, minerais, ervas, adoçantes com baixa caloria e redução de calorias;

Desenvolvimento de eletrodomésticos que facilitem o consumo da fruta *in natura*, tais como, descascadores e espremedores mais modernos;

Pesquisa para produção de banana Chips;

Pesquisa para produção do vinagre de banana e;

Pesquisas para produção da farinha e flocos de banana (SEPLANDE, 2015, p. 28).

Porém é preciso fazer referência a determinados tipos de inovação, nessa perspectiva surge à *inovação radical*, refere-se ao desenvolvimento de um produto, processo ou forma de organização da produção numa perspectiva inteiramente nova (LASTRES; CASSIOLATO, 2003, p. 15).

É o caso, da Fábrica de suco congelado misto de laranja lima com limão, essa fábrica pertence à Cooperativa dos Produtores de laranja lima do Vale do Mundaú – COOPLAL. Essa mistura é necessária porque a laranja lima em função da sua baixa acidez, não serve para a fabricação de sucos, no entanto, com a quantidade correta de limão, essa acidez é elevada e o

suco pode ser conservado sem perdas das suas propriedades por um tempo maior. Esse suco é comercializado apenas junto ao PAA estoque/Conab e em aproximadamente 22 mercadinhos localizados na capital Maceió, essas poupas são armazenadas em freezers da COOPLAL nestes estabelecimentos comerciais (SEPLANDE, 2015, p. 30).

Outra iniciativa da *Inovação Radical* é a inserção da fábrica de doce cristalizado da casca da laranja e laranja desidratada, realizada pela Associação Agroecológica ECODUVALE, vale ressaltar que essas laranjas são orgânicas, esta ação está inserida no Projeto de Boas Práticas de Fabricação. A produção é comercializada em São Paulo e no Supermercado Palato em Maceió (SEPLANDE, 2015, p. 29).

No que se refere à *Inovação Incremental*, essa introduz qualquer melhoria em nos produtos, processos ou organização da produção, sem alteração substancial na estrutura da localidade, tendo como reflexo uma maior eficiência, maior produtividade e qualidade, proporcionando a redução de custos e a ampliação de processos e boas práticas (LASTRES; CASSIOLATO, 2003, p. 15). Atualmente o APL detém Unidades demonstrativas de fruta (laranja e banana) no Vale do Mundaú, esse projeto vem sendo acompanhado pelo SEBRAE e EMATER.

Existem hoje 13 unidades distribuídas entre os municípios que integram o APL: Branquinha contém 02 unidades; União dos Palmares 03 unidades; São José da Laje 01; Ibataguara tem outras 03 unidades, Santana do Mundaú mais 03 unidades e 01 unidade em Murici. Nessas unidades ocorrem encontros quinzenais entre consultores, técnicos e produtores, nestes encontros ocorrem capacitações, repasses de informes técnicos, análises ambiental, fitossanitária, produtiva, dias de campo e trocas de experiências (SEPLANDE, 2015, p. 30).

As informações descritas acima se enquadram em outro formato de inovação a *“Inovação Organizacional”*, nesse aspecto significa utilizar todo esse conhecimento sobre novas formas de produzir, no caso, o manejo agroecológico. Vale destacar que, o APL tem um grupo de produtores que trabalham com frutas certificadas como orgânicas, pela Certificadora ECOCERT BRASIL. A produção comercializada desse grupo de produtores chega a 150 toneladas/ano, entretanto esse número pode ser superado no futuro próximo (SEPLANDE, 2015, p. 27).

O movimento de certificação é pautado no mundo dos selos, ou seja, das denominações de origem, é pautado na adesão de padrões acordados de qualidade artesanais que pressupõem uma ação coletiva eficaz e que potencialize as diferentes capacidades e

liberdades dos atores (WILKINSON, 2008, p. 135). Nesta perspectiva estão inseridos os mercados locais, o circuitos curtos de comercialização, a presença das ONGs, das associações e cooperativas, bem como a ausência da dependência aos atravessadores na distribuição e comercialização.

É relevante ressaltar que o processo de inovação, valoriza o conhecimento tácito e as dinâmicas de relações interpessoais e de proximidade, ocorre à promoção de sistemas locais, territoriais e regionais dos arranjos produtivos e institucionais, que seguem a mesma direção, neste contexto a revalorização de recursos e conhecimento tradicionais. No aspecto da certificação participativa a convenção de aspetos voltados à qualidade, proporcionados pela pequena produção e pela agroecologia (WILKINSON, 2008, p. 152).

É mais um exemplo de inovação nas ações do APL Fruticultura no Vale do Mundaú, onde a Associação de Produtoras Agroecológicas do Vale do Mundaú (Aproagro), formada por mulheres, localizada no município de Branquinha, no assentamento Zumbi dos Palmares é a primeira associação localizada em um assentamento certificada para produção orgânica no estado de Alagoas. O que é constatado atualmente é o papel atribuído aos agricultores familiares, onde cada vez mais, enfrentam a exclusão e a necessidade de criar novos mercados, organizações e instituições, pautadas na inclusão de gênero e a necessidade de agregar novos padrões sociais.

3.3.4 Dimensão Social

O processo produtivo exige, necessariamente, respeito à condição da natureza e humana, ou seja, os benefícios destas práticas não podem ser apropriados de forma destrutiva e individual. Esse processo quando iniciado provoca a degradação social dos atores que não são beneficiados (MACHADO, 2014, p. 191), (*op. cit.*, p. 191). Fica evidente, desta forma que, essa dimensão é a que mais agrega demanda e dificuldades para formular reflexões, à medida que, as relações sociais são históricas e convivem com uma contínua construção da dimensão social.

É neste contexto que o APL, utiliza a agroecologia e seus princípios, enquanto uma tecnologia que enfrenta as práticas agrícolas agressivas, tanto a natureza, quanto ao ser humano, a agroecologia não tem em seus princípios a concentração de renda.

Como o autor Machado afirma:

Os confinamentos são poluidores, antagônicos à agroecologia porque provocam uma alta concentração de capital, com o correspondente aumento da pobreza e não e não respeitam o bem-estar animal. A dimensão social é incompatível com o aumento da pobreza. Situação, também, que acentua a contradição fundamental capital-trabalho e, por isto, não é sustentável (MACHADO, 2008, p. 191).

Pode-se atribuir a agroecologia, proposições que demandam apropriação da dimensão social, é nesse contexto que seus princípios, práticas e métodos, possibilitam a incorporação de processos ecológicos nas práticas e sistemas agrícolas, são necessários que as condições sociais das comunidades rurais, sejam também elementos centrais da sua aplicação (THEODORO *et al.*, 2009, p. 25).

A existência de uma variedade de estratégias que diversificam as práticas sociais, que procuram aumentar a autonomia técnica e produtiva para obter uma maior produtividade. Dentre as inúmeras estratégias existentes, às práticas locais e territoriais de desenvolvimento rural, presente na agricultura familiar. A problemática que envolve a visão de capital social está hegemônica na política territorial e constata-se no território da Mata Alagoana os flagrantemente da colonização econômica das relações sociais.

Nas afirmativas de Santos; Marschner (2008, p. 108), a adoção do enfoque analítico do capital social, representa uma redução da complexidade de relações sociais imbricadas no território à linguagem econômica, não raro limitando a análise aos aspectos técnico-produtivos. O capital social na perspectiva de Abramovay (2000, p. 380), *Apud* Santos; Marschner, (2008, p. 108-109), é um recurso que possibilita a um determinado território uma melhor utilização dos seus ativos econômicos. Utilizando uma excedente que produz um fluxo de benefícios e uma ação coletiva, que gera benefícios mútuos aos atores sociais.

Nesta mesma perspectiva, a concepção de capital social identifica um protagonismo e valorização dos atores sociais, assim, efetivam-se aspectos diversos de forma similar. Esse conceito está altamente atrelado à concepção de desenvolvimento que busca garantir a sustentabilidade de um território.

Reflexões idealizadas por Bagnasco (1999) levam em consideração as particularidades sociais e culturais de regiões e territórios. Fomentam uma cultura de organização social, favorecendo o desenvolvimento. Fazendo referência às condições de infraestrutura local e de seus serviços como:

A formação do capital social, as capacidades de gestão, as qualificações técnicas, a confiança recíproca e um bom clima social são recursos decisivos, qualquer que seja o tipo de desenvolvimento, sua disponibilidade de maneira difusa, com suas características próprias, é essencial para que se multipliquem as pequenas empresas que algumas sociedades regionais e locais souberam promover, enquanto outras não conseguiram (BAGNASCO, 1999, p. 39).

Os produtores que fazem parte do APL Fruticultura no Vale do Mundaú estudam em sua grande maioria, apenas até o ensino fundamental, uma minoria terminou ensino médio. Entretanto, são consequentemente atendidos pelos cursos que os parceiros do APL promovem para melhor os auxiliar. Além dessas instituições, a EMATER junto com a SEAGRI, utilizam metodologias de multiplicação de informações, através da implantação de Unidades Demonstrativas de Manejo agroecológico, orgânico, e das Culturas da Laranja e da banana. Os dias de campo são utilizados como ferramenta de trocas de experiência, serve para apresentar as inovações, as novas tecnologias e pesquisas aos produtores que integram o APL.

Consultorias tecnológicas possibilitam apresentações de novas alternativas para melhoria da produtividade, da qualidade das frutas são ofertadas nas propriedades. As principais demandas ligadas ao potencial de capacitação, índia a necessidade voltada para o controle e prevenção das principais doenças das culturas (laranja, banana), beneficiamento das frutas e manejo e conservação dos solos cultivados (SEPLANDE, 2015, p. 21-22).

Retomando a figura 06, é apresentado, a partir do nível três do diagrama do APL as instituições que ofertam capacitação no território, seja, a partir da política do Pronatec Campo, ou pelo próprio APL. As principais instituições que ofertam cursos são:

- UFAL – Curso de graduação em Agronomia e Zootecnia;
- IFAL – Curso de técnico em Agropecuária e Agroecologia;
- SEBRAE – Cursos de formação profissional;
- SENAR – Cursos de aprendizagem rural.

Para a equipe do APL, cabe destacar a oferta de outros cursos como:

- Cursos em manejo orgânico para fruticultura (laranja, banana);
- Gestão organizacional dos grupos associados;
- Cooperativismo;
- Boas práticas de manipulação e fabricação de alimentos, entre outros.

A disponibilidade de estágios supervisionados tem na agricultura familiar, os atores para potencializar o associativismo o das frutas, surgem oportunidades de estágios nas áreas

de engenharia química e Nutrição, áreas estratégicas para potencializar o beneficiamento dos produtos oriundo da agroindústria (SEPLANDE, 2015, p. 22).

O projeto Laranja Orgânica desenvolvido pela associação ECODUVALE no município de Santana do Mundaú, neste momento, associação estava com 10 produtores de laranja lima, certificados como produtores orgânicos. Foram realizados trabalhos voltados a consultorias para adequações de mais 06 produtores, totalizando 16 produtores, inseridos no sistema agroecológico, assim, em 2012 a empresa ECOCERT BRASIL, realizou a consultoria nas propriedades interessadas na transição agroecológica. Atualmente existem mais de 20 produtores com certificação orgânica, inseridos no sistema agroecológico. A meta é um aumento de 100% de agricultores com certificação até 2017 (SEPLANDE, 2015, p. 29).

Outras iniciativas envolvendo somente grupo de mulheres, formalizadas a partir da Associação de Produtoras Agroecológicas do Assentamento Zumbi dos Palmares, localizado no município de Branquinha. Constituída e formalizada com o apoio do Instituto Mundo Unido, o APL e o SEBRAE (NEDET/SDT, 2014).

A realização do Encontro Anual de Produtores de Laranja do Vale do Mundaú, esse encontro tem como finalidade, reunir os produtores do território para apresentação dos principais resultados das safras anuais, bem como apresentar as principais inovações tecnológicas e políticas de mercado para o aperfeiçoamento do setor produtivo. Visando trazer investidores, empresas públicas e privadas, a participação dos produtores junto ao APL. O Projeto Pesquisa-Ação FAPEAL/PAPL, busca a valorização da cultura local e a permanência dos jovens na região, nessa ação os filhos dos produtores nos trabalhos do arranjo produtivo, matriculados na escola municipal Manoel de Matos, no município de Santana do Mundaú (SEPLANDE, 2015, p. 31).

A existência de dois projetos de pesquisas com a parceria da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), a *“Utilização do Uso de Extratos e Caldas Naturais para o Controle do Citros”*. Esse projeto é realizado com professores de entomologia e fitopatologia do Centro de Ciências Agrária da UFAL e visa contribuir principalmente com os produtores orgânicos que seguem legislação específica, com a não utilização de produtos químicos. O outro projeto de pesquisa, intitulado de *“Colhendo Bons Frutos: nutrição e agroecologia”*, realizado por professores de nutrição da UFAL e tem como objetivo promover a alimentação saudável na comunidade universitária através do aumento do consumo das frutas orgânicas e construir para a melhoria das condições da vida dos agricultores familiares. Os produtos produzidos pelo grupo de agricultores familiares que integra esse projeto comercializam os produtos em

uma feira de produtos orgânicos realizada no estacionamento da UFAL (SEPLANDE, 2015, p. 32).

Cabe destacar a luta das 18 famílias das produtoras agroecológicas da APROAGRO – Associação das Produtoras Agroecológicas da Mata Alagoana, estando localizada dentro do Assentamento Zumbi dos Palmares, esse assentamento é composto por 120 famílias assentadas. Atualmente a luta dessas mulheres é contra a resistência de outros assentados contra as práticas e princípios da agroecologia, bem como ao sucesso e visibilidade da associação. O boicote é geral, seja com atos de desmatamento de áreas próximas a rio dos lotes das assentadas, destruição de cultivos entre outras ações. Atualmente a associação é referência no estado de Alagoas, e lidera a Primeira Caravana Agroecológica do estado de Alagoas, partindo do território da Mata Alagoana.

É perceptível a importância histórica atribuída, a comercialização, bem como, os desafios colocados para a expansão da agroecologia. As dificuldades estão ligadas a manutenção dos mercados locais abastecidos com a diversidade, quantidade e qualidade durante todo o ano. Qualquer que seja a proposta produtiva, com pouco ou muito uso de bases tecnológicas, deve-se sempre esperar resultados e ganhos financeiros positivos, a quem estiver a executando. O que deve ser levado em consideração é como esses resultados comprometem outras dimensões deste processo de desenvolvimento rural. O que está em questão não é somente alcançar altos valores financeiros ou altas produções por hectare das commodities agrícolas, nem tão pouco, a satisfação de uma minoria, é o bem-estar das populações e a redução da desigualdade.

3.3.5 Dimensão Ambiental e Cultural: uma leitura a partir da ‘Diversidade’

A rapidez imposta pelas mudanças e a velocidade com que novas situações se criam acompanham o ritmo impetuoso e insensato das práticas do homem, ao invés de acompanhar o passo determinado pela natureza. As substâncias químicas, em relação às quais a vida é solicitada a efetuar os seus julgamentos, já não são mais meramente o cálcio e o cobre, juntamente com todo o resto dos minerais levados pelas chuvas, e por elas levados para longe das rochas, a caminho dos rios e dos mares; tais substâncias são as criações sintéticas do

espírito inventivo do homem; são substâncias compostas nos laboratórios, e que não têm as contrapartes correspondentes na natureza (CARSON, 1962, p. 17).

Esses procedimentos foram observados primeiro por Sir Albert Howard, em sua memorável obra, *“Um Testamento Agrícola”* em 1943, seus estudos foram utilizados para formular os princípios do que conhecemos hoje como, Agricultura Orgânica. Nesta perspectiva, o Prof. Luiz Carlos Pinheiro Machado, compondo a apresentação da obra de Howard, indica que a análise de Howard, trás os direitos da mãe natureza e dos solos, onde o mesmo elabora toda uma formulação cheia de ironia e de crítica, porém repleta de verdades, essas mesmas verdades, são disfarçadas pelas práticas científicas convencionais. É nesse sentido, que Howard, pontua questões que indicam as plantas, conhecidas popularmente como, “plantas invasora”, são parte de um sistema maior, onde as pragas e doenças, nada mais são do que aliadas dos agricultores, nesse sentido, elas são utilizadas como indicadores naturais de um desequilíbrio, na fertilidade do solo, provocado por uma ação antrópica equivocada (MACHADO, 2007, p. 12, *Apud* HOWARD, 2012).

Os procedimentos agrícolas devem eliminar, ou até mesmo, minimizar a contaminação ambiental. É nesse sentido, que as ações desenvolvidas pelos agricultores e os assessores técnicos devem ser pensadas, no sentido da manutenção e melhoria de nutrientes que compõem o solo, esse é um indicador fundamental, além de se tornar um catalizador na vida do solo (MACHADO, 2014, p. 193, *Apud* LCPM, 2011). Lembrando que, os procedimentos e princípios desenvolvidos pela agroecologia, sempre são norteados a partir da proteção ambiental.

Para o APL Fruticultura vale destacar ações e projetos ligados à utilização de pó de rocha, como fertilizante natural e corretivo do solo é uma alternativa para reduzir custos de produção da agricultura e romper com a atual dependência de insumos importados, sem comprometer a produtividade das lavouras. A adoção da prática, conhecida como rochagem¹¹. É necessário lembrar que essas iniciativas ocorrem nas Unidades Demonstrativas, onde os agricultores envolvidos podem buscar a garantia de produção orgânica, através da Organização de Controle Social (OCS) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), para produzir frutas orgânicas (SEPLANDE, 2015).

¹¹ O processo consiste na incorporação de rochas moídas ao solo, como forma de tornar a terra menos ácida e mais fértil. Quando aplicados no solo, os diferentes minerais existentes nas rochas também ajudam a recuperar solos pobres e a renovar a fertilização das áreas de exploração agrícola (SEPLANDE, 2015).

A dimensão ambiental está diretamente atrelada à questão da *diversidade*, inserida em todos os processos aqui discutidos. Pois, estes processos vêm demonstrando o porquê a diversidade está relacionada, como afirma, (CONTERATO *et al.*, 2011, p. 70), “à heterogeneidade de estilos de agriculturas encontrados no mundo rural contemporâneo e as estratégias adotadas pelos agricultores para a (re)construção da autonomia”.

Nesta mesma perspectiva, identificam-se contextos que se fundamenta, a partir da identificação da vulnerabilidade ambiental, social e econômica, a emergência destas problemáticas estimulam a diversificação dos meios de vida. Neste processo ocorre o fortalecimento da autonomia, aumentando a capacidade dos agricultores familiares de decidir e interagir com os diferentes atores sociais do território (CONTERATO *et al.*, 2011, p. 80).

Amartya Sen (2010, p. 98), estabelece uma relação direta entre o *Bem-estar* e a *Heterogeneidades*, onde utiliza-se a renda e a mercadoria como base material para esse bem-estar. Já a heterogeneidades das pessoas, apresentam características diretamente relacionadas à incapacidade, ou seja, a idade, ao sexo, as doenças isso faz com que suas necessidades difiram. Para as diversidades ambientais, existem variações nas suas condições, como as circunstâncias climáticas, ou seja, as variações de temperaturas, níveis pluviométricos, inundações, “para o caso do estudo em questão as enchentes”, é nesse contexto que essa diversidade ambiental passou a influenciar, quanto, como os agricultores familiares obtém determinado nível de renda e qualidade ambiental (SEN, 2010, p. 99).

Para Dematteis, (2008, p. 43), as *diversidades*, no seu conjunto, acrescenta capacidades inovativas e autonomia dos sistemas territoriais nas suas diferentes escalas. Essa diversidade com enfoque territorial utiliza motivos variados como: (i) o fato de que ela alimenta o sistema econômico global que, por sua vez, utiliza as potencialidades locais como vantagens competitivas para proteger e reproduzir; (ii) a abordagem local reproduz saberes contextuais ambientais que permanecem úteis no que se refere às formas produtíveis locais; (iii) tende-se a maximizar o uso dos recursos naturais, humanos e as diferentes capacidades produtíveis, reduzindo de forma considerável, as desigualdades; (iv) o fato de acentuar o nível de fechamento dos circuitos locais, reduzindo as marcas dos efeitos ecológicos; (v) essas características responde a uma demanda de usos e consumos diversificados, esses fatores demonstram o sucesso de iniciativas tipicamente locais.

É nesta perspectiva que o desenvolvimento rural requer a participação da agricultura, para a criação de um ambiente que fortaleça o caráter empreendedor e de identidade cultural, que impulse os arranjos produtivos, com atividades ligadas a pequena agroindústria, a

processos artesanais e aos serviços. O segmento da agricultura é responsável por participar da criação de divisas, seja, na geração de postos de trabalho, na geração de renda, contribui para a conservação da paisagem e do meio ambiente, dotando técnicas e princípios que preservem o território (KAGEYAMA, 2008, p. 70).

Segundo Mior (2006), *Apud* Kageyama (2008, p. 70), a existência de duas teorias do desenvolvimento rural, uma centrada na globalização (commodities e sistemas alimentares) e outra baseada na localização e diversidade. Assim, é de interesse da pesquisa em questão, a teoria ligada à localização e diversidade. Essa teoria, dá ênfase aos atores e as diversidades locais como responsáveis pela obtenção de autonomia da agricultura e dos espaços rurais, o mesmo constata a valorização de abordagens endógenas para o desenvolvimento rural.

As comunidades rurais, mesmo aquelas em ameaça de desaparecimento, preservam relações de vizinhança que guardam uma grande bagagem prática, sendo expressas em ritualizações bem desenvolvidas, como em festas, cerimônias e cooperação para o exercício de trabalhos mais pesados ou até mesmo pela ausência de limites claros, como muros e cercas. Esse processo de organização prática pode ser constituído em torno de um processo cultural idealizado a partir da presença da igreja, ou seja, na paróquia, que busca a regulamentação de ações de interesse coletivo, através da divisão do trabalho e discussões sobre datas importantes como colheita, festas religiosas entre outras atividades (MARTINS, 1981).

É sabido que as comunidades exercem papel fundamental nas relações de confiança e na aplicação de valores culturais e morais comuns, e constituem o alicerce dos processos organizacionais, de geração e difusão do conhecimento. Assim, a noção de solidariedade compreendida por Milton Santos (2000), ganha força, à medida que conduz à organização, pois, “[...] na divisão de trabalho, por baixo, o que se produz é uma solidariedade criada dentro e dependente de vetores horizontais cimentados no território e nas culturas locais” (SANTOS, 2000, p. 146).

A construção destas relações fortalece os laços de reciprocidade que repercute na mobilização da sociedade civil organizada, formando instituições formais, tais como associações e cooperativas fortalecendo o capital social das comunidades, esse processo de personifica na organização familiar da unidade doméstica; evidencia a adaptação do rural aos processos de homogeneização comprometidos com a manutenção de seus aspectos particulares:

A família é a primeira fonte de capital social para seus membros. Além de influir no desenvolvimento social e humano das crianças, as relações

internas e externas da família modelam os comportamentos que são transmitidos para as futuras gerações. As relações informais entre parentes podem também levar à formação de empresas, associações de crédito, fornecem mão-de-obra barata e segurança financeira. Por outro lado, as relações familiares muito fortes podem impor barreiras às relações com redes externas (MACHADO, 2003, p. 24).

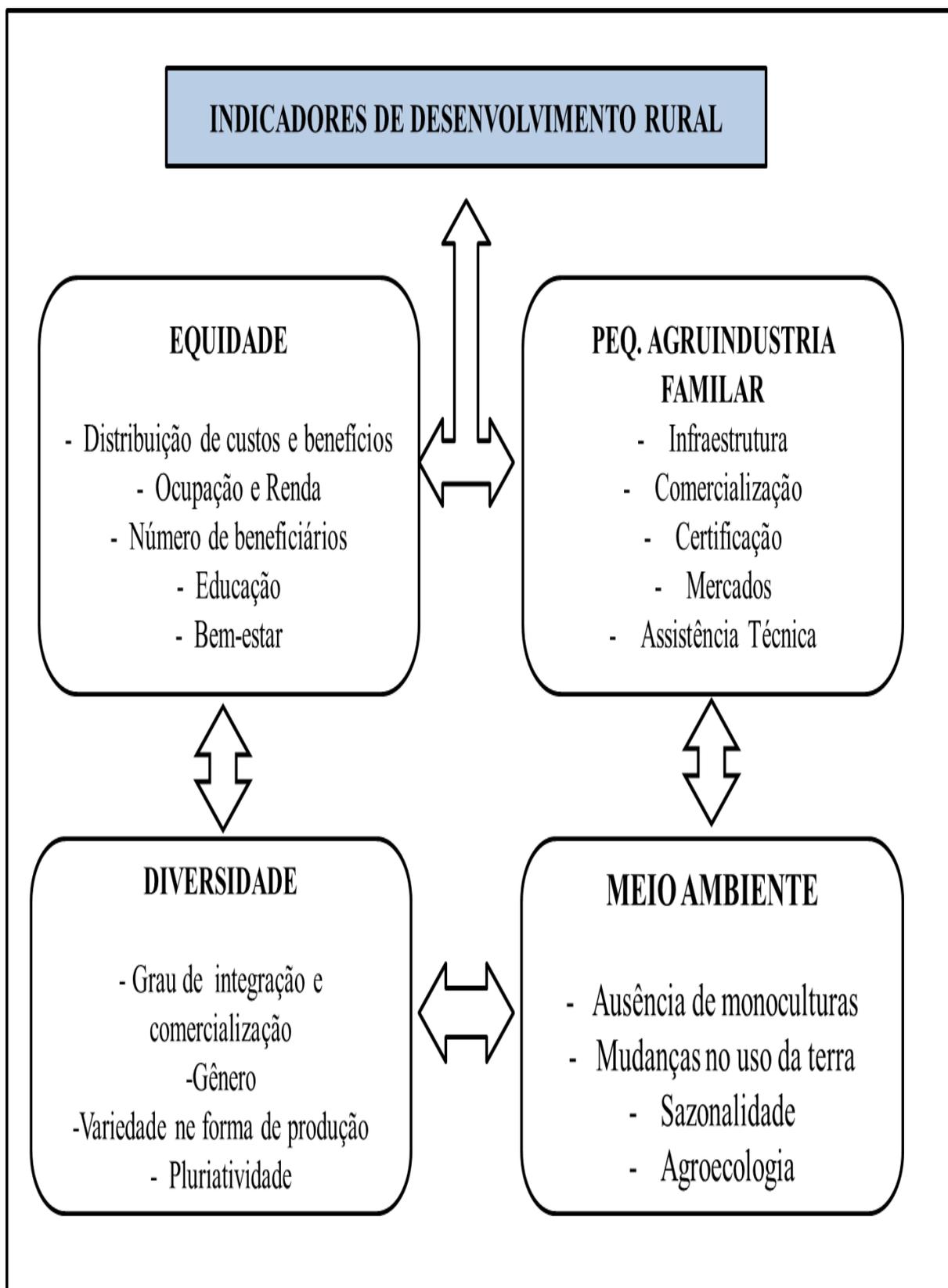
Vale destacar que, a partir destas abordagens a função produtiva torna-se mais abrangente, em função da diversidade das ações, ou seja, o artesanato e o beneficiamento de produtos naturais e ações que potencialize a preservação ambiental. Nesta perspectiva estende-se à função populacional, que faz referência ao fornecimento de mão-de-obra para as cidades, que tem nas zonas rurais a reserva de mão-de-obra necessária para atender suas demandas. A partir da diversidade, surgem demandas culturais entorno da infraestrutura, serviços e oferta de empregos que assegurem principalmente os jovens nas áreas rurais. No que se refere à função ambiental passa a receber atenção especial, é fato que, a criação e proteção de bens públicos, e quase públicos, é o caso das paisagens, florestas e o meio ambiente, e a devida destinação aos resíduos em geral (KAGEYAMA, 2008, p. 71).

De modo geral, as dimensões apresentadas até o presente momento, agregam vários fatores que concorrem para o dinamismo dos territórios rurais no Brasil. Assim, confirma Veiga (2001, p. 101-119), os principais fatores que favorecem o desenvolvimento rural, estão pautados em aspectos gerais que contribuem para o desenvolvimento, a partir da redução da desigualdade, no acesso aos serviços públicos de qualidade (educação, segurança, acesso a terra etc.), no crescimento da renda e na redução da pobreza rural. Pautar numa agricultura diversificada, baseada na produção familiar, buscando favorecer a mobilidade e articulação social potencializando as redes de pequenas e médias empresas.

Outro ponto defendido por Veiga (2001), trata diretamente do objeto de pesquisa, aqui analisado são as concentrações espaciais de atividades, sistemas produtivos, ou seja, os arranjos produtivos locais. Atribui-se a esses sistemas vantagens locais, que proporcionam às empresas, produtores, fornecedores, mercados de trabalho, consolidarem condições para o dinamismo das áreas rurais. Os arranjos institucionais é outro fator que permite valorizar o território e desencadear sustentabilidade as ações, ligadas ao desenvolvimento rural.

Dentro desta perspectiva apresentada até o momento evidencia-se que não apenas a estrutura produtiva inserida em um território é capaz de determinar as condições para o desenvolvimento do empreendedorismo, capacidades diferenciadas, muitas já apresentadas, mesmo que de forma superficial estabelecem níveis de aprendizado, inovação, sinergia (ALBAGLI; MACIEL, 2002, p. 15).

4 ANÁLISE DOS INDICADORES DIRECIONADOS AO DESENVOLVIMENTO RURAL



Elaborado por; SILVA, Josemar Hipólito da, 2016.

Partindo de uma teoria que utiliza a questão do bem-estar como princípio, como afirma Atkinson (2015, p. 295), o “primeiro teorema da economia do bem-estar” indica que existem determinadas condições e equilíbrios, de um determinado mercado que cria e exerce o poder competitivo e a eficiência deste, no sentido que ninguém pode melhorar sua situação sem degradar a situação do outro, ou seja, a melhora de uns é o retrocesso de outros. Nesta afirmativa do autor atribui a “[...] eficiência da solução do mercado, na ausência da intervenção do mercado”. Sendo assim, é possível identificar esse bem-estar tem uma relação direta com a questão da renda. É possível realizar reflexões que indiquem o quanto é importante criar ligações que estabeleçam relações entre os indicadores e parâmetros estabelecidos e analisados acima. É nessa perspectiva que podemos combater a afirmativa do autor. Outro autor idealiza reflexões que possibilitam contribuir para afirmativa descrita anteriormente.

Amartya Sen (2010), indica que:

Uma pessoa pode ser forçada a passar fome mesmo havendo abundância de alimentos ao seu redor se ela perder seu potencial para comparar alimentos no mercado, devido a uma perda de renda (por exemplo, em consequência de desemprego ou do colapso do mercado dos produtos que essa pessoa produz e vende para se sustentar) (SEN, 2010).

É nessa perspectiva que Sen (2010, p. 128), afirma que “[...] a desigualdade de rendas pode diferir substancialmente de desigualdade em diversos outros “espaços”, (ou seja, em função de outras variáveis relevantes)”. É nesse contexto que parâmetros como equidade, diversidade, resiliência, pequena agroindústria familiar, meio ambiente e seus respectivos indicadores. Assim como o autor salienta, a existência de contrastes entre renda e a capacidade de influenciar diretamente nos espaços a os quais igualdade e eficiência são avaliadas e determinadas (SEN, 2010, p. 128).

Porém como destaca Rands (2011), quando se coloca a renda pessoal em destaque, disponível na renda “*per capita*” chegasse ao valor absoluto dessas variáveis e divide-se por toda população, nesse cálculo não se considera a composição etária, bem como qual o papel produtivo, e as rendas oriundas de políticas assistencialistas e atividades autônomas. Ou seja, identificam-se nesta conta as crianças e idosos aposentados, esse procedimento ocorre para normalizar as variáveis eliminando as diferenças de população entre as regiões, isso ocorre da mesma maneira com os adultos produtivos. “[...] Por mais adequado que esse conceito possa parecer para captar o bem-estar da sociedade, ele difere da noção de convergência das rendas

per capita entre regiões, que deveria resultar do bom funcionamento dos mercados” (RANDS, 2011, p. 30, 31).

4.1 Análises dos Indicadores a partir do APL

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo no que diz respeito à distribuição de renda e o acesso a bens e serviços disponibilizado pelo Estado. Mesmo com significativas quedas apresentadas ao longo dos primeiros anos do século XXI. Em um país que apresenta uma forte desigualdade nos primeiros anos de sua colonização e que sucedeu ao longo do tempo. Esta é uma característica marcante que perpetua até os dias de hoje no estado de Alagoas, esse processo deu início desde sua distribuição desigual das terras, esses processos se perpetuam nos ciclos econômicos que se sucederam (MENDES, 2014, p. 2).

A análise em questão, parte dos resultados observados a partir do processo de georreferenciamento realizado pela Superintendência de Desenvolvimento Regional da Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico (SEPLANDE-AL), no período de 2014 e publicada em pesquisa idealizada por Silva Júnior (2014). Assim, busca-se analisar a partir desta, os critérios já estabelecidos no capítulo 02 desta pesquisa, para dimensionar os parâmetros e indicadores de desenvolvimento rural. Vale destacar que, a utilização na forma de “*Apud*” dos dados georreferenciado pela SEPLANDE, se dar pelo motivo do não acesso a este documento. Bem como a possibilidade de explorar uma amostra bem maior, que possibilite idealizar uma melhor leitura do alcance e abrangência das ações junto aos agricultores que integram o APL. Com uma representatividade de 1.171 produtores de banana e laranja, os resultados apresentados abaixo é fruto de uma amostra que representa 16,4% do total dos produtores. Esse número reflete a opção pela utilização dos dados, sendo utilizada uma amostra mais homogênea possível e diversificada.

Ao observar a tabela 07, conclui-se que 70% dos produtores do APL tem sua representatividade por homens, esse dado representa exatamente uma predominância masculina dos produtores. Os outros 30% representam as mulheres, nesta perspectiva observa-se um cenário de real desequilíbrio e reflete uma mudança ainda em andamento, na qual incentivos financeiros voltados ao financiamento de projetos temáticos e políticas específicas tentam alterar esses números a exemplo das chamadas de “Proinf Mulher”

Tabela 07 – Classificação de Gênero dos Produtores

Gênero	Produtores do APL
Homens	136
Mulheres	57
Total	193

Fonte: SEPLANDE, 2014, *Apud* SILVA JÚNIOR, 2014.

A tabela 08 busca apresentar como os produtores e produtoras que integram o APL, são representados segundo sua faixa etária. Assim, essa análise busca demonstrar o atual problema que envolve a permanência dos jovens no meio rural e como grande parte dos domicílios rurais são geridos por idosos que tem sua capacidade produtiva limitada. Desta amostra de 193 produtores, apenas 10,3% representam os jovens de 18 a 25 anos, ou seja, apenas 20 produtores; os produtores representados pela faixa etária de 26 à 32 anos, são apenas 39 produtores esse dado representa 20,2% do total; dado semelhante ao apresentado pelos produtores da faixa etária de 33 à 40 anos, representados também por 39 produtores; os produtores maior que 40 anos, representam o maior percentual 49,3%, ou seja, 95 produtores do APL. É a partir dessa faixa que o produtor necessita acessar cada vez mais aos serviços ofertados em sua grande maioria nas áreas urbanas dos municípios.

Tabela 08 – Classificação de Etária dos Produtores

Faixa Etária	Produtores do APL
18 – 25 anos	20
26 – 32 anos	39
33 – 40 anos	39
> 40 anos	95
Total	193

Fonte: SEPLANDE, 2014, *Apud* SILVA JÚNIOR, 2014.

A tabela 09 apresenta o grau de escolaridade dos produtores do APL, de modo que 16 produtores não possuem escolaridade, isso representa 8,2% do total dos produtores que não acessaram a escola; outros 38,9% são de produtores que tiveram acesso somente ao primário esse dado representa 75 produtores; já os que tiveram acesso somente à fase de alfabetização,

ou seja, o fundamental completo foram 101 produtores representando 52,3% destes; já o acesso ao ensino médio se deu somente por 01 produtor e esse dado representa somente 0,6% do total.

Os dados apresentados confirmam a precariedade do sistema de ensino voltado a população rural, onde as ferramentas pedagógicas e conteúdos não despertam o interesse dos agricultores a concluírem seus estudos. Foi identificado no estado de Alagoas o fechamento de um grande número de escolas do meio rural, esse fator agrava ainda mais esse problema, a medida que, os agricultores tem que se deslocarem grandes distâncias após desempenharem horas de trabalho no campo.

Tabela 09 – O Grau de Escolaridade dos Produtores

Escolaridade	Produtores do APL
Não Possui	16
Primário	75
Alfabetização	101
Ensino Médio	1
Total	193

Fonte: SEPLANDE, 2014, *Apud* SILVA JÚNIOR, 2014.

É na tabela 10 que se estabelece o grau de satisfação dos produtores. Quando perguntados referente até que ponto as atividades agregavam satisfação a suas vidas, em suas diferentes dimensões. Dos 193 produtores entrevistados, 35% consideram-se “*muito satisfeitos*” com as ações desenvolvidas pelo APL, esse percentual representa 65 produtores; outros 60% se consideram “*satisfeitos*”, ou seja, 118 produtores esse alto índice de satisfação é fruto do aumento da qualidade de vida e redução da desigualdade; 0,5% consideram-se “*insatisfeitos*” com as ações esse percentual representa somente 01 produtor, 1,5% estão “*neutros*” e 3% “*não informaram*” o seu nível de satisfação com o APL.

Tabela 10 – Grau de Satisfação dos Produtores com as Ações

Grau de Satisfação com as Ações do APL	Produtores do APL
Muito Satisfeito	65
Satisfeito	118
Insatisfeito	1
Neutro	3
Não Informaram	6
Total	193

Fonte: SEPLANDE, 2014, *Apud* SILVA JÚNIOR, 2014.

Essa satisfação se deve certamente, ao fato de que houve mudanças, a partir do fortalecimento das institucionalidades do território. Esse fator favoreceu o ambiente para potencializar as ações e abrangência do APL, dinamizando o setor produtivo e melhorando a renda dos produtores, bem como o nível de ocupação, esses 5% representados por insatisfeitos, neutros e os que não informaram, totalizam 10 produtores. Vale considerar que a adesão recente de um município no ano de 2014 e a inserção do processo de transição agroecológica, demandam resultados a médio e longo prazo a medida os primeiros resultados forem surgindo esse número poderá ser alterado.

Cabe destacar que segundo Mendes (2014, p. 85), “[...] a recente redução da desigualdade brasileira se traduz a partir do significativo crescimento da renda da população mais pobre”. Como é possível identificar na tabela 11, o número de produtores do APL que obtiveram aumento na ocupação e conseqüentemente evolução em suas rendas. Dentre eles, estão os 08 produtores que apresentam-se como “*autônomos*”, representando 4,1% do total; os aposentados representam apenas 02 produtores, esse dado representa somente 1%; os produtores que não possuem nenhuma outra fonte de renda alternativa, a não ser a renda das atividades ligadas a agricultura.

Tabela 11 – Acesso a Ocupação e Renda

Ocupação/ Fonte de Renda	Produtores do APL
Autônomo	8
Aposentado	2
Não Possui fonte de Renda	183
Total	193

Fonte: SEPLANDE, 2014, *Apud* SILVA JÚNIOR, 2014.

Como é observado o processo de redução da desigualdade não é um fato isolado a realidade do Brasil. Trata-se de um processo mundial onde deve-se levar em consideração o caminho que este país percorreu para chegar a essa redução da desigualdade. Porém, não cabe aprofundar essa questão, pois não estamos trabalhando os indicadores usualmente trabalhados. Nem devemos trabalhar com base em formulas para calcular o nível de desigualdade, bem como o de desenvolvimento rural.

Para explicar os cálculos apresentados abaixo na tabela 12, onde é indicada a renda pessoal disponível “*per capita*”, a partir da obtenção do valor absoluto dessas variáveis e divide-se por toda a população.

Ou seja, segundo Barros (2011),

“[...] crianças e idosos aposentados participaram da normalização das variáveis para eliminar as diferenças de produção entre regiões da mesma forma que os adultos produtivos. Por mais adequado que esse conceito possa parecer para captar o bem-estar da sociedade, ele difere da noção de convergência das rendas *per capita* entre regiões, que deveria regular do bom funcionamento dos mercados” (BARROS, 2011, p. 30-31).

Os indicadores descritos abaixo, nas tabelas 12 e 13, buscam estabelecer uma leitura do território da Mata Alagoana e pretende estabelecer uma relação dos municípios que não compõem o APL com os municípios que compõem. Dentre todos os municípios que não integram o que mais se destaca na renda *per capita* é Atalaia com uma renda de R\$ 423.28 reais, Viçosa com R\$ 313.92 reais segue na segunda colocação, esse dado reflete a atuação das usinas de beneficiamento de cana-de-açúcar, bem como a continua prática do cultivo canavieiro ainda muito forte na região.

É preciso observar, todavia que os municípios que apresentam renda *per capita* entre R\$ 200.00 e R\$ 300.00 reais indicam um patamar intermediário para a renda, levando em

consideração uma realidade diferenciada destes municípios. O município de Mar vermelho apresenta uma renda de R\$ 297.05 reais, os municípios de Pindoba R\$ 292.06 e segue Pilar com R\$ 227.05 reais, nestes municípios a agricultura é muito pouco explorada como é possível identificar a partir dos dados já apresentados anteriormente. O que fica visível é que o funcionalismo público e as políticas de transferência de rendas exercem alta influência na renda *per capita* destes municípios. O município de Cajueiro apresenta R\$ 259.72 reais e tem como características similares as existentes no município de Atalaia e recebe influência direta do cultivo da cana-de-açúcar. Os demais municípios apresentam renda abaixo dos R\$ 200.00 reais.

Referindo-se aos municípios que compõem o Vale do Mundaú, vale destacar que entre os municípios que tem a menor renda *per capita* da Mata Alagoana estão Murici com R\$ 176.62, Iateguara com R\$ 177.55 e União dos Palmares com R\$ 178.79 reais. Os municípios de Santana do Mundaú R\$ 293.85, e São José da Laje R\$ 220.92, Branquinha R\$ 260.20 reais, já União dos Palmares apresenta R\$ 178.79, Iateguara R\$ 177.55 e Murici R\$ 176.62 reais.

Tabela 12 – Indicadores socioeconômicos I

Município	Renda Per Capita – (R\$)	IDEB	Extremamente Pobres (%)	Vulneráveis à Pobreza
Atalaia	423.28	3.30	16.39	73.57
Branquinha*	260.20	2.90	13.72	85.08
Cajueiro	259.72	3.20	17.05	88.52
Capela	183.83	3.40	16.49	91.21
Chã Preta	199.58	3.40	23.42	86.35
Iateguara*	177.55	3.00	25.56	90.72
Mar Vermelho	297.05	3.70	18.20	83.19
Murici*	176.62	3.30	18.50	91.72
Paulo Jacinto	194.73	3.70	20.93	92.16
Pilar	227.05	3.40	15.20	83.70
Pindoba	292.06	3.50	23.00	81.94
Quebrangulo	195.26	3.60	27.11	88.95
Santana do Mundaú*	293.85	3.80	27.39	82.49
São José da Laje*	220.92	3.70	9.97	86.58
União dos Palmares*	178.79	3.20	15.38	92.16
Viçosa	313.92	3.50	29.56	82.73
Total

Fonte: INEP/MEC; IBGE, Censo Demográfico, 2010.

(*) Municípios que compõem o APL Fruticultura no Vale do Mundaú.

O IDEB é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), tem como finalidade medir o nível de qualidade do aprendizado nas escolas brasileiras e buscando estabelecer diretrizes e metas que almejam melhorias para o ensino. O mesmo busca tratar indicadores nacionais que monitorarem a qualidade da Educação pela população, por meio de dados concretos, nesta perspectiva são traçadas as melhorias e a população pode mobilizar suas demandas¹².

Em função da disponibilidade dos dados é para desenvolver o IDEB, a partir do ano de 2005 o desempenho da educação é motivo de preocupação por parte dos administradores públicos. Esse índice é composto e sistematizado para os períodos da 1^a a 4^a Série, da 5^a à 8^a série e ao final do 3^o ano do ensino médio. Esse índice pode variar de 0 a 10 e inclui alguns indicadores importantes: as notas são padronizadas para as avaliações de Matemática e Leitura (Prova Brasil); a taxa média de aprovação como afirma (ANDREWS; VRIES, 2012, p. 832). É nesse momento que os dois indicadores se articulam e é levado em consideração um mecanismo de compensação entre o desempenho dos alunos nos exames e a taxa de aprovação obtida nas instituições de ensino, essa compensação é da ordem de 10% na taxa média de aprovação com o aumento de 10% no desempenho dos alunos.

É possível entendermos como o impacto identificado nos dados referente aos pobres, bem como aos que estão em condições de vulnerabilidade à pobreza refletem-se no desempenho escolar. Na tabela 12 podemos observar que o índice varia de 2.90 do município de Branquinha aos 3.80 do município de Santana do Mundaú, ambos localizados no Vale do Mundaú. O que é possível observar, que trata-se de municípios com altos índices vulnerabilidade a pobreza o município que destaca-se dos demais é Atalaia, com uma 73.57 pontos, porém sua média no IDEB chega a ser inferior a de outros municípios.

Dois municípios que obtiveram melhores média no IDEB são justamente os que fazem parte do arranjo produtivo, Santana do Mundaú com média de 3.80 e São José da Laje com 3.70 de média. Não podemos confirmar que esses números são reflexos do fortalecimento do arranjo produtivo e muito menos estabelecer uma relação direta com a renda *per capita*, pois como já foi dito esses indicadores levam em consideração variáveis distintas para calcularem suas médias.

¹² O <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb> conceito de Cadeia Produtiva.

O índice de Gini é uma das medidas que dimensiona a desigualdade, mais utilizadas por estudiosos e órgão que realizam levantamentos estatísticos de inúmeras áreas. A análise varia de 0 a 100 (ou de 0 a 1) segundo a escala desejável e aplicável à análise, com valores maiores indicando indicam potenciais desigualdades (MENDES, 2014, p. 82). Na análise do índice de Gini no período que compreende as décadas de 2000 e 2010, destacam-se o município de São José da Laje que reduziu seu índice de Gini na ordem de 0.12 pontos o município com maior redução do território da Mata Alagoana. Os demais municípios do território que apresentaram redução sempre inferior aos 0.10 pontos. Vale destacar que, ocorreu o processo inverso em alguns municípios, Cajueiro apresentou um aumento no seu índice na ordem de 0.3 pontos. Outro município na mesma condição é Pindoba com um aumento ainda maior na ordem de 0.7 pontos. Municípios com redução muito baixo como Ibateguara com apenas 0.2 pontos, União dos Palmares 0.3 pontos, Pilar somente 0.2 pontos.

Tabela 13 – Indicadores socioeconômicos II

Município	IDHM		Índice de Gini	
	2000	2010	2000	2010
Atalaia	0.407	0.561	0.54	0.50
Branquinha	0.311	0.513	0.54	0.42
Cajueiro	0.385	0.562	0.46	0.49
Capela	0.379	0.573	0.57	0.49
Chã Preta	0.383	0.575	0.57	0.50
Ibateguara	0.402	0.518	0.55	0.53
Mar Vermelho	0.391	0.577	0.57	0.47
Murici	0.420	0.527	0.53	0.48
Paulo Jacinto	0.420	0.589	0.56	0.52
Pilar	0.418	0.610	0.53	0.51
Pindoba	0.355	0.574	0.51	0.58
Quebrangulo	0.384	0.559	0.63	0.53
Santana do Mundaú	0.356	0.519	0.57	0.49
São José da Laje	0.402	0.573	0.60	0.48
União dos Palmares	0.406	0.593	0.56	0.53
Viçosa	0.415	0.586	0.63	0.59
Total

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000; IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Os dados que apresentam o IDHM são mensurados a partir do IDH de educação (alfabetização e taxa de matrícula), IDH longevidade (esperança de vida ao nascer) e o IDH de renda (PIB *per capita*). O índice trabalha com padrão semelhante ao utilizados por outros índices, ou seja, de 0 a 1, porém, “zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total)”. Municípios com IDHM até 0.499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; 0.500 e 0.799 são consideradas de desenvolvimento humano médio; municípios com IDHM maior que 0.800 têm desenvolvimento humano considerado alto (ROMERO, 2006, p. 3).

A partir dos dados apresentados é possível estabelecer uma relação comparativa do IDHM das décadas de 2000 e 2010. De modo que melhorar o IDHM no território da Mata Alagoana, é o desafios, onde destaca-se o município de Pilar que estabeleceu uma melhora na ordem de 0.208 é o único município com IDHM acima dos 0.600, o único do território da Mata Alagoana. O município de Branquinha também apresentou uma melhora considerável de 0.202 IDHM, ou seja, semelhante à melhora apresentada por Pilar.

Assim, estabelecer uma relação direta entre IDHM e índice de Gini, como é possível observar na figura 10 abaixo descrita, é algo muito complicado, pois ambos os índices analisam variáveis diferenciadas e estabelecem diferentes graus de importância as mesmas. Aqui a finalidade da exposição e análise dos dados é identificar como os parâmetros e indicadores propostos estabelecem uma evolução no desenvolvimento rural destes municípios, bem como do território.

É possível identificar a partir das informações expostas como são evidentes as alterações e como os dados apresentados de forma substancial. Vale destacar que, a exposição destes dados tem como finalidade evidenciar a problemática e evolução destes índices e seus respectivos indicadores. Verifica-se a pouca evolução nos dados e como esses municípios carregam uma herança negativa de seus processos de colonização, uso da terra e os diferentes ciclos econômicos.

4.2 Dificuldades para Agregar Valor e Comercializar Produtos

Na busca em confrontar os dados e informações coletadas a partir do questionário de identificação das dificuldades para agregar valor e comercializar produtos da pequena

agroindústria familiar. Esse questionário é fruto de uma das primeiras demandas realizadas no ano de 2014 pelo projeto NEDET, onde minha efetiva participação como assessor territorial de inclusão produtiva no território da Mata Alagoana possibilitou o acesso aos dados. A partir deste é possível fazer uma leitura dos principais canais de comercialização utilizados pelos agricultores.

Tendo como marco inicial a análise das questões que apontam as dificuldades encontradas pelos agricultores familiares e os empreendimentos (pequena agroindústria familiar) integrantes do APL: Quando perguntados quais as principais dificuldades; 40% dos entrevistados atribuem à burocracia; outros 10% indicam dificuldades ligadas aos custos operacionais empenhados nas ações; problemas com a legislação em vigência correspondem a 10% das dificuldades; e a estrutura física dos empreendimentos é identificada por 40% dos entrevistados como dificuldades; questões como crédito, mercado, obtenção de matérias primas, mão de obra, controle de qualidade nos processos de industrialização e assistência técnica não foram citadas neste item, mesmo existindo as opções.

No que tange a utilização de marcas de identificação de produtos e selos de certificação: os atores inseridos nos empreendimentos nos quais 40% indicam já possuem a certificação orgânica dos cultivos; outros 20% informam já possuem o selo de comércio justo; 20% indicam já possuem o selo da agricultura familiar (Sipaf); vale destacar que 20% dos entrevistados indicam não possuem nenhum selo em seus empreendimentos.

Nesta mesma perspectiva os entrevistados foram perguntados se dentre os selos quais eram os mais almejados pelos empreendimentos, (associados e cooperados): Dentre os selos mais desejados está o Sipaf com o interesse de 60% dos entrevistados; a pretensão em possuir o selo orgânico e identificada por 20% dos entrevistados; mais 10% manifestam o interesse em aderir o selo de comércio justo; e apenas 10% dos entrevistados não manifestam interesse ou conhecimento em preterir algum dos selos analisados.

Buscando mensurar quais as principais dificuldades dos empreendimentos no processo para habilitarem suas propriedades e empreendimentos à certificação orgânica: nas respectivas alternativas indicadas no questionário, 40% dos entrevistados indicaram dificuldades envolvendo os altos custos para avaliar as diferentes conformidades (certificação ou sistemas participativos); a aplicação das normas orgânicas e as devidas mudanças na produção voltadas para a agroindustrialização foram indicadas por 20% dos entrevistados como dificuldades; a falta de valorização e reconhecimento por parte do mercado e dos consumidores é indicado como uma dificuldade por 40% dos entrevistados.

Fatores que envolvem a resistência dos agricultores a aderirem aos princípios e práticas agroecológicas e orgânicas: foi indicado por 60% dos entrevistados como a principal dificuldade; outros 20% indicam a assistência técnica como fator de dificuldades; a falta de crédito destinado ao custeio e investimentos foi indicada por 20% dos entrevistados como uma dificuldade, principalmente para dinamizar o processo de conversão para os sistemas agroecológico e orgânico.

As principais dificuldades encontradas pelos empreendimentos (pequenas agroindústrias familiares) no processo de obtenção do selo de agricultura familiar (Sipaf): 60% dos entrevistados indicaram muita demora no processo de obtenção do selo; outros 20% alegam problemas no fato dos produtos ainda não possuírem reconhecimento do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI); a falta de reconhecimento e valorização do selo, por parte do mercado e dos consumidores representa 20% dos entrevistados.

Para dimensionar os problemas que envolvem o processo de comercialização por parte dos empreendimentos: a primeira dificuldade encontrada é refletida nos elevados custos, onde 40% dos empreendimentos tem essa dificuldade; a baixa escala na comercialização foi outro problema apresentado por 10% dos entrevistados; a concorrência foi citada por outros 10% como potencial problema; e as dificuldades direcionadas a baixa margem de lucro representa 40% das dificuldades.

Dificuldades e exigências impostas pelos mercados: representando 80% das dificuldades voltadas aos produtos de origem orgânica e agroecológica; problemas e dificuldades com a sazonalidade representam outros 20%; exigências ligadas ao transporte e logística representam 60% das dificuldades; a falta de profissionalização no processo de comercialização foi identificada por 60% dos entrevistados; questões como o interesse em comercializar a partir de sites na internet foram abordadas por 70% dos entrevistados.

A participação dos produtores em centrais de abastecimento e comercialização: tem a aceitação de 70% dos entrevistados, afirmando que esse entreposto facilitaria a comercialização como um todo; a venda direta ao consumidor é outra opção além da feira livre é 60% dos entrevistados pretendem obter maior conhecimento e domínio nesse segmento.

No que refere-se às principais demandas na área da agroindustrialização da produção: 40% dos empreendimentos indicam dificuldades direcionadas as análises diversas em laboratórios, principalmente de solo e água, exigências em compor projeto para capacitação de recursos; na perspectiva da assessoria técnica voltada ao processo de

agroindustrialização 40% dos entrevistados, indicaram haver demandas para esses serviços nos empreendimentos; ações voltadas à capacitação de boas práticas de fabricação corresponde a 20% da necessidade de empenhar esforços nessa direção.

Dimensionando informações direcionadas a potencializar ações voltadas à capacitação e controle de qualidade: as demandas voltadas a agroindustrialização da produção representam 40% da demanda inserida no contexto do APL; a criação e manutenção de marcas, rótulos e códigos de barra são demandas identificadas para 40% dos empreendimentos; demandas direcionadas a infraestrutura físicas e aos equipamentos utilizados nas unidades de beneficiamento representa 20% e busca potencializar a produção, a partir da agroindustrialização; outros 40% demonstram interesse em demandas direcionadas as melhorias nas plantas e projetos das unidades, buscando adequar às exigências da legislação em vigência no estado.

A realização de cursos e capacitações por universidades: essa demanda voltada aos agricultores envolvidos nos processos produtivos da cadeia produtiva da fruticultura do Vale do Mundaú, representa 40% dos interessados; para explorar o acesso e obter maiores informações sobre os mercados privados, 80% dos entrevistados manifestaram interesse nesta demanda; na perspectiva do fortalecimento e venda direta ao consumidor 60% dos entrevistados buscam obter maiores esclarecimentos referente a essa temática.

Expondo demandas que atendem as questões ligadas à exploração de potencialidades existentes no território da Mata Alagoana, onde 60% dos entrevistados tem interesse em explorar o turismo rural e o turismo agroindustrial. Essas demandas direcionam suas atividades ao que Schneider (2007), afirma ser Pluriatividade¹³. Assim, estes espaços passam a exercer influência além do rural, desenvolvendo atividades e multifuncionalidades no território.

Como alerta Lopes (2013, p. 286), a essas questões que estão direcionadas a explorarem um público urbano é preciso ter em mente que as possibilidades do desenvolvimento dessas atividades é preciso observar que,

“[...] o mundo rural em sua diversidade, ressaltando as singularidades e especificidades criadas pela forma como ele se insere no processo mais

¹³ Nesta perspectiva a pluriatividade indica ser um fenômeno que utiliza-se da combinação entre múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que fazem parte da mesma família. De modo que, a pluriatividade influencia diretamente na ocupação das pessoas que estão inseridas nesta família. Não se trata de atividades não agrícolas, trata-se de estratégias dos indivíduos e das famílias rurais que podem ou não optar pela combinação de mais de um tipo de trabalho (SCHNEIDER, 2007, p. 17).

amplo de desenvolvimento capitalista no período contemporâneo, porém, ao mesmo tempo, tendo o devido cuidado com generalizações totalizadoras” (LOPES, 2013, p. 286).

O autor destaca ainda que o crescimento das atividades não agrícolas, principalmente ligados à prestação de serviços nas áreas rurais, contribuiu para estabelecer uma nova abordagem e argumentação que conduz a reflexões ao um novo enfoque no que se refere ao que intitula-se de rural (LOPES, 2013, p. 286).

Assim, podemos entender o desenvolvimento rural como um processo ainda em construção, a partir de experiência ainda em desenvolvimento em países da Europa e América do Norte.

Buscando indicar potencialidades e demandas que refletem interesses dos produtores/agricultores familiares e integrantes das pequenas agroindústrias familiares: partindo dos dados direcionados aos Mercados Institucionais, 80% dos entrevistados pretendem acessar conhecimento e domínio de todos os processos voltados aos Mercados Institucionais (PAA/PNAE); o interesse em possuir um setor específico e profissional para comercialização é compartilhado por 40% dos produtores; outra demanda levantada é o acesso à assessoria técnica especializada e voltada as questões de mercados diversificados, 100% dos entrevistados tem interesse nesta demanda.

O funcionamento e as peculiaridades que permitem a valorização dos produtos regionais dizem respeito à abrangência de alimentos regionais as dificuldades mais frequentes dos empreendimentos na comercialização nos mercados institucionais (PAA/PNAE): é atribuída alta importância aos 80% dos entrevistados que agregam preocupação aos empreendimentos que não fornecem para os mercados institucionais; outros 20% atribuem média importância às mesmas questões.

Para elaboração de projetos de venda: os 40% dos entrevistados atribuíram alta importância a essa questão; outros 20% agregam média importância; e 40% atribuíram pequena importância à mesma questão. *Tendo em vista que essa demanda proporciona impulsionar as vendas em diferentes segmentos, a falta de planejamento:* é vista por 40% dos entrevistados como sem importância; já outros 40% agregaram alta importância a essa a esta demanda; somente 10% dos entrevistados atribuíram média importância a essas questões; outros 10% não atribuí importância alguma ao planejamento.

No que se refere às margens de lucro reduzidas 40% dos entrevistados indicam pequena importância. Mencionou média importância 40% dos entrevistados, outros 20% dos entrevistados alegam não haver importância (sem importância). Os baixos preços ofertados

pelos produtos são avaliados por 40% dos entrevistados como média importância, outros 40% não atribuíram importância e apenas 20% indicaram pequena importância a essa questão.

Como as dificuldades envolvendo a sazonalidade afetam a funcionalidade do programa de mercados institucionais. Nesta perspectiva 100% dos entrevistados informaram não haver importância para essas questões. *No que constam questões ligadas ao transporte e infraestrutura*: foi identificada por 60% dos entrevistados alta importância às questões; outros 20% informaram não haver importância (sem importância); no que tange questões ligadas a (infraestrutura insuficiente ligada à agroindustrialização, armazenagem, etc.), os entrevistados acreditam não existir importância (sem importância); e outros 20% atribuem alta importância a esses aspectos.

Com relação à falta de conhecimento referente aos editais e licitações de compras institucionais: para 80% dos entrevistados não existe importância (sem importância) a essas questões; outros 20% atribuí alta importância à mesma questão. Esse fator ocorre muito em função da já consolidada institucionalidade a partir deste processo, as redes se difundem e consolidam-se entre os atores sociais do território; problemas ligados aos editais, ou seja, com demandas inadequadas é um dos fatores indicados por 60% dos entrevistados creditam a esse problema não haver importância (sem importância); e outros 40% atribuem baixa importância à mesma questão.

Questões ligadas à assistência técnica para os agricultores familiares e para os empreendimentos: 80% informaram que esse serviço é de alta importância e outros 20% indicam média importância. Problema com documentações dos empreendimentos foram indicados por 100% dos entrevistados que atribuíram alta importância a essa questão; já referente ao pagamento efetuado por parte dos entes públicos, os 100% dos entrevistados indicam alta importância.

Assim, a partir da análise idealizada pelo processo de georreferenciamento realizado pela Superintendência de Desenvolvimento Regional da Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico (SEPLANDE) e sistematizada por Silva Júnior (2014). Possibilitou ter acesso a uma amostra relativamente grande conforme já foi informado, reforçando de forma clara os aspectos positivos apresentados pelo relatório, bem como pelo estudo idealizado pelo autor. Cabe agora realizar uma análise contrapondo as informações pelo viés da agroecologia.

Os questionários aplicados a partir do primeiro produto do projeto NEDET em Alagoas possibilitaram fazer uma leitura das dificuldades. Nesse contexto é abordado o

acesso, as demandas e problemas existentes junto aos mercados institucionais, bem como problemas no acesso a outras formas de comercialização, a venda direta ao consumidor e os mercados privados. As empresas locais exercem destaque como afirmam Albagli; Maciel (2002, p. 6), à medida que são utilizadas como veículo pelo qual as relações sociais, culturais, institucionais, econômicas se estabelecem. Assim, contribuem para a construção dos códigos e valores que incidem diretamente nas atividades produtivas de um território.

No ano de 2014, Silva Júnior (2014, p. 99-101), identificou e considerou em suas reflexões alguns entraves na comercialização dos produtores que integram o APL. Vale considerar que o seu estudo não deu ênfase a questão agroecológica e orgânica da produção. Assim, o autor confirma a existências de,

“[...] Práticas clientelistas ainda estão muito presentes na gestão do poder público local, fato esse que também interfere na adoção de políticas de desenvolvimento regional, adotadas em grande escala pelo governo federal, onde a questão crucial é saber como romper com essas velhas práticas fazendo do espaço político local uma esfera de representação efetiva do conjunto da população e que possa de fato e de direito se traduzir em melhores condições de trabalho para os agentes envolvidos na agropecuária, vislumbrando, assim, um horizonte próspero para a sua atividade” (SILVA JÚNIOR, 2014, p. 99).

Porém como é possível identificar nas questões abordadas, junto aos produtores que atuam a partir dos princípios agroecológicos e explora o nicho de mercado orgânico, essa questão não foi identificada como um real problema junto a esses agricultores. Já que suas conquistas e desafios por autonomia, no cultivo, na produção e beneficiamento, bem como na comercialização rompem a dependência às práticas clientelistas. Mesmo tendo uma real resistência por parte de agricultores e assentados que cultivo no manejo convencional, essa resistência está presente também no poder público local.

Nesta mesma perspectiva o autor confirma a não existência de atividades ligadas a pluriatividade, porém os agricultores pautados nos princípios agroecológicos atuam de forma pluriativa, bem como valorizam a questão de gênero, “no apêndice” segue as fotografias que ilustram essas atividades, como exemplo artesanatos produzidos a partir da fibra da bananeira, a exemplo da Aproagro no Assentamento Zumbi dos Palmares, onde as mulheres desenvolvem a gestão do lote e os homens, desenvolvem outras atividades, além de apoiar as mulheres nas atividades mais pesadas.

Na perspectiva direcionada as Compras Institucionais (PAA e PNAE) Silva Júnior chega a seguinte conclusão,

“[...] preços praticados no canal de comercialização estudado, é importante conhecer o seu funcionamento relacionados ao produto em questão, como um instrumento na adoção de políticas públicas para um melhor desenvolvimento dos canais de comercialização estudados e na melhor compreensão de como esses mercados funcionam. De forma, a retirar certo poder de comercialização do intermediário, quando sua presença é nociva. A interferência do governo via PAA e PNAE podem moldar melhor o comportamento desse intermediário que não vai deixar de existir. O mal intermediário interfere e leva ao vazamento da renda gerada na região impedindo um processo de “endogeneização” (SILVA JÚNIOR, 2014, p. 99).

Assim, o que identifica-se atualmente são os atores envolvidos nos projetos e ações desenvolvidos pelo APL, na perspectiva da agroecologia que buscam desenvolver suas atividades direcionadas em várias frentes. Verificou-se a consolidação principalmente das feiras orgânicas, já que a venda direta ao consumidor agregam melhores valores aos seus produtos, bem como possibilitam a comercialização de outros produtos, sejam eles beneficiados nas Pequenas Agroindústrias Familiares e os artesanatos feitos pelas mulheres. Porém as informações coletadas nos questionários confirmam a existências de parte dos problemas apontados pelo autor.

Para tanto atualmente, identificou-se iniciativas inovadoras desenvolvidas pelos gestores da Coopla, onde a cooperativa efetua a substituição de produtos fornecidos para as escolas via PNAE. Esse processo ocorre muito em função dos problemas de sazonalidade dos cultivos, ou pode ser atribuídos aos problemas com a produção, os gestores fazem contato com as nutricionistas das prefeituras e propões a substituição de frutas com o mesmo valor nutricional no fornecimento para merenda escolar. Essas iniciativas valorizam outros produtos e agregam valor a outros produtos como a laranja lima orgânica, banana orgânica, acerola, limão entre outros.

Demora que esse cenário produtivo conduzido pela agroecologia vem ganhando novos consumidores e conseqüentemente outras instituições que estão em fase de transição agroecológica junto aos produtores do APL. É possível que em médio prazo possa-se identificar melhorias ainda mais abrangentes em nível estadual, a caravana agroecológica já partiu no sentido prático e figurado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em questão possibilitou apresentar os avanços, entraves e alterações produtivas utilizando a análise das dimensões, econômica, social, político institucional, cultural e ambiental do Território da Mata Alagoana, a partir dos municípios que compõem o Vale do Mundaú, por se tratar do recorte espacial das ações do Arranjo Produtivo local Fruticultura no Vale do Mundaú, neste cenário estão dispostos os municípios de Branquinha, Murici, União dos Palmares, Santana do Mundaú, São José da Laje e Ibateguara.

Porém só a partir de uma análise das políticas públicas e programas com enfoque no Desenvolvimento Rural e como estas estão dispostas, ou seja, acesso e abrangência da população dos municípios do Território da Mata Alagoana. Somente assim, foi possível dimensionar os entraves e potencialidades produtivas que possibilitou realizar reflexões referentes à viabilidade e importância destas políticas neste território. Levando em consideração a proposição de parâmetros e indicadores que possibilitassem obter as respostas as diferentes problemáticas levantadas, bem como responder aos diferentes objetivos propostos.

No que tange ao atual cenário dos respectivos programas aqui analisados é irrefutável a importância a eles atribuída, porém, a atual conjuntura política e econômica nos faz realizar uma leitura não tão favorável ao desenvolvimento destas políticas e programas, a partir do atual contexto político brasileiro. O exemplo mais emblemático está ligado à junção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao Ministério da Casa Civil, tendo algumas das políticas à perda de força até o seu completo desaparecimento. Esse fato coloca em xeque um dos programas aqui analisados o Programa Território de Cidadania.

A crise econômica a qual o Brasil tem passado levou as instituições que atuam diretamente no PAPL do estado de Alagoas, a cortarem custos e isso levou a redução de parte de suas atividades, a exemplo do SEBRAE que atua em parceria com o Estado na gestão do Programa de Arranjos Produtivos Locais. Porém o sucesso dos APLs em Alagoas levou a administração a traçar novas diretrizes para o PAPL. Neste novo formato além de contar com os APLs incluirá os Aglomerados e Cadeias Produtivas “a exemplo da Cadeia Produtiva do Inhame, existente no Vale do Paraíba, Território da Mata Alagoana”, considerando características e análises ligadas às dimensões social e econômica. É possível que nessa reestruturação a agroecologia venha exercer protagonismo, já que o sucesso de suas ações é

visível e coloca o estado de Alagoas em uma colocação privilegiada na difusão da agroecologia junto ao APLs no Brasil.

É possível constatar a existência de novas territorialidades a partir da agroecologia, à medida que as associações e cooperativas analisadas fortalecem os respectivos segmentos e agregam melhorias na qualidade de vida e contribuem para a redução da desigualdade no rural dos municípios que integram o APL. O surgimento e fortalecimento de processos como a inserção da pequena agroindústria familiar contribuiu para este processo dando dignidade aos produtores e reduzindo a dependência aos atravessadores e contribuindo para a formalização e acesso a novos mercados e formação de eventos e feiras temáticas itinerantes e fixas.

Na perspectiva do acesso e abrangência dos agricultores familiares que integram o APL ao Programa de Compras Institucionais, foi possível observar a importância atribuída ao programa, bem como suas demandas, entraves e dificuldades. Vale destacar o pioneirismo deste território no acesso ao PAA já que o município de Viçosa foi o primeiro a aderir o PAA na modalidade Compra com Doação Simultânea. Entre outras questões identificaram-se iniciativas pautada em inovações como o fornecimento de suco de laranja lima com limão as escolas dos municípios de Santana do Mundaú, São José da Laje e Branquinha, produto desenvolvidos pelos próprios cooperados e associados das entidades; Cooplal, Ecoduvale e Aproagro. No ano de 2015 tiveram participação direta 44 grupos na comercialização via CONAB, totalizando 1,400 agricultores familiares e aproximadamente 11 milhões somente no PAA e a comercialização via PNAE dos 30% com as prefeituras.

Cabe destacar a pequena redução no IDHM dos municípios e a baixa escolaridade dos atores que integram o APL, isso é atribuído muito ao baixo investimento em educação e saúde nestes municípios. Recentemente foi possível identificar o fechamento de inúmeras escolas nos assentamentos e em diferentes partes da zona rural dos municípios, bem como o baixo investimento em programas como PRONATEC CAMPO, onde a equipe do NEDET atuou diretamente no levantamento das demandas, junto ao APL e os representantes das Secretarias Municipais de Educação e outras entidades do território. Onde poucos cursos dos almejados pelos atores foram contemplados, bem como o baixo número de inscritos e turmas.

Neste sentido, espera-se também que esta pesquisa seja capaz de despertar o interesse de estudantes, pesquisadores e porque não, dos gestores públicos de outras localidades, a fim de replicarem o modelo desenvolvido rural estimulado pelo APL no Território da Mata Alagoana. A discussão em torno do desenvolvimento rural e do fortalecimento dos arranjos produtivos locais e as diferentes institucionalidades. Nesta perspectiva reflexões envoltas a

proposição do conceito de “*Arranjo Produtivo Local Rural*”¹⁴ no qual a agroecologia e suas diferentes dimensões exerça protagonismo no processo de desenvolvimento local.

Nesta concepção vale reconhecer que é de suma importância, levar em consideração a base competitiva do arranjo produtivo e institucional proporcionado pelo APL, na qual suas ações não se restringem a um setor único. Podendo promover diferentes habilidades produtivas dos produtores/agricultores, fortalecer as diferentes redes, contribuir no surgimento e fortalecimento das pequenas agroindústrias familiares dentro das comunidades rurais e assentamentos, bem como promover e fortalecendo as sinergias locais.

Na perspectiva da agroecologia e o acesso ao nicho dos orgânicos é possível identificar um alto potencial produtivo em uma escala que anda em constante crescimento. Cabe destacar o caráter inovador atribuído ao APL. Os avanços alcançados pela fruticultura alagoana perpassam as fronteiras do estado. Muitos destes avanços vêm sendo potencializados a partir de atividades direcionadas ao fomento à produção, comercialização, gestão e capacitação destes agricultores familiares.

Atualmente o Vele do Mundaú é referência em práticas agroecológicas e de produção orgânica no estado de Alagoas. Com uma certificação orgânica homologada pelo Ministério da Agricultura em Alagoas, no último levantamento realizado pela coordenação do APL existem 90 agricultores familiares com certificação orgânica em todo estado, destes 51 são integrantes do APL. Essa certificação possibilitou o início da formalização e um rearranjo produtivo que orienta um novo processo de desenvolvimento rural, apoiado pelas políticas públicas, programa e ações aqui analisadas, modificando o rural do Território da Mata Alagoana.

Buscando desta forma, produzir conhecimentos que cada vez mais nos aproximem da realidade abordada nas dimensões analisadas junto aos agricultores, sejam eles assentados ou não, camponeses ou familiares. Essa percepção sobre os arranjos produtivos, as instituições e a agroecologia nos permite direcionar e aprofundar reflexões e superar limitações metodológicas que impossibilitam explorar uma gama maior de autores e avançar nas discussões e possibilidades envolvidas à temática.

¹⁴ “Aglomerações geográficas de caráter territorial que incorporam junto aos atores “parâmetros e indicadores” ligados à rede social, governança territorial, equidade, diversidade, a resiliência, ao capital social e a inovação. E que possibilitam explorar dimensões de caráter econômico, político institucional, social, cultural e ambiental. Possibilitando identificar, explorar e potencializar ações e programas ligados a políticas públicas que estimulam o processo de desenvolvimento rural em diferentes escalas, local, territorial e regional”.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo e **VEIGA**, José Eli (1999). “Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). In: GUEDES, Vicente G. F. e **SILVEIRA**, Miguel Ângelo. **A agricultura familiar como base do desenvolvimento rural sustentável**, EMBRAPA/CNPMA, Jaguariúna, SP.

ABDALLA, José Jorge A.; Experiência ambientais em arranjos produtivos locais: o caso dos arranjos moveleiros em Bento Gonçalves e São Bento do Sul. In. OLIVEIRA, José Antônio Puppim de (Org.). **Pequenas empresas, arranjos produtivos locais (APLs) e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2009, p. 228.

ALAGOAS, Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico de Alagoas. **Plano de Desenvolvimento Preliminar, APL de Fruticultura no Vale do Mundaú**. 2014, p. 51.

ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. In: LAGES, Vinícius; **BRAGA**, Christiano; MORELLI, Gustavo (Orgs.). **Território sem Movimento: Cultura e Identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: SEBRAE, 2004. p. 25-69.

ALBAGLI, Sarita; **MACIEL**, Maria Lúcia. **Capital social e empreendedorismo local. Políticas para Promoção de Sistemas Produtivos Locais de MPME Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**. 2002, p. 1-28 – www.ie.ufrj.br/redesist.

ALVES, A. F. **CORRIJO**. Beatriz R., CANDIOTTO (Org), Zanetti P.; **Desenvolvimento territorial e Agroecologia**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão popular, 2008.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária Ed., 2002, p. 592.

_____. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998, p. 110.

NOTA TÉCNICA 11, **Análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos impactos dos grandes projetos federais no Nordeste**. www.ie.ufrj.br/redesist.

ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidade, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e o poder local. In. SANTOS, Milton *et al.*, (Orgs.) **Território Globalização e Fragmentação**. São Paulo, Hucitec, 1994, p. 213-220.

ANDRADE, M. C. O. **Usinas e Destilarias de Alagoas: Uma Contribuição ao Estudo da Produção do Espaço**. Maceió: EDUFAL, 2010, p. 138.

ANDREWS, Christina W. ; **VRIES**, Michiel S. de. **Pobreza e Mundialização da Educação: análise dos resultados do IDEB (2005-2009)**. Cadernos de Pesquisa, v. 42, n. 147, p. 826-847, setembro/dezembro, 2012.

AQUINO, Joacir Rufino; SCHNEIDER, Sérgio. O PRONAF e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: Grisa, Catia; **SCHNEIDER, Sérgio** (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015, p. 624.

ARAÚJO, Carlos Augusto Moraes e. **Caracterização da Associação dos Pequenos Agricultores no Contexto do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira- SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2005.

ASSIS, Renato Linhares de; **ROMEIRO, Ademar Ribeiro**. **Agroecologia e Agricultura Familiar na Região Centro-Sul do Estado do Paraná**. RER, Rio de Janeiro, vol. 43, n. 01, jan/mar 2005 – Impressa em março, 2005, pp. 155-177.

ATKINSON, Anthony B. – **Desigualdade: o que pode ser feito?** Tradução; Elisa Câmara, - São Paulo; LeYa, 2015, p. 427.

AVRITZ, Leonardo. **Um desenho institucional para o novo associativismo. Lua nova, revista de cultura e política**. São Paulo, n. 39, 1997, p. 148-174.

BAGNASCO, A. TREMITALIE. **La problemática territoriale dello sviluppo italiano**. Bologna: Il Mulino, 1977.

BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão de Agronegócio: textos selecionados**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2005. 465p.

BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. 2002, pp.1-21. Disponível em: <http://www.anppas.org.br>. Acesso em: 28/05/2010.

BRASIL, Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **PRONAF – Pronaf Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília, maio de 1996.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Orientação para constituição e funcionamento dos colegiados territoriais**. Brasília: MDA/Departamento de gestão territorial. 2009.

BRASIL. **PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO** – 2014. Brasília, abril de 2015. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/RelatorioGestao2014.pdf.pagespeed.ce-t0LhupiRB.pdf>>. Acesso em 19 de agosto de 2015.

BRASIL/MDS. **Boletim**. Brasília, 2015. Disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/nucleo/grupo.php?id_grupo=78>. Acesso em 19 de agosto de 2015.

BRASIL/MEC. **O que é o Pronatec?** Brasília, 2015. Disponível em <<http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/o-que-e-o-pronatec>>. Acesso em 19 de agosto de 2015.

BRASIL/PRONATEC. Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar, 2015, p. 520.

BRASIL/SDT/MDA. **PROINF 2012. Projetos Territoriais – Alagoas**. 2012. Disponível em < www.agricultura.al.gov.br/cedafra/.../PROINF%20%202012.pptx>. Acesso em 19 de agosto de 2015.

BUAINAIN, Antônio Márcio. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**; Brasília. - Brasília: IICA, vol. 5, 2006.

BOBBIO, R. **Estado, Governo, Sociedade; por uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CAPORAL, Francisco Roberto; **COSTABEBER**, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre. **EMATER/RS-ASCAR, (Série Programa de Formação Técnico-Social da EMATER/RS: Sustentabilidade e cidadania, texto 5)**, 2002.

CAMPOS, Arnaldo de; **BIANCHINI**, Valter. A Agricultura Familiar passa a ser uma prioridade do Estado. In. Brasil. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

CARVALHO, Paulo. **Patrimônio e (RE) Descoberta dos recursos naturais na transformação do conceito de território**. Cuestiones Constitucionales, n. 15, jul/dez 2005.

CARA, Roberto Bustos. Territorialidade e identidade regional no sul da Província de Buenos Aires. In. SANTOS, Milton *et al.* (Orgs.) **Território Globalização e Fragmentação**. São Paulo, Hucitec, 1994, p. 233-246.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. Tradução: Raul Polillo; 2ª ed., Edições Melhoramentos, 1962.

CASSIOLATO, J. E. & **LASTRES**, H. M. M. O foco em Arranjos Produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: **Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Org. LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J.E.; MACIEL, M.L. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CASTELLS, Manuel - A Sociedade em Rede. São Paulo. Paz e Terra, 1999 a. In: **A Era da Informação: Economia Sociedade e Cultura, v. 1**.

CASTILHO e SILVA, Carolina Braz de. **O Programa Bolsa Família no meio rural: um caminho do desenvolvimento no Rio Grande do Sul?** Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de ciências sociais, PPGDR, Porto Alegre, BR-RS, 2014, p. 201.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome: (o dilema brasileiro: pão ou aço)**. Edição 10ª Revisada, Rio de Janeiro, Editora Antares, 1984.

CAZELLA, Ademir A; **BONNAL**, Philippi; MALUF, Renato S., (Orgs.). **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro; editora Mauad X, 2009, p. 305.

COSTA, José Eloízio da; **SILVA**, Laís Santana da. A Questão dos Ciclos da Gestão Social nos Territórios Rurais: Os Contratemplos e os Desafios do Colegiado do Agreste de Alagoas, p. 249-274. In: **Contextos do espaço rural no Nordeste**. CARVALHO, Diana Mendonça de; ALCANTARA, Fernanda Viana de; COSTA, José Eloízio da (Orgs.), São Cristóvão: Editora UFS, 2014, p. 347.

COSTABEBER, José A.; **CAPORAL**, F. R. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004

DEPONTI, Cidoneia Machado. **Indicadores para avaliação de sustentabilidade em contextos de desenvolvimento rural local**. Monografia, UFRGS, 2001.

DEMATEIS, Giuseppe. Sistema Local Territorial (SLOT): Um Instrumento para Representar, Ler e Transformar o Território - ALVES, A. F. **CORRIJO**. Beatriz R., CANDIOTTO (Org), Zanetti p. 256; **Desenvolvimento territorial e Agroecologia**. Editora - São Paulo: Expressão popular, 2008. p. 33-46.

DOUGLAS, Mary – **Como as Instituições Pensam**. São Paulo: Edusp, 1998.

FAVER, Leonardo. Arranjos produtivos locais (APLs) como forma de desenvolvimento local sustentável baseado na agricultura orgânica. In. OLIVEIRA, José Antônio Puppim de (Org.). **Pequenas empresas, arranjos produtivos locais (APLs) e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2009, p. 228.

FERREIRA, Elvis Pantaleão *et al*, Citricultura em Santana do Mundaú – AL: manejo orgânico da laranja lima *Citrus sinensis* (L) Osbeck e os desafios para a sustentabilidade da cultura. In: **ENCICLOPEDIA BIOSFERA**, Centro Científico Conhecer, Goiânia, 2012, v. 8, n. 14, p. 203-214.

FINATTO, Roberto Antônio; **SALAMONI**, Giancarla. **Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS**. 2008, p. 199-217.

FORTES, Paulo. Arranjos produtivos locais nordestinos e práticas de comércio justo: o papel das redes de relacionamento na inserção em cadeias globais estudos de caso no Nordeste. In. OLIVEIRA, José Antônio Puppim de (Org.). **Pequenas empresas, arranjos produtivos locais (APLs) e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2009, p. 228.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do Desenvolvimento econômico**. 7^a ed.; São Paulo, Editora Nacional, 1979.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 34^a ed., São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, Instituto de documentação. **Dicionário de ciências sociais**. 2^a. Ed. Rio de Janeiro, 1987.

FRIEDMANN, Harriet. **World Market, State and Family farm: social bases of household production** in the era of wage labour. *Comparative studies in Society and History*, Cambridge, v. 20, n. 4, p. 545-86, 1978.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil: Características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa**. 2006, Dissertação (Mestrado em Ciências políticas) Curso de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Universidade de Brasília – Brasília.

GAZOLLA, Marcio; PELEGINI, Gelson. Novos Mercados da Agricultura Familiar: o caso das pequenas unidades agroindustriais produtoras de alimentos. In. SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio (Orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Organizadores: Sergio Schneider e Marcio Gazolla, Porto Alegre, Ed. FRGS, 2011.

GEIGER, Pedro P., Des-territorialização e especialização. In. SANTOS, Milton *et al.*, (Orgs.) **Território Globalização e Fragmentação**. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 233-246.

GOMES, Ivair. Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar, **REVISTA DE BIOLOGIA E CIÊNCIAS DA TERRA**, 1º Semestre, 2004.

GOVERNA, Francesca. Sul ruolo della territorialità. In: DEMATTEIS, G.; GOVERNA, F. (a cura di). **Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: Il modello Slot**. Milano. Angeli, 2005, p. 39-67.

_____. Territorialità e azione collettiva. radicamento e ancoraggio dei sistemi locali territoriali. In: Il **radicamento territoriale dei sistemi locali**. VINCI IGNAZIO. Franco Angeli, MILANO, 2005, pp. 75-88.

GUIMARÃES, Marcelo Durcan Alencar. **Desenvolvimento Rural: território e redes**. (Tese), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/CPDA). Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2003, p. 278.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é Questão Agrária**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1980.

GRISA, Cátia *et al.*, - Construções do Programa de Aquisição de Alimentos à Segurança Alimentar e Nutricional e à Criação de Mercados para Agricultura Familiar. **Revista Agriculturas**, v. 8, n 3, setembro, 2011, pp. 34-4.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2015, p. 624.

HAESBAERT, Rogério. **Fim dos territórios ou novas territorialidades?** In: Lopes, L. e Bastos, L. (org.) **Identidades: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas: Mercado de Letras, 2002b.

_____. **Da Desterritorialização á Multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, 2005, pp. 6774-6792.

HOWARD, Albert Sir. **Um testamento agrícola**. Trad. Prof. Eli Lino de Jesus, 2^a Ed., São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 360.

HESPOHOL, Rosângela AP. de Medeiros. Agroecologia: limites e Perspetivas. In. ALVES, A.F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Organizadores). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. 1^a ed., São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 15-31.

IADH-GESPAR/SDT/MDA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Território da Cidadania Mata Alagoana**. 2011. Disponível em <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio126.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2015.

IBGE; **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil**. 2002, 2. Ed. Rio de Janeiro; IBGE, 2004.

IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: 2000/2010. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010sp.asp?o=5&i=P>>. Acesso em 12 de janeiro de 2015.

LASTRES, Helena M.M.; CASSIOLATO, C.L.; MALDONADO, J. & VARGAS, M.A. Globalização e inovação localizada. In: CASSIOLATO, J. E. & LASTRES, H.M.M. **Globalização & Inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul**. Brasília: IBICT/MCT, 1999.

LASTRES, Helena M.M.; CASSIOLATO, José E.; **Arranjos Produtivos Locais: Uma nova estratégia de ação para o SEBRAE – Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e inovativos locais**. novembro, 2003.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **Da Colonização dirigida na Amazônia à reforma agrária no Nordeste: (origem trajetória e perspectivas de colonos e assentados)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2013 p. 474.

MACHADO, Luiz Pinheiro. **Dialética da Agroecologia**. 1^a ed., São Paulo; Expressão Popular, 2014, p. 360.

MACHADO, S. A. **Dinâmica de arranjos produtivos locais: um estudo de caso em Santa Gertrudes, a nova capital da cerâmica brasileira**. Ed. rev. São Paulo: Escola Politécnica, 2003. (Tese de Doutorado).

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea** – Tradução de Claudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
_____. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Ed. Vozes, p.185, 1981.

_____. **Sociologia da fotografia e da imagem**. 2^a ed., 2 reimpressão, São Paulo: Editora Contexto, 2014.

MENDES, Marcos José. **Por que o Brasil cresce pouco?: desigualdade, democracia e baixo crescimento no país do futuro.** 1^a ed., Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.

MOREIRA, José R.; **Agricultura Familiar: processos sociais e competitividade.** Rio de Janeiro – RJ: Mauad; Seropédica, UFRRJ/CPDA, 1999.

MULLER, G. (Org.); **Jogo social e governo: excertos de “Teoria general de la producción y del juego social”.** São Paulo: Fudap/Egap, 1999.

MULLER, Ana Luiza **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos.** (Dissertação de Mestrado), Ana Luiza Müller. – Porto Alegre, 2007. p. 128.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro.** Estudos Avançados. V.16, n. 44, 2002. São Paulo: USP, Instituto de Estudos Avançados.

NORTH, Douglas; **Institutions, Institutional Change and Economic performance.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NORDER, Luiz Antônio Cabello. **Questão Agrária, Agroecologia e Desenvolvimento Territorial.** pp. 107-120. In: **Revista Lutas & Resistências/publicação do Grupo de Estudos de Política da América Latina, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina – n. 1 (set. 2006) - Londrina: Midiograf, 2006, p. 247.**

OCDE. **Créer des indicateurs ruraux pour étayer la politique territoriale.** Paris: OCDE, 1994. Disponível em <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ecoru_0013-0559_1995_num_225_1_4712_t1_0045_0000_3>. Acesso em 18 de novembro de 2012.

ORTEGA, Antônio César. **Territórios deprimidos : desafios para as práticas de desenvolvimento rural.** Campinas, SP: Editora Alínea; Uberlândia, MG: EDUFU, 2008, p. 239.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de (Org.). **Pequenas empresas, arranjos produtivos locais (APLs) e sustentabilidade.** Rio de Janeiro: editora FGV, 2009, p. 228.

_____. Lições e conclusões: movendo os APLs na direção da sustentabilidade. In. OLIVEIRA, José Antônio Puppim de (Org.). **Pequenas empresas, arranjos produtivos locais (APLs) e sustentabilidade.** Rio de Janeiro: editora FGV, 2009, p. 228.

PAULUS, Gervásio; MULLER, A. M.; BARCELLOS, L.A.R. **Agroecologia aplicada: praticas e métodos para uma agricultura de base ecológica.** Porto Alegre: EMATER/RS, 2000, p. 86.

PIRES, Elson Luciano Silva *et. el.* **Governança Territorial: conceitos, fatos e modalidade.** Rio Claro: UNESP – IGCE: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2011, p. 192.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI.** Tradução; Monica Baumgarten de Bolle, - I ed. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 669.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 372, 2008.

PLOEG, Jan Douwe Van Der; LONG, Norman. **Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura**. Disponível em: <www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/ipode_38.doc>. Acesso em: 15 Out. 2012.

POTER, Michael E. Aglomerados e competição: novas agendas para empresas, governos e instituições. In: - **Estratégias competitivas essenciais**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PUTMAN, Robert. D.; **Comunidade e Democracia; a experiência da Itália moderna**. 3. Editora, Rio de Janeiro. FGV, 2002.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 240.

_____. Desenvolvimento rural: conceito e medida. Cadernos de Ciência e Tecnologia. V. 21, n. 3, set-dez/2004^a, p. 379-408.

_____. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. In. **SCHNEIDER**, Sérgio (Org.). **A diversidade da Agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 240-267.

KRAHENHOFER, P. **Indicadores: avaliação e monitoramento**. Porto Alegre: EMATER-RS, 2001. 15 p.

SAMPAIO, Rafael Santos. Arranjos Produtivos Locais como estratégia para o desenvolvimento sustentável do turismo: lições da Vila do Abraão. In. OLIVEIRA, José Antônio Puppim de (Org.). **Pequenas empresas, arranjos produtivos locais (APLs) e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2009, p. 228.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução; Laura Teixeira Mota; Revisão Ricardo Doninelli; São Paulo; Companhia das Letras, 2010, p. 461.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática 1993 (1980).

REIS, José. **O desenvolvimento local é possível? FORUM**. Edição SPER – Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais. Lisboa, 1995.

ROMEIRO, Ademar R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Anna blume. FAPESP, 1996.

ROMERO, Júlio A. Racchumi. **Análise espacial da pobreza municipal no estado de Minas Gerais – 1991 – 2000**. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 18- 22 de Setembro de 2006, pp. 1-19.

SACHS, Ignay. Barricadas de ontem, campos de futuro. **Estudos Avançados**. 24 (68), 2010. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/05.pdf>>. Acesso em 10 de agosto de 2015.

_____. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamnd, 2008, p. 151.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Sevério. Território, Territorialidade e Desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In. ALVES, A.F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Organizadores). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. 1ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SAQUET, Adriano Arriel. Reflexões sobre Agroecologia no Brasil. In. ALVES, A.F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Organizadores). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. 1ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico Científico**. São Paulo, Hucitec, 1994.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio (Orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Organizadores: Sergio Schneider e Marcio Gazolla-Porto Alegre, Ed. FRGS, 2011.

SILVA, José Ribeiro da. **Agricultura familiar e arranjo produtivos locais no semiárido alagoano: possibilidades e limites para a extensão rural na perspectiva do desenvolvimento local**. (UFRPE), Dissertação (ERDL), Recife – PE, 2011.

SILVA JÚNIOR, Alonso Barros da. **Distorções e contradições no cinturão citrícola alagoano: aspectos da produção e comercialização agrícola entre 2008 e 2011**. (Dissertação/mestrado), PGEA, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Alagoas, 2014.

SILVA, Manuel Correia da. O território da consciência e a consciência do território. In. SANTOS, Milton *et al.*, (Orgs.) **Território Globalização e Fragmentação**. São Paulo, Hucitec, 1994, p. 257-260.

SILVA BELO, Miryan Terezinha; MOLINA; Mônica Castanha. O Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional para acampados e assentados nos estados da Bahia e Sergipe: um estudo de caso. In. THEODORO, Suzi Huff; DUARTE, Laura Goulart; VIANA, João Nildo (Orgs.). **Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 236. (Terra mater).

SILVA, Josemar Hipólito; SOUZA, Luciano R. de. Territorialidade da Agroecologia no Agreste de Alagoas: a partir do processo de associativismo e as experiências da AAGRA. p. 275-302. In: **Contextos do espaço rural no Nordeste**. CARVALHO, Diana Mendonça de;

ALCANTARA, Fernanda Viana de; COSTA, José Eloízio da (Orgs.), São Cristóvão: Editora UFS, 2014, p. 347.

SOUZA, J. O Mundo desencantado. In: **A Gênese do Capitalismo Moderno. Organização, apresentação e comentários:** Jessé Souza. Tradução: Rainer Domschke. São Paulo: Ática, 2006 (Coleção Ensaios Comentados).

SOUZA, Luciano R de Santana. **Cultivando Agroecologia para Criar Territórios: uma abordagem sobre fatores territorializantes.** (Tese), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2015. P.204.

THEODORO, Suzi Huff; **DUARTE**, Laura Goulart; **ROCHA**, Eduarda Lyra. Incorporação dos princípios agroecológicos pela extensão rural brasileira: um caminho possível para alcançar o desenvolvimento sustentável. In. THEODORO, Suzi Huff; **DUARTE**, Laura Goulart; **VIANA**, João Nildo (Orgs.). **Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 236. (Terra mater).

VEIGA, José Eli da. **O Brasil Rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento.** Estudos Avançados, v.15, n. 43, 2001, p. 101-119.

_____. **Território para um Desenvolvimento Sustentável.** Revista Ciência e Cultura, v. 58, n. 1, 2006, ano 12. Acesso em 29/07/2016. <http://cienciaecultura.bvs.br>.

_____. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbanos do que se calcula.** Campinas – São Paulo, editores Associados, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 330, 2009.

WEID, J. M. von der. Construindo políticas públicas em apoio à agroecologia. **Revista Agricultura: experiências da agroecologia é uma publicação da AS-PTA.** Vol. 3 n° 1 (corresponde ao vol. 21, n° da Revista LEISA), abril de 2006, p. 44.

WILKINSON, JOHN. **Mercados , redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar.** Porto Alegre: editora da UFRG: Programa de Pós-graduação em desenvolvimento Rural, 2008, p. 213.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Figuras representativas das ações desenvolvidas pelo APL Fruticultura no Vale do Mundaú nos municípios que integram o APL.

Figura 10 – Logo marca do APL Fruticultura no Vale do Mundaú



Fonte: Arquivo, SEPLANDE, 2014.

Figura 11 – Logo marcas da Associação Ecoduval e da COOPLAL



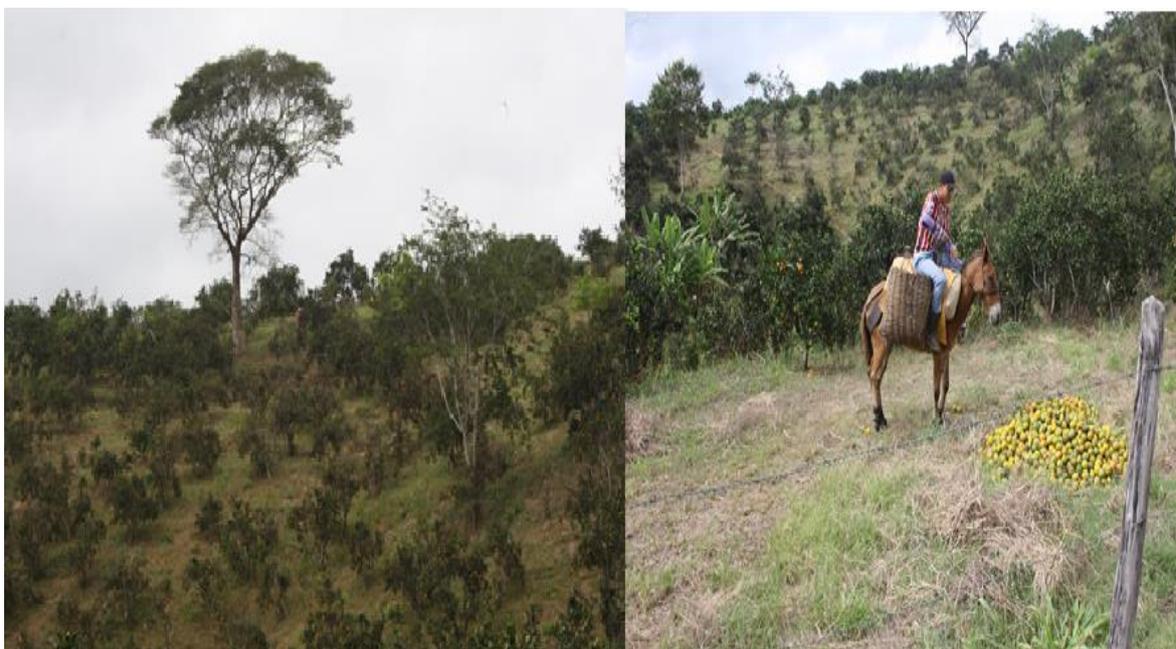
Fonte: Arquivo, SEPLANDE, 2014.

Figura 12 – Transporte da Colheita de Laranja Lima, município de Santana do Mundaú



Fonte: FERREIRA *et al.*, 2012.

Figura 13 – Transporte da Colheita de Laranja Lima, município de Santana do Mundaú- II



Fonte: Arquivo do Autor, 2016.

Figura 14 – Dia de campo/visita técnica em propriedade agroecológica com consórcio de culturas, município de Ibateguara



Fonte: Arquivo, SEPLANDE, 2014.

Figura 15 – Visita a Propriedade de Agricultor Agroecológico do APL, município de Ibateguara



Fonte: Arquivo, SEPLANDE, 2014.

Figura 16 - Atividade em Unidade Demonstrativa de Banana, comunidade do Vale da Pelada, União dos Palmares



Fonte: Arquivo, SEPLANDE, 2014.

Figura 17 – Feira Orgânica dos Produtores do APL, realizada na UFAL, Maceió



Fonte: Arquivo, SEPLANDE, 2014.

Figura 18 – Sede da APROAGRO, Cultivos agroecológicos



Fonte: Arquivo, Autor; APROAGRO, 2016.

Figura 19 – Dia de campo da agricultura orgânica e agroecológica no Município de Branquinha “Estação tecnológica de compostagem”



Fonte: Arquivo, SEPLANDE, 2014.

Figura 20 – Produtos e Ações da APROAGRO - Branquinha



Fonte: Arquivo, Autor, 2016.

Figura 21 – Seminário sobre Feiras livres/semana do Empreendedor em São José da Laje



Fonte: Arquivo, SEPLANDE, 2014.

Figura 22 – Área da Unidade Demonstrativa de Laranja Lima Orgânica, Município de Santana do Mundaú



Fonte: Arquivo, SEPLANDE, 2014.

Figura 23 – Sede da Pequena Agroindústria Familiar. Produtos da linha “Sabores do Vale” da Associação Agroecológica do Vale do Mundaú (Ecoduvalé) – Santana do Mundaú



Fonte: <http://www.al.agenciasebrae.com.br> - <http://painelnoticias.com.br/economia>. Acesso em 15/08/ 2016.

APÊNDICE B – Questionário de identificação das dificuldades para agregar valor e comercializar produtos da agricultura familiar.